

ALESSANDRA SANTOS CASSIMIRO

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM
DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA – MST
(1984–2002)

GOIÂNIA
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
MESTRADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS

ALESSANDRA SANTOS CASSIMIRO

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM
DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA – MST
(1984–2002)

Dissertação apresentada ao Mestrado
em História das Sociedades Agrária,
como requisito parcial para obtenção
do Título de Mestre em História.

ORIENTADOR
Prof. Dr. Élio Garcia Duarte

GOIÂNIA
2003

A luta pela construção da imagem do MST (1984–2002) /
CASSIMIRO, Alessandra Santos ; Orientador Élio Garcia
Duarte – Goiânia, 2003.

Tese (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2003

1. A luta pela construção da imagem do Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1984 – 2002) I. Título.

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM
DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA – MST
(1984–2002)

ALESSANDRA SANTOS CASSIMIRO

Dissertação defendida e aprovada em 31 de março de 2003, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Élio Duarte Garcia
(Orientador)

Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva

Profa. Dra. Dulce de Oliveira Amarante dos Santos

Dedicatória

Para meus pais, Roldão e Iraci,
com carinho.
Em memória ao meu querido Jango.
Ao meu amado Fabrizio.

AGRADECIMENTOS

Em especial, a Deus por haver me concedido essa vitória.

Ao meu orientador, Élio Garcia Duarte, pela imensa paciência e compreensão que teve para comigo nessa longa jornada.

Ao professor Luiz Sérgio pela imensa atenção que concedeu ao meu trabalho nas horas difíceis.

À professora Dulce pelos vários esclarecimentos durante a pesquisa.

A Rosângela pela revisões do texto.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT-GO) que me concederam muitas fontes que foram imprescindíveis para esse trabalho.

Ao meu pai que me concedeu a grande oportunidade de cursar o mestrado.

À minha amiga Patrícia que me deu força para continuar nos momentos difíceis.

Ao Fabrizio pelo apoio e sugestões dadas ao texto e ainda por me acompanhar em diversos acampamentos, palestras e congressos do MST.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MST	26
1.1. AS ORIGENS DO MST E AS NOVAS FORMAS DE LUTA PELA TERRA	26
1.2 A MARCHA NACIONAL POR REFORMA AGRÁRIA, EMPREGO E JUSTIÇA	45
CAPÍTULO II – A MÍDIA E A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: O CASO DO MST	50
2.1 A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA ATRAVÉS DA IMAGEM	55
2.2 A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA ATRAVÉS DO DISCURSO	98
CAPÍTULO III – O DISCURSO DO MST	118
3.1 “OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR”	121
3.2 “REFORMA AGRÁRIA, UMA LUTA DE TODOS”	134
3.3 “REFORMA AGRÁRIA: POR UM BRASIL SEM LATIFÚNDIO”	145
CONCLUSÃO	157
REFERÊNCIAS	160

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça. (Jornal <i>Sem Terra</i> , fevereiro de 1997).....	46
Figura 2 -	“Eles chegaram lá – o que fazer agora?” (<i>Veja</i> , 1997, edição 1492)	57
Figura 3 -	“O Príncipe e os Pés-Rapados”. (<i>Veja</i> , 1997, edição 1492)	59
Figura 4 -	MST: perigo constante. (<i>Veja</i> , 1997, edição 1492).....	59
Figura 5 -	A invasão será defendida. (<i>IstoÉ</i> , 1997, n. 1456).....	60
Figura 6 -	“O episódio evidencia o descontrole do MST”. (<i>Veja</i> , 1997)	63
Figura 7 -	A demonização de João Pedro Stédile. (<i>Veja</i> , 1998, edição 1549).....	65
Figura 8 -	Aprendizado engajado. (<i>Veja</i> , 1998, edição 1549)	68
Figura 9 -	“Era só o que faltava”. (<i>IstoÉ</i> , 1999, n. 1545)	70
Figura 10 -	A tática da baderna. (<i>Veja</i> , 2000, edição 1648)	71
Figura 11 -	James Bond do mal. (<i>Veja</i> , 2000, edição 1648)	74
Figura 12 -	Sem-Terra (arruaceiros) invadem prédios públicos. (<i>Veja</i> , 2000, edição 1648)	78
Figura 13 -	Como o governo deve agir diante dos abusos do MST? A resposta de seis renomados especialistas. (<i>Veja</i> , 2000, edição 1648)	81
Figura 14 -	Crime hediondo? (<i>IstoÉ</i> , 2000, n. 1597)	84
Figura 15 -	“Mais do que sem terra. Sem chance”. (<i>Veja</i> , 2000, edição 1667).....	87
Figura 16 -	Arc, o marciano “alheio a todas as convenções”. (<i>Veja</i> , 2002, edição 1745)	88
Figura 17 -	Os Sem-Limite atacam de novo. (<i>Veja</i> , 2002, edição 1745)	91
Figura 18 -	Mobilização do Exército para proteger as terras do presidente. (<i>Veja</i> , 1996, edição 1471)	93
Figura 19 -	Criminosos e perigosos. (<i>Veja</i> , 2002, edição 1745)	95
Figura 20 -	“Foi uma cagada”. (<i>IstoÉ</i> , 2002, n. 1969)	97
Figura 21 -	Ocupação e resistência na terra ocupada. (<i>Caderno de formação do MST</i> , 1985)	125
Figura 22 -	“A formação de todos companheiros”. (<i>Caderno de formação</i> , n. 12, 1999)	132
Figura 23 -	“O que queremos com as escolas dos assentamentos”. (<i>Caderno de formação</i> , n. 18, 1993)	133
Figura 24 -	A construção do novo herói, o MST. (<i>Agenda do MST</i> , 1997)	136

Figura 25 - O ingresso da sociedade na luta por Reforma Agrária. (Jornal <i>Sem Terra</i> , 1997)	139
Figura 26 - Mulheres: de meras espectadoras a sujeitos ativos da História na luta do MST. (<i>Agenda do MST</i> , 1997)	140
Figura 27 - A exaltação feminina na luta pela Reforma Agrária. (<i>Agenda do MST</i> , 1999)	141
Figura 28 - As crianças como novos confrontadores da sociedade vigente. (<i>Agenda do MST</i> , 1997)	143
Figura 29 - A incorporação dos ideais de luta dos Sem-Terrinha. (<i>Agendas do MST</i> de 1977 e 1999)	144
Figura 30 - “Queremos terra”. (http://www.mst.org.br)	145
Figura 31 - Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio. (Cartaz do 4º Congresso Nacional do MST – DF, 2000)	148
Figura 32 - “Mística da Militância”. (Encontro Nacional de Fé e Política, 2000)	153
Figura 33 - “Uma medida de justiça: acabar com 500 anos de latifúndio”. (Folheto de campanha que limita o tamanho da propriedade, 2000)	155

RESUMO

Este trabalho analisa os discursos e as imagens produzidas pela mídia na construção da imagem do MST, discurso este que enquanto forma de manutenção de poder, atua na ordem do discurso, construindo e apontando direções de leituras para o leitor. Nessa construção, o jornalista e a fotografia aparecem como peças fundamentais, um é considerado o especialista da verdade imparcial e a outra a prova definitiva do “testemunho da verdade incontestável”, respectivamente. Também analisamos o discurso e imagens “do” MST como uma formação discursiva diferenciada, na qual o MST constrói uma imagem de si mesmo desenvolvendo uma mística própria com um tom messiânico e um aspecto salvacionista que interage pensamento e ação, percebendo-se assim ao longo do tempo mudanças no seu discurso.

ABSTRACT

This study analyzes speeches and reported by media on MST (Movimento dos Sem Terra – Landless Worker's Movement), since the journalistic speech acts on the order of discourse building and pointing out lecture directions for the reader. By this way, journalist and photography take an important role. The first one is considered the specialist in impartial truth and the other is considered the definitive proof of incontrovertible witness of truth. We also analyzed MST speeches and image as a differentiated discourse formation, in which MST builds its image by developing a particular myth in a messianic tone, as well as a salvationist aspect interacting thoughts and actions, showing changes in its own discourse in the course of time.

INTRODUÇÃO

Nós lutamos contra três cercas: primeiro contra a cerca do latifúndio; segundo, contra a cerca do capital; e terceiro, contra a cerca da ignorância.

(Stédile. *Bundas*, 2000)

A escolha de estudar a luta pela construção da imagem¹ do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deu-se pelo fato de ele ser o único movimento organizado do país que luta pela redistribuição da terra, não sendo apenas uma organização corporativa, mas um movimento “que não faz só ocupações; que não luta apenas por terra para si. Mas que faz uma luta social e política, mais ampla, pela reforma agrária e por mudanças sociais” (Stédile, 1997b, p. 7). Em virtude de sua organização e estruturação, o MST tem se mostrado contra o sistema vigente, no qual a reforma agrária surge como uma alternativa de desenvolvimento do campo, de geração de empregos e a criação de melhores condições de vida para a população.

Outro fator que motivou essa opção surgiu com a leitura sistemática de vários jornais e revistas, nos quais percebemos o jogo de palavras e imagens utilizado pela mídia² na construção da trajetória, nesses 18 anos de lutas, do MST.

A partir desse momento, começamos a nos preocupar com a importância das representações sobre o MST expressas pelos meios de comunicação. Pretendemos refletir sobre as produções simbólicas que são veiculadas pela

1 Consideramos aqui a imagem em um sentido amplo, como a idéia, a representação de um objeto ou coisa; como concepção, opinião, conceito, juízo, memória, lembrança. Portanto, a questão aqui tratada refere-se à disputa pela preponderância na formação da opinião pública a respeito do MST; pela supremacia de uma concepção sobre o Movimento.

2 Chamamos mídia a pluralidade dos meios de comunicação. Em sentido amplo inclui a imprensa, o rádio, o cinema, a televisão e todos os meios que a informática tem desenvolvido ultimamente. Porém, neste trabalho nos restringiremos à mídia impressa.

imprensa. Pelo que percebemos, as batalhas têm sido travadas tanto nos confrontos corpo a corpo, como no plano das representações – dos jogos simbólicos. Porém, estes últimos têm sido um pouco esquecidos pelos que se dedicam ao estudo do MST.

Tomamos como ponto de partida para a pesquisa na grande imprensa o ano de 1997, por considerá-lo o marco de uma nova fase do movimento social pela terra, ou seja, quando surgiu uma nova forma de organização proporcionada pelas experiências construídas por camponeses e trabalhadores Sem Terra em nível nacional. A referência inicial é a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que teve seu início no dia 17 de fevereiro de 1997. Porém, esta pesquisa levou-nos a fazer um retrospecto até as origens do movimento.

Foi a partir dessa marcha que decidimos estudar esse movimento. Em meados de março de 1997 a marcha passou em nossa cidade, Anápolis, quando ainda cursávamos a faculdade de História. Na ocasião, sentimos crescer no nosso íntimo uma grande admiração por aquelas pessoas que lutavam por um ideal. A nossa mente indagava incansavelmente: quem seriam esses novos personagens? E quais eram esses ideais/sonhos tão fortes que faziam tantas pessoas percorrerem quilômetros e quilômetros. Em prol do quê?

Dessa data em diante, com grande entusiasmo, resolvemos nos tornar uma estudiosa desse movimento, fazendo pesquisa participante, abordando os sonhos e contradições do MST.

Tomamos por base a afirmativa de Ciro Flamarion S. Cardoso (1981), Segunda a qual os historiadores brasileiros devem ter um compromisso ineludível com a sociedade em que vivem, tendo como papel colocar suas capacidades profissionais a serviço das tarefas sociais que se impõem à coletividade “e a um ensino de História que possam representar uma contribuição válida dos historiadores brasileiros ao necessário esforço de superação da situação vigente, do que a velha História narrativa, patriótica, enaltecadora de falsos heróis e criadora de mitos que cumprem exatamente uma função preservadora das estruturas em vigor” (Cardoso, 1981, p. 109).

Partilhamos da idéia da construção de uma pesquisa participativa, na qual o estudioso contribui para a melhoria da sociedade em que vive.

As fontes selecionadas para esse trabalho foram fotografias, imagens, quadrinhos, reportagens jornalísticas, discursos políticos, cartazes e cartilhas que apresentam discursos “sobre” o e “do” MST.

Os jornais pesquisados foram a *Folha de São Paulo*, o *Correio Brasiliense*, *O Popular* e o *Diário da Manhã*. A escolha da *Folha de São Paulo* foi motivada pelo fato de ser um jornal de circulação nacional de fácil acesso e de se autoproclamar imparcial. A opção pelo *Correio Brasiliense* deu-se por ser um diário de circulação na cidade de Brasília, onde inúmeras manifestações do MST ocorreram e vêm ocorrendo, a exemplo da já citada Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça. Por último, *O Popular* e o *Diário da Manhã* foram escolhidos por serem os maiores jornais do Estado de Goiás e em razão de veicularem reportagens extremamente conservadoras no tocante à problemática agrária.

As revistas utilizadas foram a *Veja* e a *IstoÉ*, escolhidas por serem de circulação nacional. A escolha da revista *Veja* ocorreu primeiramente pela grande inserção de reportagens “sobre” o MST, pela profusão de imagens do movimento publicadas por ela e pelo amplo emprego de renomados especialistas que se nomeiam “imparciais”, ligados à área do direito, que dão seu crivo sobre o assunto baseados em leis contra o MST. Já a opção pela *IstoÉ* explica-se também pelo enfoque das reportagens “sobre” o MST, nas quais a publicação legitima seu discurso por meio de depoimentos de cientistas políticos e dos próprios líderes do MST.

Nota-se que as revistas *Veja* e *IstoÉ* utilizam materiais iconográficos para construir e fortificar seus discursos, montando, selecionando e direcionando previamente as imagens a serem publicadas para dar maior credibilidade à idéia a ser construída. Pois podemos considerar, segundo Joly (1996), a imagem como uma mensagem visual, composta por vários tipos de signos, que se equivale a uma linguagem, sendo, portanto, uma ferramenta de expressão e de comunicação.

Quanto à análise de textos jornalísticos “do” MST, utilizaremos o material veiculado pelas revistas *Caros Amigos*, *Cadernos do Terceiro Mundo* e *Sem Terra*, pelo jornal *Sem Terra*, e também em agendas, cartilhas, anais e cartazes do MST. Essas publicações foram escolhidas por funcionarem como órgãos oficiais de divulgação das idéias do movimento, que buscam alcançar os próprios

membros e um público letrado, embora sua circulação seja restrita, reservando assim espaço para os vários pesquisadores simpáticos ao movimento e ainda para os líderes do MST.

Outro aspecto muito importante é analisar como essas várias revistas e jornais têm contribuído para formar a imagem do movimento no imaginário coletivo, algo muito próximo à teoria da recepção. Uma coisa é pesquisar a produção dessas imagens no seus vários locais de fala (revistas, jornais e meios de comunicação em geral). Outra é perceber como os leitores têm assimilado essas reportagens, algo que, sem dúvida, demandaria um outro trabalho. O que, por questão de tempo, não poderá ser feito.

A princípio, fizemos um levantamento das fontes (jornais e revistas) em arquivos como o da CPT–GO, das revistas *Veja* e *IstoÉ*, dos próprios jornais e ainda nos arquivos da Secretária Estadual do MST sediada em Goiânia, onde foram cedidos exemplares do jornal *Sem Terra*, apostilas, cartilhas e algumas agendas.

Também visitamos a Secretária Nacional do MST, localizada na cidade de São Paulo (SP), quando fizemos a assinatura da revista *Sem Terra* e do jornal *Sem Terra*.

Participamos ainda de inúmeras reuniões e visitas a acampamentos e assentamentos. Registramos também a participação no 4º Congresso Nacional do MST, promovido em Brasília em agosto de 2000, quando adquirimos material iconográfico, musical e poesias.

A proposta inicial deste trabalho é refletir sobre a construção histórica do MST por meio das representações “sobre” e “do” movimento expressas nos jornais e revistas selecionados, uma vez que, hoje, é impossível negar a relevância da imprensa na formação da consciência coletiva, das representações nas quais estamos inseridos.

A imprensa, por sua vez, age como instituição constitutiva de sentido a partir das suas práticas discursivas que, longe do que aparenta, estão profundamente inseridas no campo histórico-social na disputa pela hegemonia na produção de sentidos.

Para sermos mais claros, pretendemos objetivar a imagem construída pela imprensa nacional ao longo dessa nova fase de luta dos trabalhadores rurais sem terra. Esta fase, assim como as outras, está inserida no que chamamos de

“batalha pelo imaginário”. A reforma agrária, necessariamente, deve passar pela aprovação popular. O MST, por intermédio de suas ações, instaura um novo discurso que busca romper ou elaborar um imaginário, que é por sua vez parte integrante da legitimação de qualquer movimento social (Baczko, 1985).

Para compreender o MST, devemos levar em consideração que o “tempo do nosso problema agrário é um tempo longo,” que “implica buscar sua origem e lenta expressão desde o passado” (Martins. In: Stédile, 1997b, p. 11). Portanto, é imprescindível uma atualização da “questão agrária brasileira” para contextualizar o MST e compreender a importância do jogo simbólico que se instaura nessa nova fase do movimento pela reforma agrária.

O principal problema agrário do Brasil é uma enorme área de terra subutilizada ou não utilizada, empregada de modo impróprio ou especulativo e sobretudo como reserva de valor. Ao mesmo tempo, uma grande massa vitimada é apenas pelos mecanismos de exclusão. É neste contexto que o MST está inserido.

A luta que marcou o princípio da história do MST foi a ocupação, em 1979, no município de Ronda Alta (RS), das glebas de Macali e Brilhante, onde mais de mil famílias arrendavam, desde 1968, terras da reserva indígena dos kaingang de nonoai. Essas famílias começaram a abandonar essas terras em consequência dos conflitos com os índios, e parte delas permaneceu acampada na região de Ronda Alta e Sarandi, com o apoio da Igreja Católica e de diversas entidades.

Outras ocupações que marcaram o princípio da história do MST foram: a ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê (SC), e a luta dos posseiros da Fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, em 1980, em São Paulo. Experiências nesse sentido também ocorriam na Bahia, no Rio de Janeiro, no Mato Grosso do Sul e em Goiás. Foram de experiências como essas, construídas cotidianamente pelos trabalhadores, que se deu a gênese de uma nova fase de organização dos trabalhadores rurais.

A diversidade que se estabelece no meio rural brasileiro tem demonstrado a recriação capitalista do campesinato, de um lado, e a concentração de terras ociosas em mãos de empresas agropecuárias e latifundiárias, do outro. Dentro deste contexto histórico,

o surgimento da categoria ‘sem-terra’ na cena política nacional, em geral, é vista no bojo do processo de retomada da organização dos trabalhadores do campo, que se desenvolveu num contexto mais amplo de contestação do autoritarismo dos governos militares. (Medeiros, 1989, p. 147)

Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasce das divergências políticas em torno do desenvolvimento agropecuário no regime militar, uma luta contra a expropriação e a exploração do desenvolvimento do capitalismo.

Ainda permeando esse processo de construção do MST observa-se a presença fundamental de diversos “agentes mediadores que contribuíram decididamente para a criação de determinadas condições para o aparecimento dos sem - terra como atores políticos e do MST como uma organização de lutas” (Medeiros, 1989, p. 147). São segmentos como a Pastoral da Terra e a Pastoral da Juventude da Igreja Católica, Pastoral Popular Luterana, representantes das igrejas evangélicas, sindicatos de trabalhadores rurais, grupos de reflexão, entidades civis, autoridades políticas locais, técnicos do Estado e entidades de assessoria aos trabalhadores.

Entre todos esses mediadores políticos, a Igreja Católica e os agentes pastorais são apontados como os principais responsáveis pela condução das lutas pela terra e pela forma de organização adotada pelo MST.³ A Igreja passa a ser, a partir de 1973, o local de reflexão, de socialização política, onde, em estudos bíblicos, se fermentava a caminhada à “terra prometida”.

Vemos que, na medida em que o movimento foi se estruturando orgânica e politicamente em nível nacional, a influência desses agentes mediadores nas decisões, na direção da luta pela terra, foi diminuindo, dando lugar assim a uma política de aliança mais estreita. Por parte de seus dirigentes, o movimento é considerado autônomo, independente, e auto-suficiente. O exemplo dessa diminuição das influências dos agentes mediadores é que a luta pela terra deixa

3 O MST se constitui hoje na “organização que efetivamente se consolidou com uma estrutura capaz de expressar os interesses coletivos de uma considerável parcela dos trabalhadores do campo que se encontram excluídos e marginalizados, enfim, relegados pelo capital a uma categoria social destituída de seus direitos e de sua cidadania. Ao organizar essa parcela do campesinato, o MST tornou-se uma referência nacional das lutas sociais pela terra e, em função basicamente do capital político e das experiências acumuladas durante a sua trajetória histórica, tem dado, de um modo geral, a tônica central desses conflitos” (Medeiros, 1989, p. 148).

de ser a busca pela terra prometida para ser o processo necessário à realização de uma reforma agrária ampla, radical e massiva, nos marcos da construção de uma sociedade socialista (Medeiros, 1989).

Dessa forma, o MST se define como um movimento social e uma instituição. É um movimento pela razão de seus integrantes serem sujeitos, eles próprios se articulam para conquistar seus direitos à terra. O movimento tem um caráter itinerante e dinâmico que se destaca nos processos sociais. Mas, ao mesmo tempo, o MST funciona como uma instituição que tem objetivos e metas bem definidos: exibe uma estrutura burocrática, estabelece uma padronização de ações e valores, tem princípios e estratégias de ação comuns e forma seus participantes conforme esses princípios (Rapchan, 1993). Ou seja, passa a ser um lugar autorizado, veiculador dos discursos dos trabalhadores marginalizados e excluídos.⁴

Constroem-se, assim, dois tipos de sem-terra: os “sem-terra” que são os arrendatários, parceiros, meeiros e assalariados, e os “Sem-Terra” que são os trabalhadores rurais que se organizam e se integram às propostas e lutas do MST.

Como afirma Grzybowski (1991, p. 22):

No Brasil existem milhões de trabalhadores rurais sem terra, mas não são todos os que não têm terra que agem e pensam como os camponeses e aspiram ter terra. Além disso, são frações específicas destes camponeses sem terra que se incorporam ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, revelando, mais uma vez, a diversidade de relações sociais como um elemento configurador dos movimentos sociais de trabalhadores rurais.

[...] Sem-terra é, por definição, um nome de sujeito coletivo elaborado nas lutas do movimento sem-terra. (Grzybowski, 1991, p. 22)

Em relação aos estudos sobre os movimentos sociais, temos algumas influências difusas de filósofos e estudiosos europeus, presentes no final dos

4 “A categoria trabalhadores é bastante ampla e não aparece aqui restrita aos trabalhadores rurais. Para o MST, a reforma agrária não deve ser um objetivo exclusivo dos trabalhadores rurais, mas deve congrega ‘o conjunto das classes trabalhadoras’. Assim, a categoria Sem-Terra é uma categoria de força, de pressão política, não significa, por isso, que constitua uma unidade internamente homogênea.” RAPCHAN, Eliane Sebeika. *De identidades e pessoas: uma estudo de caso sobre os Sem-Terra de Sumaré*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Unesp.

anos 70 e defensores de propostas tidas como novas: Foucault, Castoriadis, Deleuze, Guattari e E. P. Thompson. Pesquisar a identidade dos movimentos, ouvir suas falas, captar suas práticas cotidianas foram se tornando os objetivos centrais das preocupações dos analistas, e não mais a análise das determinações estruturais da economia sobre práticas coletivas.

Alguns pressupostos enunciados por E.P. Thompson (1987), ao tratar a história dos trabalhadores ingleses, nos ensinam a observar as classes sociais em processo de formação. Para ele, as condições que configuram o processo de luta são, fundamentalmente, políticas e culturais. Sua preocupação analítica está voltada para a experiência social que unifica as lutas e projeta o conflito a um cenário mais amplo, construindo, assim, uma cultura política que conjuga a luta pela manutenção dos costumes com a construção dos protestos.

A construção dos protestos nos leva a conjugar a história das lutas pela terra com os contextos socioeconômicos de exclusão atuais. Inclui o Estado, os partidos e os movimentos sociais em um quadro de luta de classes, permeada de conflitos e contradições, em que se sobressai a disputa pelo poder simbólico (Bourdieu, 1989) de fazer crer que o ponto de vista de cada um corresponde à verdade.

Na tradição política brasileira, os partidos estão ao lado das classes dominantes na tentativa de chegar ao governo. São os movimentos sociais que, de fato, desestabilizam o campo político, ao trazerem vozes dissonantes e desestruturantes da relação “situação” *versus* “oposição” (Gohn, 1997). A luta do campo político está na desproporção entre o capital econômico, político e representacional dos dirigentes do campo e a ausência desses capitais pelos agentes do MST.

É a carência de terra, trabalho, educação e saúde que proporciona o capital simbólico do MST. E é essa falta que o autoriza a disputar espaços na mídia, pressionar o poder político e ameaçar o poder econômico (Berger, 1998). Por outro lado, percebemos uma estratégia semelhante por parte da imprensa na construção histórica de luta pela terra que, utilizando elementos de acontecimentos passados, busca instaurar uma rede de sentidos. Assim, diante do aparato que a mídia dispõe para veicular e construir imagens, precisamos refletir sobre as estratégias dos jornais e revistas na construção histórica da luta pela terra.

O discurso jornalístico, por exemplo, tem um papel importante como forma de manutenção de poder, das relações cotidianas, pois, além de agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem/devem pensar, organiza direções de leituras para tais assuntos.

Assim, a proposta inicial deste trabalho foi buscar analisar as representações sobre o MST expressas nos jornais *Folha de São Paulo*, *Correio Brasiliense*, *Diário da Manhã* e *O Popular*, tendo como referência a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que teve início no dia 17 de fevereiro de 1997, quando os Sem-Terra partiram de três pontos do país: um grupo saiu da cidade de São Paulo (com mil Sem-Terra), outro de Governador Valadares (com 400 Sem-Terra), em Minas Gerais, e outro de Rondonópolis (com 300 Sem-Terra), no Mato Grosso. Os Sem-Terra caminharam por 66 dias, percorrendo mais de mil quilômetros, e entraram em Brasília em 17 de abril de 1997. A chegada ocorreu no Dia Mundial da Luta Camponesa e teve como bandeira “Reforma Agrária, Emprego e Justiça” e ainda justiça para os trabalhadores mortos em Eldorado dos Carajás (PA) e Corumbiara (RO), e os bem lembrados 25 mil sertanejos de Canudos massacrados pelo Exército, há cem anos. Brasília, nessa ocasião, foi o palco de uma das maiores manifestações de protesto do país e, principalmente, do maior protesto contra o governo de Fernando Henrique Cardoso. Mais de cem mil pessoas estiveram presentes na capital federal para receber os caminhantes e somar-se a eles no protesto. A marcha teve grande repercussão nacional e gerou notícia nos meios de comunicação exteriores. Em Paris, cerca de 50 representantes de organizações não-governamentais manifestaram apoio aos Sem-Terra em frente à embaixada brasileira. Em Londres, um grupo denominado “Amigos do MST” entregou um abaixo assinado na embaixada do Brasil pedindo a agilização da reforma agrária no país.

Essa manifestação teve o apoio de estudantes, trabalhadores, sindicalistas, desempregados, estudiosos, da Central Única dos trabalhadores (CUT), de paróquias, entidades, prefeituras, personalidades e partidos políticos. O objetivo principal da marcha era abrir canais de contato e comunicação com a sociedade, em todas as cidades e povoados que passasse, promovendo debates, reuniões e encontros para discutir a reforma agrária, a inoperância do governo em relação a ela, a política neoliberal imposta pela administração de

Fernando Henrique Cardoso, além de esclarecer as razões da luta do movimento, ouvir a comunidade e travar um melhor relacionamento com ela.

Lendo as reportagens veiculadas pelos jornais e revistas sobre o movimento pela reforma agrária, percebemos a utilização de denominações do tipo: anarquistas, baderneiros, comunistas, agentes da desordem, agitadores, foras da lei, gente desocupada, arruaceira, etc. Essas denominações, no discurso jornalístico-político, têm a função de designar, descrever e classificar o movimento e todos que levantam essa bandeira.

As denominações do tipo: “ilegalismo”, “invasão”, “violência”, “fora da lei”, dentre outras, usadas para designar o MST, passam a determinar um sentido negativo para o movimento. Isso nos leva a perceber uma semelhança das estratégias usadas contra o comunismo. Após o arrefecimento do “fantasma do comunismo”, que era veiculado com um sentido que girava em torno do inimigo, o outro indesejável (Mariani, 1998), percebemos que o MST e a luta pela reforma agrária assumiram, no discurso oficial, a imagem do “outro indesejável”. A denominação MST passa então a corresponder a sujeitos cuja identidade e modo de agir se encontram previamente significados em termos sociohistóricos.

Entretanto, o “processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discurso, o qual consiste na relação entre a linguagem e o histórico-social”.⁵

O discurso jornalístico tem um papel importante na instauração desse processo, que é o seu assujeitamento a um só dito, embora os jornais se julguem livres para informar. E ainda se projetam como observadores imparciais, podendo assim formular juízos de valor, emitir opiniões, justamente porque não se “envolveram” com a questão (Flausino, 1999).

Utilizando ainda do caráter incontestável da imagem/fotografia como prova definitiva da verdade, os jornais e revistas constroem matérias e questões com determinada finalidade e intencionalidade. Os fotógrafos contratados pela mídia se envolvem em uma relação de “cumplicidade”, resultando numa fotografia/imagem atreladas a serviço de uma ideologia política (Kossoy, 1999).

5 É válido lembrar que seria “reduzido considerar que a linguagem jornalística, por si só ou por força da vontade de um locutor onipotente, teria o poder de construir uma realidade, fazendo dos leitores vítimas passivas” (Mariani, 1998, p. 117).

Essas imagens e fotografias serão entendidas como uma linguagem específica e heterogênea, distinguindo-se do mundo real, onde, por meio de signos particulares, propõem uma representação escolhida e orientada muitas vezes pelos fotógrafos ou jornalistas.

Diante dessas questões, abordaremos a imagem enquanto representação do movimento, tanto as produzidas pelo próprio MST como as transmitidas aos leitores.

As construções dessas imagens demonstram que não há diálogo entre as partes (MST e mídia) considerando que a maior parte das imagens produzidas pelos jornais e revistas expressam uma carga negativa do movimento. Essa falta de diálogo e de espaço reforçou a luta pela construção da imagem do movimento, perante a opinião pública. O MST também se empenhou na criação da sua própria imagem, impregnada de mensagens salvacionistas e ufanistas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotamos também alguns elementos de uma metodologia bastante difundida nas ciências sociais, porém um pouco tímida para os historiadores brasileiros, que é a análise do discurso (AD). Trata-se de um método que traz o político para suas discussões, tanto porque investiga as várias formas de exercício das práticas discursivas político-ideológicas, quanto, em decorrência de sua função crítica, não minimiza a importância política do trabalho intelectual.

Tomamos então alguns elementos que, levados para o campo da história, conduzem-nos a esclarecer algumas das problemáticas aqui propostas. Faz-se necessário enfatizar que não adotamos a teoria/método em sua totalidade, ousando apenas utilizar aqueles elementos que, combinados a critérios teóricos, são pertinentes à análise pretendida. Assim, não esgotamos as análises das fontes, servindo mais como inspiração, tendo em vista que estão inscritas no campo histórico-social das relações de forças, apresentando várias possibilidades no estudo das imagens e práticas sociais.

Considerando o MST um movimento que passa a exercer o lugar de sujeito-locutor dos trabalhadores Sem-Terra, podemos falar que as suas ações instalam um campo de produção simbólica que “é um microcosmo da luta simbólica entre as classes, e ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção” (Bourdieu, 1989, p. 12). Temos aí instaurada uma luta

pela representação, em que a preocupação não é só com o ato em si de fazer a reforma agrária, mas também com a legitimação de um outro discurso inserido numa outra rede de sentidos. Pois, uma vez feita a reforma agrária, algumas instituições seculares (por exemplo, a propriedade privada) da sociedade burguesa brasileira são desautorizadas e automaticamente abrem espaços para movimentos similares (sem-teto, sem-emprego, etc.).

Segundo Roger Chartier (1990), a noção de representação pode ser construída a partir de acepções antigas, utilizadas pelos homens do Antigo Regime “quando pretendem compreender o funcionamento da sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo”. Representação seria pensada quer como algo que permite “ver uma coisa ausente”, quer como “exibição de uma presença”. É conceito que o autor considera superior ao de mentalidade, dado que permite “articular três modalidades da relação com o mundo social”:

1. O trabalho de delimitação e classificação das múltiplas configurações intelectuais, ‘através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos’.
2. As ‘práticas’ que visam a fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma ‘posição’.
3. As ‘formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes (instância coletiva ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (Chartier, 1990, p. 23)

É necessário, para não reduzir o mundo social a um universo de trocas simbólicas (as relações sociais e as próprias relações de dominação como interações simbólicas), não se esquecer que as trocas lingüísticas (relações de comunicação por excelência) são também relações de poder simbólico em que se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos (Bourdieu, 1996).

Vemos que o discurso deve ser visto como o local onde as práticas são materializadas na linguagem. Para Eni Pulcinelli Orlandi (1993, p. 11)

[...] quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também

está significando. E o que não está dito pode ser de várias naturezas: o que não está dito mas que, de certa forma, sustenta o que não está dito; o que está suposto para que se entenda o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe; outras maneiras diferentes de se dizer o que se disse e que significa com nuances distintas, etc..

Os discursos são pertencentes a campos discursivos distintos. Os enunciados dos jornais são dirigidos ao público que, neste caso, não é o MST. O campo discursivo está relacionado ao lugar de fala e à formação discursiva.

Nossa reflexão sobre o discurso dos jornais acerca do MST se baseia nas representações presentes nas práticas sociais, onde estão mais estruturadas na linguagem. As práticas e representações são indissociáveis, uma não existe sem a outra.

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos “formações imaginárias” em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu “cúmplice” quanto um seu “adversário”.

Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente. (Orlandi, 1993, p. 19)

Como foi demonstrado, o MST tem sido abordado por diferentes óticas. Porém, há, na historiografia sobre o assunto, uma lacuna quanto ao tratamento que o movimento recebe da imprensa que contribui para a formação da opinião pública. Por isso, apresentamos, neste trabalho, uma contribuição para preencher essa lacuna. A princípio, faremos uma análise da conjuntura, reconstruindo os fatores históricos, de que o MST é parte integrante, o que levará necessariamente a interrogações quanto às transformações estruturais.

Num segundo momento, buscaremos mostrar que o discurso jornalístico, enquanto forma de manutenção de poder, atua na ordem do cotidiano, pois, além de agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem/devem pensar, aponta direções de leituras para tais assuntos. E ainda analisaremos como têm sido construídas as imagens do MST e de suas personalidades por intermédio

das fotografias/imagens veiculadas pela mídia, que fortificam os discursos jornalísticos.

Esses jornais e revistas representam um dos caminhos “de difusão e disseminação dessas práticas discursivas de exercícios do poder, como também atuam na dissimulação dos modos como essas práticas se impõem, além de silenciar práticas divergentes ou antagônicas ao poder político dominante” (Foucault, 1992, p. 38). O discurso jornalístico contribui, dessa forma, para a produção de verdades locais, as quais, ligadas circularmente aos sistemas de poder, vão sendo disseminadas como consensos sociais.

Por fim, em um terceiro e último momento, faremos uma reflexão sobre o discurso “do” MST como uma formação discursiva diferenciada, um contradiscurso, veiculador do discurso de resistência à ordem vigente, envolto de ideologias, místicas e imagens produzidas pelo movimento, como o retorno do ideal revolucionário, o tom messiânico e o aspecto salvacionista. E ainda a formação de base, a educação e a vontade de lutar por uma vida melhor, que constituem o modo perpetuador desse discurso. Analisaremos alguns relatos dos membros do MST para perceber as mudanças desses discursos, tendo como pressuposto que o leitor não é um receptor passivo, construindo assim um novo significado da luta pela terra por meio do MST.

CAPÍTULO I

A formação histórica do MST

1.1. AS ORIGENS DO MST E AS NOVAS FORMAS DE LUTA PELA TERRA

Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer.

(José de Souza Martins)

Neste capítulo, analisaremos a formação do MST e as novas formas de luta pela terra que têm sido travadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Movimento este que nasceu em consequência das inúmeras divergências da política de desenvolvimento agropecuário do governo militar. Essa luta é entendida como um movimento contra a expropriação e a exploração capitalista.

Mas, antes de adentrar na análise da formação histórica do MST, faremos um breve panorama de como se tem trabalhado a produção científica da história de luta pela terra, empreendida pelo movimento, pelos estudiosos brasileiros.

O geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (1996), em sua obra *MST formação e territorialização*, aborda o MST por meio do processo de espacialização e territorialização da luta pela terra. Nela, o autor ensaia uma teoria dos movimentos sociais. Analisa o MST, sua diversidade, suas contradições, estratégias e táticas pelo olhar do geógrafo. Fernandes faz uma pesquisa participante, que é instrumento de sua investigação, levando o leitor ao encontro da abordagem da experiência intelectual e o militante. Ele analisa nesse livro os processos de espacialização e de territorialização da luta pela terra, permitindo

compreender a “construção da forma de organização social em movimento e da multidimensionalidade de seus espaços, como de sucessivas conquistas de frações de territórios”(Fernandes, 1996, p. 27). Para ilustrar suas análises, Fernandes trabalha com as experiências de ocupação de terra que ocorreram no Estado de São Paulo, entre 1983 e 1996.

O caminho teórico desenvolvido pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (1996) vai além da espacialização diferencial. Busca, no entendimento da luta, “sua dimensão espacial: móvel, movente, flexível. Os acampamentos, as caminhadas, as ocupações de terras são processos que fazem a luta mover-se pelo território apropriado privadamente pelos proprietários de terra”(Fernandes, 1996, p. 27).

Já o livro *Uma foice longe da terra*, organizado pelo frei Sérgio Görgen (1991), com a participação de José Gomes da Silva, Santo Reni dos S. Florão, Darci Maschio e do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, relata a luta que se trava pela terra e pela reforma agrária no Brasil, que se desdobrou e atingiu as ruas da capital do Rio Grande do Sul no dia 8 de agosto de 1990. Os autores reconstituem e analisam aqueles acontecimentos desencadeados em Porto Alegre, conflitos estes que envolveram agricultores Sem-Terras e soldados, resultando em mais de 70 colonos feridos e um soldado morto: investigam o porquê de aquilo ter ocorrido e suas conseqüências e as notícias distorcidas sobre esses fatos publicados pela imprensa. Buscam também “o significado do atual momento histórico brasileiro”(Görgen, 1991, p. 8). Dessa forma, a obra tem “a finalidade de despertar as consciências capazes de transformar o sonho da distribuição de terra em realidade”(Görgen, 1991, p. 9).

A análise do filósofo Cândido Grzybowski (1991) em *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*, é um recorte do processo da sociedade como um todo e dos movimentos sociais específicos de trabalhadores rurais. O cenário do campo, segundo o autor, é a fase agrária de uma sociedade que vive uma “aceleração” histórica, com conjunturas sucedendo-se rapidamente no Brasil. Por meio desse processo, entre outros fenômenos econômicos e políticos, (re)constituiu-se a sociedade civil em uma diversidade de formas, de organizações e de movimentos sociais.

O autor faz a decomposição analítica do cenário das lutas no campo para construir hipóteses sobre a relação entre os diversos movimentos e a

democracia brasileira. A democracia, mais que um projeto necessário, é considerada um processo: de conquistas e consolidação de organizações e práticas democráticas na sociedade política; da ampliação de participação e autonomia da sociedade civil, criando condições de maior igualdade econômica e política; de criação de uma nova legalidade.

Nesse sentido, a análise se insere no debate atual sobre as alternativas e os próprios limites dos movimentos sociais, enquanto forjadores de cidadania e espaço de construção da democracia. Procurando tomar os movimentos, não pelo que podem ser ou deveriam ser, mas pelo que são na prática pelo caminho e descaminho que constroem ao se mover.

Outro trabalho de relevância é *Vozes da marcha pela terra*, organizado pelos historiadores Andrea Paulo dos Santos, Suzana Lopes Salgado Ribeiro e José Carlos Sebe Bom Meihy (1998). São registros históricos, a partir de entrevistas com trabalhadores rurais militantes da reforma agrária. Nesses relatos, encontram-se os dramas e conquistas, alegrias e tristezas, coragem e medo, solidariedade e companheirismo dos que lutam por uma distribuição mais justa da terra.

O trabalho reúne vários relatos dos representantes de cada delegação estadual, acampados em Brasília durante a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em 1997. Os depoimentos são organizados em blocos cronológicos e entremeados com a trajetória pessoal dos entrevistados, antes e depois do ingresso no MST, e da participação na Marcha Nacional. Os autores usam como metodologia a história oral e a colocam como um estudo moderno que cuida de documentos inéditos, propondo seu sentido social junto aos registros de um tempo e não aceitando o papel de porta voz qualificado.

Apesar de ser um trabalho importante na história oral, o volume deixou de apresentar uma análise dos depoimentos dos representantes do MST na Marcha Nacional, o que enriqueceria os dados coletados, constituindo um valioso acervo da vivência cotidiana dessas pessoas. Essas entrevistas podem ser utilizadas como fonte na verificação da eficácia do discurso “do” MST na luta por uma vida melhor, que será analisado neste trabalho.

O livro *A reforma agrária – produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate* foi coordenado pelo economista Carlos Enrique Guanziroli (1994). Tem por finalidade oferecer uma visão geral dos assentamentos, privilegiando as questões de renda. Fornece dados empíricos cientificamente

recolhidos e sistematizados para a discussão acerca da viabilização da reforma agrária. O principal objeto da pesquisa foi investigar o processo de geração de renda nos assentamentos e suas particularidades. A coletânea teve como objetivo reunir as contribuições de autores de diferentes óticas num único volume. Buscou-se, também, reunir uma pluralidade de vertentes de interpretação, que pudessem contribuir com temas da maior abrangência possível. A obra, numa perspectiva econômica, demonstra que a reforma agrária é possível, constatação feita por meio de dados estatísticos, analisados pelos economistas.

Brava gente – a trajetória do MST pela luta da terra no Brasil, de João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes (1999), traz uma importante entrevista de João Pedro Stédile concedida a Bernardo Mançano Fernandes, em 1998, sobre a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Reuniu questões e temas referentes às primeiras reuniões e aos primeiros encontros, que resultaram no nascimento do MST. A partir de um roteiro de questões pré-elaborado, o livro tem o objetivo de lembrar os momentos mais representativos e eventos construídos pelas ações dos Sem-Terra na formação do MST. Assim, o trabalho é caracterizado por um histórico da luta camponesa no Brasil, que culmina na organização dos trabalhadores rurais Sem-Terra. Aborda ainda a educação no movimento, a organização, a cooperação agrícola, a ocupação, a marcha e a mística.

O livro *Assentamentos – a resposta econômica da reforma agrária*, tendo João Pedro Stédile e Sérgio Antônio Görgen (1991) como organizadores, reúne, por sua vez, ensaios de vários autores, que fornecem diversas instruções, táticas e estratégias para orientar os trabalhadores rurais que foram assentados. O livro descreve as experiências dos trabalhadores rurais na tentativa de sistematizar as informações necessárias para que não haja nenhuma interrupção na caminhada dos sem-terra até a plena cidadania. A questão da organização tem bastante destaque, como peça-chave que é em todo processo. A obra mostra também com

dados fidedignos, que assentamento produz mais e melhor que a antiga fazenda desapropriada; até na pecuária; que o abandono da gleba é menor que na agricultura convencional; que os conflitos são minorados e a pressão sobre os serviços urbanos é diminuída [...] (Görgen, 1991, p.10).

O antropólogo Jadir de Moraes Pessoa (1999), em *A revanche camponesa*, trata da questão dos assentamentos rurais em Goiás nos anos 80. Seu trabalho é apoiado por uma ampla pesquisa bibliográfica e por depoimentos dos próprios assentados. O autor observa que é “impossível analisar os assentamentos a partir de um modelo teórico unívoco”, usando no seu estudo uma diversidade teórica, na qual “o horizonte fundamental não é demonstrar a lógica interna e a aplicabilidade de uma orientação teórica, mas tentar mostrar como se constituem, o que fazem e como se produzem os camponeses ocupantes” (1995, p. 25).

Pessoa procura demonstrar como os assentamentos representam a possibilidade de reconstituição de alguns aspectos da vida camponesa, ao mesmo tempo em que afirmam dimensões novas, produto do novo momento.

Com a exposição de diversos estudos sobre o MST e a reforma agrária, observamos a falta de um trabalho que dê relevância a uma problemática que é bastante viva nos movimentos sociais: os jogos simbólicos, ou seja, as disputas representacionais. Isso nos leva a discutir as condições de produção dos discursos (imagéticos, gestuais, escritos etc.), que serão trabalhados nos capítulos seguintes.

As grandes lutas camponesas no Brasil tiveram início no fim do Império e começo da República. Lutas camponesas como as manifestações de Canudos, Contestado, ligas camponesas e o banditismo que foram violentamente combatidas por forças militares compostas por milhares de soldados do Exército e das polícias estaduais. A maioria desses movimentos tinha características messiânicas ou influência da Igreja.

No entanto, como se trata aqui da análise da formação histórica do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, nos restringiremos a um breve histórico dos governos militares, que impulsionaram a formação/criação do movimento em 1980.

Os governos militares pós-64, com o intuito de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, incentivaram a reprodução da propriedade capitalista, criando condições para o desenvolvimento de uma política agrária e privilegiando as grandes empresas com incentivos financeiros, que, ao longo do tempo, passaram a se ocupar com a agropecuária.

Essa política agrária já havia sido definida antes do golpe pelo grupo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação

Democrático (Ibad), que tinham como objetivo contrapor a ação política do governo Goulart às mobilizações populares (Panini, 1990).

Esse projeto se transformou no Estatuto da Terra e, para se tornar viável, o Estado colocou a questão agrária sob o controle do poder central, de forma que o Estatuto da Terra não permitisse o acesso à terra aos camponeses e sim aos capitalistas, tornando-se um instrumento de controle das lutas sociais e desarticulando os conflitos de terra (Fernandes, 1996).

Os governos militares, utilizando-se da bandeira da reforma agrária por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), mediante o projeto de colonização, com a promessa de solucionar os conflitos sociais no campo, atendiam aos interesses do empresariado nacional e internacional, com o objetivo de colonizar para não reformar o problema da terra. Por trás desse processo, utilizava-se uma estratégia geopolítica de exploração total dos recursos naturais da Amazônia pelos grandes grupos nacionais e internacionais. Ainda nessa época, o governo militar beneficiou vários grupos empresariais, que adquiriram imensas áreas nas regiões Centro Oeste e Norte, modificando dessa forma a política agrária do campo sem alterar o regime de propriedade de terra.

Em 1970, o governo militar, para manter sua política agrária, acabou com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e criou o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra), representando o fortalecimento dos grandes grupos econômicos que controlavam os projetos de colonização. Os projetos estavam contidos no Programa de Integração Nacional (PIN), que, no governo do general Médici, fez parte de uma campanha ufanista, motivada por um “falso nacionalismo” segundo o qual era necessário integrar a Amazônia para não entregá-la aos estrangeiros, encobrendo a verdadeira intenção do regime militar: não interferir no processo de aquisição de terras por estrangeiros, mas alimentá-lo ainda mais por meio da política de projetos agropecuários (Oliveira, 1990).

Em 1971, o governo cria o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), que viria intensificar o processo histórico da concentração fundiária no Brasil, investindo ainda na repressão brutal a qualquer forma de organização política dos trabalhadores rurais.

A partir dessas mudanças na política fundiária, inicia-se a instauração dos projetos agropecuários por grandes empresas na Amazônia, no Centro-Sul e Nordeste, desenvolvendo-se uma rápida industrialização da agricultura. Essa política acentua a concentração agrária, a expropriação e a exploração, multiplicando assim os conflitos por terra. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) cadastra, em 1979, 715 conflitos, dos quais 88,1% começaram a partir de 1973, distribuídos por todo o país (Martins, 1984).

A aliança governo militar/empresários precisava da sustentação do poder local para a sua estratégia geopolítica de controle de território, aliando-se assim aos agentes do poder tradicional na repressão contra as formas de organização dos trabalhadores rurais, que ressurgiam pela ação da pastoral da Igreja Católica e do movimento sindical.

Dessa forma, o governo realizou os objetivos de sua política agrária, promovendo a modernização técnica no campo sem mexer na estrutura fundiária, valorizando as terras apropriadas pela burguesia agrária e criando uma reserva de força de trabalho (Oliveira, 1990).

Ao longo das duas décadas (1964-1985) em que os militares estiveram no poder, eles garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número e da extensão dos latifúndios. Financiaram as mudanças na produção com incentivos e crédito subsidiado pela política agrícola. Proporcionaram a modernização da agricultura e a territorialização do capital no campo. De outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política, o que resultou em 1.106 assassinatos de trabalhadores rurais, que lutavam contra a expropriação, a grilagem de terras, os despejos violentos, o trabalho escravo, a queima das casas e das lavouras, a superexploração dos trabalhadores assalariados e sem direitos. Estes são fatos dessa política de desenvolvimento que quis levar o progresso para o campo (numa concepção burguesa do termo). Porém, ao fortalecer uma única forma de relação social, pela violência da cassação dos direitos, promoveu a miséria resultante da expropriação e exploração. Resistindo a essa conjuntura, os trabalhadores rurais, posseiros, Sem-Terra e assalariados se organizaram para transformá-la.

Para analisarmos a luta pela terra no período da ditadura militar, é preciso considerar um fato inteiramente novo:

o espaço de socialização política conquistado/criado no processo de mudanças no interior da Igreja Católica a partir do final dos anos sessenta. Embora alguns setores da Igreja tenham se envolvido com o golpe de 64, apoiando-o, acreditando que o Estatuto da Terra quebraria as barreiras do latifúndio, permitindo o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida no campo, esta expectativa logo foi abandonada. O que aconteceu de fato foi a instalação da grande empresa capitalista no campo. As mudanças que a Igreja esperava não eram as que o Estado implantava. O tipo de propriedade que o Estado defendia não era o tipo de propriedade que a Igreja estava defendendo. A Igreja começa a trabalhar o problema não na perspectiva da acumulação, mas na perspectiva da distribuição. (Fernandes, 1996, p. 55)

Nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), surgidas no anos 60, constituem-se espaços de reflexão acerca da realidade vivida pelos trabalhadores rurais. Dessa maneira, as CEBs passam a representar os espaços de confronto, o ponto de partida para a luta organizada contra a política de desenvolvimento agropecuário instaurada.

É isso que vai marcar toda a posição dela até hoje: trabalhar com a idéia de pobre e pobreza, e não com a idéia de acumulação, que é o que está presente muitas vezes nas posições de partidos políticos de oposição, os partidos de esquerda em geral.

No período de 1978 a 1985, no campo, em diversos lugares do país, ocorreram lutas que deram origem ao MST. As primeiras movimentações que marcaram a história do MST foram as ocupações das glebas de Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta - Rio Grande do Sul, em 1979; a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Campo Erê - Santa Catarina, em 1980, e, ainda no mesmo ano, no Paraná, o conflito com mais dez mil famílias envolvidas, que tiveram suas terras inundadas pela construção da Barragem de Itaipu e que obtiveram do Estado apenas uma proposta de indenização em dinheiro; em São Paulo, registrou-se a ação dos posseiros de Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários se organizaram reivindicando o acesso à terra. Também nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia e Goiás, verificavam-se mobilizações.

A luta de grande importância nesse período foi a dos trabalhadores rurais de Ronda Alta e Sarandi. Desde 1968, mais de mil famílias vinham arrendando terras da reserva indígena dos índios kaingang de nonoai, por intermédio da Funai. Mas, a partir de 1978, começaram a se retirar das terras por causa dos conflitos com os índios, que exigiam a desocupação da reserva. Das famílias despejadas, uma parte permaneceu acampada na região de Ronda Alta/Sarandi (setecentas famílias). A maior parte, não tendo para onde ir, foi abrigada no Parque de Exposição Internacional de Esteio. Das famílias alojadas no parque, 550 foram transferidas para o Estado do Mato Grosso, no projeto de colonização da Cooperativa Mista Aceguá Ltda. Cento e vinte e oito famílias foram assentadas em Bajé.

Os trabalhadores que sobraram permaneceram na região, com o apoio da Igreja Católica e de diversas entidades. Então, começaram a se reunir para discutir a sua situação. Em junho de 1978, aproximadamente duzentas famílias ocuparam a área de reserva florestal da Fazenda Sarandi. Foi uma tentativa fracassada, em virtude da desorganização interna. Mas esse fracasso foi muito bem assimilado, e uma outra ocupação se concretizou 14 meses depois nas glebas de Macali e Brilhante, que eram exploradas pela Madeireira Carazinhense. As famílias, após resistirem a algumas pressões e intimidações, foram aceitas pelo governo estadual. Esses movimentos de ocupação, as experiências construídas cotidianamente pelos trabalhadores e os seus projetos são considerados o marco inicial dessa nova fase de lutas dos trabalhadores rurais.

A partir desse momento, aumentaram as ocupações de terra em vários Estados. Eram lutas localizadas, que traziam em si uma experiência comum: sua forma de organização. Alguns desses movimentos já haviam criado suas próprias denominações, que traziam, nas suas siglas, a sua localização, como os formados no Estado do Paraná: Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste (Mastro); Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste (Mastes). No Estado de São Paulo, surgiam o Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo e o Movimento dos Sem-Terra do Sumaré.

Várias lutas eclodiam em diversos lugares ao mesmo tempo. A divulgação dessas mobilizações pela Igreja e, em pequena escala, pela imprensa, fez com que surgisse o interesse de trocar experiências. Das experiências em curso, houve uma certa prevalência das lutas do Sul do país, pelo rápido

crescimento do número de famílias envolvidas, pelo enfrentamento e pelas formas de resistência construídas no cotidiano das lutas populares, pelas primeiras divulgações dessas ações entre os trabalhadores rurais Sem-Terra.

As mobilizações populares que se desenvolveram nesse período contribuíram muito para as mudanças das estruturas tradicionais das organizações políticas, principalmente da Igreja Católica, do novo sindicalismo representado pela CUT e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Essas instituições foram, no transcorrer do tempo, as principais matrizes político-culturais do movimento de trabalhadores rurais que emergia. Mas a necessidade política da criação de uma nova forma de organização social se dava exatamente pelos limites que as estruturas convencionais das instituições envolvidas na luta pela terra enfrentavam. Estas, evidentemente, não respondiam às necessidades e aos interesses desses sujeitos. Essa luta em movimento exigia avanços. Assim, a Igreja, o sindicato e os partidos contribuíram para a ampliação das dimensões das suas estruturas.

Vale dizer que a luta pela terra é um dos problemas sociopolíticos de que estas instituições se ocupam. A reforma agrária consta em seus programas como um objetivo a atingir, mas não são os sujeitos realizadores do processo. Estas instituições aparecem no cenário da luta como apoio, por meio das alianças, mas de fato os verdadeiros realizadores são os trabalhadores, são eles que fazem a luta. (Fernandes, 1996, p. 30)

O movimento social religioso buscava mudanças, seja na ordem econômica, política e social. Procurava mobilizar a população para alcançar essas mudanças. A religião transformava-se, assim, em um elemento estimulador dessa mobilização, porque possibilitava aos proponentes das transformações vencer as resistências terrenas dos participantes, bem como tolher, muitas vezes, a repressão institucional (Vasconcellos, 1991). E as CEBs passam a dar apoio para essa transformação.

Na primeira metade da década de 1970, época do auge do regime militar, as CEBs foram o lugar social onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. Embora tenha apoiado o golpe de 64, a Igreja começa a mudar de posição a partir de

1973. Nas suas bases, alguns sacerdotes já se envolviam com o processo de resistência dos trabalhadores em torno da questão da terra. Esse espaço político havia nascido no começo dos anos 60, quando começaram a surgir as primeiras CEBs no Brasil. Nessas comunidades, começa a ganhar relevo a reflexão acerca da realidade imediata, como exercício da liberdade pessoal. Para a execução dessa prática, foi preciso construir, nesse lugar, um novo espaço, novas dimensões e novos valores. As comunidades deixam de ser apenas o lugar onde os fiéis vão à procura de paz para se tornar um espaço de reflexão e de opções pessoais e coletivas a respeito da vida. Segundo Frei Betto (1981), são dois fatores correlatos que explicam o nascimento das CEBs:

[...] a expropriação da terra e a exploração do trabalho. Migrantes e oprimidos, os membros das comunidades, se outrora buscavam na religião um sedativo para os sofrimentos, encontram agora um espaço de discernimento crítico frente à ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir à opressão. A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos. (Betto, 1981, p. 70)

A razão histórica da existência desse espaço é entendida, primeiro, pela expansão capitalista no campo e, segundo, pelas mudanças profundas sofridas, em parte, nas estruturas da Igreja Católica no início dos anos 60. O envolvimento dos sacerdotes com a realidade da comunidade e os surgimento da CEBs como lugar de reflexão modificaram as relações políticas em inúmeros lugares.

A Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais e contribuindo na organização e na luta dos trabalhadores. Esse processo de organização exhibe algumas características que nos ajudam a compreender o multidimensionamento do espaço social, a formação de um novo sujeito e a elaboração das formas de organização social, das quais emergem os novos movimentos sociais.

[...] a igreja incorpora em seus rituais e trabalhos na comunidade: a cultura, o interesse, a vontade e os conhecimentos para refletir a história e evidentemente a realidade econômica desse povo. É nessa perspectiva que o pobre emerge como sujeito de sua libertação e também da nova evangelização. Ele é sujeito criador de igreja. As CEBs representam a obra dos próprios oprimidos, que, apoiados por tantos bispos, padres teólogos e outros agentes sociais, a partir de sua fé e de sua cultura estão recriando a Igreja como comunidade de vida. (Boff, 1990, p. 35)

As CEBs tornam-se, desse modo, lugares de reflexão, o espaço de socialização política, com o objetivo de conscientizar seus integrantes sobre sua condição. Esses lugares são transformados em espaços de liberdade, uma vez que ali se podia falar, ouvir, pensar e refletir por meio das ampliações desse processo pedagógico, em que os sujeitos refletiam a respeito de suas histórias. Também começaram a articular ações de resistência contra as injustiças sofridas pelos trabalhadores.

As celebrações passaram a contar com a participação da comunidade, cujos membros deixavam de ser meros espectadores e se tornavam atores. Os sacerdotes motivavam as pessoas a se manifestar, abrindo a palavra em determinado momento da homilia. A leitura do Evangelho era associada à realidade da luta da comunidade. Portanto, as celebrações também passaram a ser momentos de reflexão sobre a vida concreta, ou seja, a leitura do Evangelho era calcada no real. Havia uma relação direta com a história, com as culturas e com a situação econômica das pessoas na sua trajetória de vida e de seu espaço de socialização política. As famílias se reuniam para se conhecer e pensar sobre o seu papel na sociedade. Discutiam-se os mais diversos temas, algumas vezes orientados pela própria ação da comunidade. As pessoas participavam das mais variadas formas: ensinando a partir da sua própria história, ou associando-a com o conteúdo dos livretos ou da Bíblia. Esse esforço possibilitava aprender a respeito de si mesmas e da coletividade.

Numa sociedade que vivia um período de governo autoritário, em que a participação política praticamente inexistia e os cidadãos estavam se organizando para lutar pelo direito de ter direito, as CEBs eram escolas de cidadania. O sentido mais importante dessa congregação era o espírito da igualdade: todos eram povo de Deus. Esse sentido de igualdade e de valorização

das pessoas motivava a participação, de forma que a timidez e a insegurança eram superadas pelo fato de estarem entre iguais. (Fernandes, 1996)

Esse modelo parlamentar flexível, que era a base da organização da CEBs, serviu como referência para as novas formas de organização social que emergiam. As CEBs eram os lugares onde foi possível criar espaços para se comunicar, aprender e se organizar para lutar, para enfrentar, de fato, o inimigo, para transformar a realidade dura e sofrida.

No caso da luta pela terra, o livro do Êxodo era uma das referências para que os trabalhadores compreendessem melhor a sua história. Nas comunidades, durante os estudos bíblicos, era feita uma analogia entre o êxodo do povo hebreu e o êxodo sofrido pelos trabalhadores rurais. Esse processo pedagógico enriquecia as novas formas de organização que emergiam. Estava em movimento a fermentação da caminhada à terra prometida. (Fernandes, 1996)

Diante das leituras de suas condições sociais, políticas, econômicas e culturais, os trabalhadores rurais iniciavam o confronto com o modelo econômico vigente. Desse confronto produzido pelas relações sociais, criava-se um novo espaço de resistência, sobretudo nas suas dimensões político-culturais, que foi a força motriz que deu início à territorialização da luta pela terra no Brasil nas últimas décadas.

Baseando-se na troca de experiências entre o movimento nos diversos municípios e Estados, foi possível a articulação desses movimentos, que começaram a ser construídos na perspectiva de superação do isolamento e em busca da autonomia política. Essa superação se fazia necessária em razão das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das lutas localizadas. As mobilizações ocorriam no campo, porém o processo de conquista da terra não se verifica só no campo, mas sobretudo na cidade. Assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infra-estrutura para a luta.

A articulação ocorreu a partir dos encontros entre as lideranças das lutas localizadas. A CPT, que na época já possuía uma organização em nível nacional e estava presente em quase todas as mobilizações, promovia esses encontros. No Centro-Sul, um encontro importante foi realizado em julho de 1982, no município de Medianeira (PR). No plano nacional, a CPT promoveu

em setembro do mesmo ano um encontro em Goiânia (GO), do qual participaram trabalhadores de 16 Estados.

Segundo o integrante do MST, João Pedro Stédile, foi em Goiânia que se realizou o primeiro encontro para a troca de experiências da luta pela terra.

[...] Eu me lembro bem que quem assessorou foi o José de Sousa Martins. Foi a primeira reunião nacional que eu fui, nunca tinha saído do Rio Grande[...]. Foi um encontro de troca de experiências e nenhuma proposta, troca de experiências: como é que vocês fizeram isso, como é que fizeram aquilo. Foi pra se conhecer. Inclusive aí então começou a se conversar que a gente podia se organizar, podia ter mais contato. Tinha umas idéias assim: não a CPT vai fazer isso pra nós. Como nós se conhecemos nessa reunião, nós dos Estados do Sul resolvemos nessa reunião, nós vamos continuar se reunindo, nós vamos continuar se encontrando. Então nós fizemos uma espécie de regional, sem estar escrito nada. Continuamos se reunindo periodicamente nestes cinco Estados do Sul. (Stédile. In: Fernandes, 1996, p. 79)

É a partir desses encontros que algumas lideranças, dos movimentos existentes no Sul do país, começaram a discutir as possibilidades de organizar um movimento social mais amplo, que permitisse superar os problemas do isolamento. Assim, em janeiro de 1983, fizeram um encontro em Chapecó (SC) e criaram uma Coordenação Regional Provisória que reunia representantes de cinco Estados do Centro-Sul: RS, SC, PR, SP e MS. Nesse ano, foram realizados outros encontros nas cidades de Naviraí e Glória de Dourados - MS, em Araçatuba (SP) e em Ronda Alta (RS).

Aí essa Coordenação Regional resolveu o seguinte: por que nós não organizamos um negócio maior? Só estamos nós aqui do Sul. Vamos fazer um encontro nacional de conflitos de terra. E convocamos um encontro nacional para janeiro de 1984 em Cascavel. Aí vieram, eu não me lembro se foram doze ou dezesseis Estados. Todo mundo tinha luta pela terra. Essa era a marca para poder participar. Em todos esses encontros e também nesse encontro nacional, era um negócio muito integrado com a CPT que apoiava as lutas fazendo os contatos e conseguindo infraestrutura. Bom aí fizemos esse encontro nacional em Cascavel -

PR e aí sim, já com a marca bem de trabalhador mesmo, quer dizer, aquele ainda de Goiânia foi um encontro da CPT, para refletir sobre a luta pela terra. Esse aqui não, já foi das próprias lutas. (Stédile. In: Fernandes, 1996, p.78)

As experiências construídas no cotidiano da luta proporcionaram aos trabalhadores uma nova forma de organização. Nas palavras de Eder Sader, “havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos” (Fernandes, 1996, p. 79).

O encontro nacional, em 1984, representou a fundação e a organização de um movimento de camponeses Sem-Terra, em nível nacional, onde iriam se articular para lutar por terra e pela reforma agrária. Nasceu então o Movimento Sem-Terra, com a articulação dos diversos movimentos em nível localizado. Foi batizado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Nesse encontro, também foram elaborados os objetivos gerais do MST:

1. que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
2. lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
3. ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;
4. organizar os trabalhadores rurais na base;
5. estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;
6. dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
7. articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

Esses objetivos representam a luta histórica dos trabalhadores rurais.

As reivindicações tiradas nesse encontro foram:

1. legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores;
2. estabelecimento da área máxima para as propriedades rurais;
3. desapropriação das terras das multinacionais;
4. desapropriação de todos os latifúndios;
5. demarcação das terras indígenas, com reassentamento de posseiros pobres em áreas da região;
6. apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores rurais;

7. fim dos incentivos e subsídios do governo ao Proálcool, Jica e outros projetos que beneficiam os fazendeiros;
8. mudança da política agrícola do governo, dando prioridade ao pequeno produtor;
9. fim da política de colonização.

Nessas reivindicações, estão representados o passado próximo, nas transformações ocorridas no campo pela instauração da política de desenvolvimento agropecuário do regime militar; o presente, pelas ocupações realizadas e pela nova forma de organização do movimento, e o futuro, pelo país que têm de construir.

Na fundação do MST, os trabalhadores criavam um novo espaço no cenário político brasileiro da luta pela terra. Um ano depois, em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba (PR), o MST realizou o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra. Nesse evento, o MST definiu o seu conceito de reforma agrária:

Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade. (Anais do 1º Congresso, 1985)

Essa proposta de reforma agrária faz parte dos anseios do MST, que visa construir uma nova sociedade, mais igualitária. Dessa forma, essas reivindicações são medidas necessárias para o processo de mudança da sociedade.

Ainda no congresso, foram apresentados os objetivos da reforma agrária:

1. garantir trabalho para todos, com a conseqüente distribuição de renda;
2. produzir alimentação farta, barata e de qualidade para toda população brasileira, possibilitando segurança alimentar para toda sociedade;
3. garantir o bem-estar social e a melhoria das condições a todos os brasileiros. De maneira especial, aos trabalhadores e, prioritariamente, aos mais pobres;
4. buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual;

5. difundir os valores humanistas e socialistas, nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero;
6. contribuir para a criação de condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, respeitando sua qualidade de direitos iguais;
7. preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas e florestas, de maneira a se ter um desenvolvimento auto-sustentável; implementar a agroindústria e a indústria como fator de desenvolvimento do interior do país. (Anais do 1º Congresso, 1985).

Com esse encontro, concretizava-se assim uma parte desse processo histórico da formação do movimento.

Passados dez anos do início da caminhada da luta pela terra e da formação do MST, em 1995, na realização de seu 3º Congresso Nacional, o MST apresentou uma nova elaboração de seus objetivos gerais:

1. construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
2. a terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;
3. garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
4. buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
5. difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
6. combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

Nessa nova elaboração, o MST manteve os mesmos princípios de transformação da sociedade com base em suas ações, ampliando e atualizando os objetivos. Isso representa algumas mudanças, que são resultado do próprio desenvolvimento das experiências construídas na contínua luta pela terra. Nesse sentido, apresentou também uma síntese de seu programa de reforma agrária:

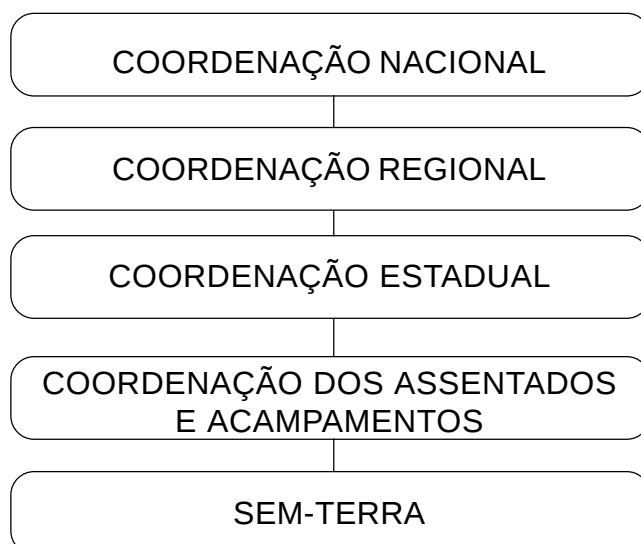
1. modificar a estrutura da propriedade da terra;
2. subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;

3. garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;
4. apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;
5. levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;
6. aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido;
7. desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;
8. buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

Esses pontos são uma síntese do programa agrário elaborado no interior do MST. Eles apresentam o tipo de reforma agrária que o movimento pretende alcançar e, ao mesmo tempo, as transformações necessárias para pôr em prática o programa.

Nesse processo histórico do avanço das mobilizações, da conquista da terra, dos assentamentos, dos novos desafios criados em cada vitória, os trabalhadores rurais foram construindo a sua organização; desde 1985 até hoje, o MST foi se transformando de acordo com a realidade da luta.

E tem hoje a seguinte estrutura:



A Coordenação Nacional é formada por aproximadamente noventa pessoas. São dois membros por Estado, eleitos nos encontros estaduais; um representante escolhido de cada Central das Cooperativas Estaduais; dois membros eleitos por setores nacionais, e 21 membros eleitos da Direção Nacional, durante o encontro nacional da entidade.

A Coordenação Regional é formada por membros eleitos ou indicados nos encontros regionais. Estes também são membros das coordenações dos assentamentos ou dos acampamentos e são eleitos em assembléias.

A Coordenação Estadual é representada por um coletivo eleito no encontro estadual e composta por sete até 15 membros, de acordo com a realidade da forma de organização em cada Estado. Esse coletivo é composto pelos membros da Direção Estadual, da Central de Cooperativas e dos setores estaduais.

As Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formadas por membros de vários setores, como: produção, educação, saúde, comunicação, frente de massa, finanças. Em nenhuma das instâncias existem cargos como chefes, presidentes, diretores etc. Os dois graus da hierarquia são coordenadores e membros.

O MST tem como personalidade jurídica a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca).

O movimento se divide em setores que formam a coordenação dos assentamentos, compostos por representantes de cada um dos setores abaixo:

1. Relações Internacionais;
2. Secretaria Nacional;
3. Sistema Cooperativista dos Assentamentos;
4. Frente de Massa;
5. Educação;
6. Formação;
7. Comunicação;
8. Finanças;
9. Projetos. (Fernandes, 1996)

É importante ressaltar que tanto essa forma como essa estrutura estão em movimento constante. Portanto, transformam-se no dia-a-dia da luta.

Assim a luta do MST se forma a cada dia, a cada nova ocupação, com novas experiências, nos quais os atores são os próprios trabalhadores que conquistam seu próprio espaço com dignidade.

Dessas várias lutas e estratégias, temos como referência a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, realizada em 1997, que será descrita a seguir.

1.2 A MARCHA NACIONAL POR REFORMA AGRÁRIA, EMPREGO E JUSTIÇA

Companheiros de jornada
Dessa longa caminhada
Vamos falar um pouquinho
Dessa história que é formada
Com luta, com sofrimento
Com sangue que é derramado
Daqueles que dão as mãos
Aos companheiros massacrados
Pelo homem que é tirano
Com poder que é desumano
Com o dinheiro que é roubado.

(Zoel Bonomo - MST/ES)

A Marcha Nacional do MST teve início no dia 17 de fevereiro de 1997, partindo de três pontos do país. Um grupo saiu da cidade de São Paulo, outro de Governador Valadares, em Minas Gerais, e outro de Rondonópolis, no Mato Grosso (Figura 1). Os Sem-Terra caminharam por dois meses rumo a Brasília, chegando à capital federal no dia 17 de abril, data que marcou um ano do massacre de Eldorado dos Carajás.

De São Paulo, partiu um grupo de 600 Sem-Terra, após uma concentração realizada na Praça da Sé, que contou com a presença, entre outros, de Vicentinho, presidente da CUT, de Frei Betto e de José Dirceu, presidente do PT. Depois de percorrerem as ruas do centro da capital, os Sem-Terra provenientes do Rio Grande do Sul (100), Santa Catarina (100), Paraná (200) e São Paulo rumaram em direção à Rodovia Anhangüera até Brasília. Eles percorreram 1.015 km.

O grupo que saiu do Governador Valadares era composto por 100 Sem-Terra de Minas Gerais, 50 do Rio de Janeiro, 100 do Espírito Santo e 150 da Bahia, totalizando 400 participantes.



Figura 1 - Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça.
(*Jornal Sem Terra*, fevereiro de 1997)

No dia de 17, pela manhã, os Sem-Terra se encontraram no Assentamento Oziel Alves Pereira (a 8 km do centro de Governador Valadares). A partir das 16 horas, houve um ato público e uma celebração ecumênica, com a participação de assentados vizinhos, sindicalistas do Rio de Janeiro, personalidades municipais, estaduais e federais. Em João Monlevade, foi realizado um ato contra a privatização da Vale do Rio Doce (*Jornal Sem Terra*, 1997, p. 10), estratégia que apresenta o MST como um movimento pela defesa da *res publica*, preocupado com a nação brasileira, elemento que destacaremos mais adiante.

De Rondonópolis, saiu uma marcha composta por trezentos integrantes provenientes do Mato Grosso, de Rondônia, do Mato Grosso do Sul, de Goiás e do Distrito Federal. O ato de largada se realizou pela manhã, na Praça dos Carreiros.

Em cada ponto por onde a Marcha Nacional do MST passou, setores da comunidade local, como as igrejas, os sindicatos e as prefeituras locais recebiam os Sem-Terra, garantindo-lhes repouso e alimentação. Além disso, em cada cidade, houve adesão dos movimentos populares locais, que os acompanhavam até o próximo município. As paradas eram animadas e quase sempre contavam com a presença de personalidades e artistas. Para o movimento, essa solidariedade inestimável era o combustível da marcha, com o qual planejavam cativar a sociedade a lutar pela justiça, pelo emprego e pela reforma agrária, os temas centrais dessa grande mobilização dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (*Jornal Sem Terra*, 1997, p. 11).

A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, como foi denominada, apresentava várias estratégias com o fito de se tornar o movimento social de maior dinamismo do país. Uma delas era montar acampamento em Brasília no aniversário da chacina de 19 lavradores que ocorreu em Eldorado dos Carajás, em 1996. Era uma forma de cobrar punição para os mandantes e executores da matança, que completava um ano sem que houvesse condenação dos responsáveis e providências em relação à posse da terra. Além disso, os Sem-Terra prometiam realizar comícios pela reforma agrária nas cidades por onde passassem, uma maneira de buscar adesões nas áreas urbanas.

A mudança do discurso “Reforma Agrária: Essa Luta é Nossa” por “Reforma Agrária: Essa Luta é de Todos”, tornando-o mais abrangente, não foi por acaso. Fazia parte da nova estratégia do MST: mostrar que a reforma agrária interessa a todos brasileiros. A princípio pode parecer sem sentido, mas essas ações produzem efeitos no espaço público.

A mudança de orientação política transformou-se em bandeira dos Sem-Terra de norte a sul do país. Em Governador Valadares, ponto de largada da caravana de 400 Sem-Terra, o dirigente nacional Ênio Bonenberger resumiu a pregação que foi repetida nos comícios: “Por que o Sem-Terra não pode lutar também pela defesa da pátria?”, referindo-se às reivindicações por emprego e justiça social incorporadas ao discurso do MST. “Queremos ampliar nosso apoio na sociedade”, completava o líder José Rainha Júnior.

Além de chamar atenção sobre a urgência de realizar uma efetiva reforma agrária e punir os responsáveis pelos repetidos massacres de trabalhadores rurais, a Marcha Nacional do MST celebrou, pela primeira vez, o

Dia Internacional de Luta Camponesa. A data foi escolhida pela Via Campesina, uma articulação internacional de organizações camponesas, que estava reunida no México quando ocorreu o massacre no Pará, em 1996.

Todas as datas que celebram as lutas da classe trabalhadora, como o Dia do Trabalhador, 1º de maio, e o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, foram dias em que operários e operárias foram massacrados quando estavam lutando por melhores condições de trabalho e de vida. Uma estratégia para a inserção da luta do MST no rol dos movimentos historicamente consagrados.

No movimento, houve quem comparasse a marcha a Brasília à mitológica Coluna Prestes, movimento revoltoso que pregou com armas pelo interior do Brasil, de 1924 a 1926, a derrubada da República Velha. Mas, em vez de espingardas e fuzis, os Sem-Terra carregavam enxadas, foices e a bandeira vermelha do MST, andando em média 20 quilômetros por dia.

A marcha também serviu como contestação ao projeto conservador e neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso - de modernização conservadora -, que naquela altura era considerado um sucesso, principalmente pelo discurso das elites e da imprensa, que pregava todos os dias o projeto do governo como vitorioso e insubstituível, além de anunciar a reeleição como a única solução.

O projeto da administração de Fernando Henrique Cardoso, ao invés de buscar a libertação, o progresso social, representava a subordinação dos cidadãos brasileiros a um projeto de dominação de classe. Como dizia o sociólogo e professor de USP Francisco de Oliveira, “[...] um governo que nega e destrói direitos. A grande liberdade que ele prega é a dos consumidores, mas a liberdade do cidadão está batendo em retirada”. (*Jornal Sem Terra*, 1997, p. 4).

É válido lembrar que o MST acreditava, naquele momento, que as massas populares eram as únicas que tinham a força suficiente para alterar o curso da história e a correlação de forças políticas na sociedade. (*Jornal Sem Terra*, n. 166, 1997).

O professor Francisco Oliveira também acreditava que a reforma agrária dependia essencialmente do MST, destacando a importância das alianças e das ações para apresentar e colocar a distribuição mais justa de terras no país no cotidiano das famílias. Pois, apesar de a reforma agrária ter um valor político

extremamente relevante, é difícil catalisar a população em torno dela, porque há muito tempo ela deixou de fazer parte da experiência cotidiana. Daí que uma das estratégias do MST, para que ocorresse essa inserção, era trabalhar na linha do imaginário, que é por onde as pessoas se ligam a seu passado. Esse tema será discutido nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

A mídia e a construção da notícia: o caso do MST

Nós fazemos assim, depois de conseguirmos o nosso espaço, vamos ajudar os outros.

(Adauto Silva, MST/SP).

Neste capítulo, será objeto de análise a forma como é construída a imagem do MST e de suas lideranças por dois grandes veículos da grande imprensa: as revistas semanais *Veja* e *IstoÉ*, no período de 1997 a 2002, totalizando 245 números da revista *Veja* e 245 da *IstoÉ* pesquisados. Dentro desse período analisado, nota-se a insistência dessas duas publicações em apresentar uma imagem negativa do MST, enfocando somente fatos e atos negativos do movimento sem demonstrar os fatores positivos da luta que encampam.

A *Veja* e a *IstoÉ* representam a mídia hegemônica, detentora do discurso legitimador, a qual não se preocupa em provar se tal discurso é falso ou verdadeiro, mas manipular as notícias acerca da trajetória do MST.

Em contraponto, temos o contradiscurso do MST, tema do capítulo III, por meio das publicações dos Sem-Terra (jornais, revistas, cartilhas, cartazes, agendas, etc.), que servem como contraponto à mídia hegemônica. Atuando de maneira semelhante à mídia hegemônica, o MST faz um trabalho inverso, exaltando e enaltecendo sua luta, seu ideal, seus líderes, seus mitos, sua mística e sua jornada em prol de uma sociedade mais justa, pois o MST não luta somente por reforma agrária mas também por uma sociedade mais justa e igualitária.

No caso da revista *IstoÉ* percebe-se que, para legitimar a sua fala, a publicação se vale de nomes de intelectuais para construir e fortalecer seu discurso. Esses intelectuais esboçam sua opinião, reforçando a construção da

imagem negativa do movimento, com o objetivo de fazer com que o leitor sinta repulsa em relação ao MST.

Seguindo o raciocínio de Bourdieu (1996), esses intelectuais e pesquisadores cujas opiniões são veiculadas nas páginas da *IstoÉ* têm a voz de autoridade concedido pela sociedade. Suas idéias são acatadas porque eles são os porta-vozes autorizados por um determinado grupo que lhes concedeu o mandato do poder para pronunciar um discurso que o torna legitimador. O mesmo ocorre com o jornalista, que representa o porta-voz autorizado da imparcialidade e neutralidade que a profissão evoca. Por isso, é competente para analisar a “realidade” vigente.

A *IstoÉ* ainda transcreve depoimentos dos próprios Sem-Terra para legitimar seu discurso, trabalhando com frases soltas e fora do contexto das entrevistas ou do acontecimento, analisando-as conjuntamente com fotografias e imagens.

Já a *Veja* aborda as normas jurídicas baseando-se em experiências cotidianas e comuns das pessoas, conjuntamente com montagens de imagens feitas por computação gráfica, transformando líderes em demônios e bandidos. As incisivas reportagens da revista sobre o MST têm a clara intenção de denegrir a imagem do movimento.

O MST, em contraponto, faz o trabalho de inversão desse discurso (contradiscurso), por meio da conscientização contínua dos seus integrantes, uma vez que o movimento é considerado hoje um desafio para a burguesia brasileira. Definindo-se como um movimento de massas de caráter sindical, popular e político, o MST luta por terra, reforma agrária e mudança na sociedade, como ficou claro no lema de 1995 : “Reforma agrária: uma luta de todos!”.

Esse lema, que conclama à união, na verdade explicita a delimitação do MST como um segmento na sociedade. A elipse do verbo implica o tempo e o modo da relação entre a reforma agrária e a luta de todos. Na voz do movimento, a reforma agrária é e deve ser uma luta de todos, mas sabemos que ela constitui uma luta singular, recusada por muitos, ou seja, “a reforma agrária não é uma luta de todos”. E, nessa recusa de muitos, a mídia vem fazendo o seu papel fundamental no inconsciente do leitor, através do discurso jornalístico instituído para retratar a atualidade (Flausino, 1999), que está inevitavelmente atrelado ao

cotidiano e, conseqüentemente, à produção frenética de novidades consumíveis de acordo com a ideologia e o estágio das sociedades em que é produzido.

Antes de entrar na análise a que se propõe este capítulo, é importante esclarecer que a imagem/fotografia a ser estudada aqui é entendida como uma mensagem visual composta de diversos tipos de signos que equivalem a uma linguagem, sendo assim considerada como uma ferramenta de expressão e de comunicação (Jolly, 1996).

Dessa maneira, é relevante saber quem será o destinatário da reprodução dessa imagem, em que contexto se desvenda a história e se a mensagem emitida reporta à emoção.

Quanto ao destinatário, já pode ser descrito, uma vez que a *Veja* e a *IstoÉ* têm como público-alvo os leitores da classe média e alta; a classe baixa é praticamente ignorada por essas publicações, uma vez que os mais pobres não têm como arcar com o custo de aquisição dessas revistas.

Já quanto ao debate do contexto histórico e a questão se a mensagem reporta ou não à emoção, deverão ser avaliados mediante cada imagem.

Nesse debate, o jornalista e o fotógrafo aparecem como peça fundamental, uma vez que são considerados, no contexto da mídia, os únicos profissionais legalmente habilitados a exercer a função de relatores dos acontecimentos. Portanto, são os construtores da notícia.

Bethania Mariani (1998) analisa o sujeito enunciador da notícia, o jornalista, que projeta a imagem de um observador imparcial – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, dessa forma, formular juízos de valor, emitir opiniões, justamente porque não se “envolveu” com a questão.

Assim, as informações e imagens fornecidas pelo jornalista são relatos das ações e dos mundos distantes de nossa realidade imediata. Nesse processo, pode-se constatar que não basta ver a notícia para compreendê-la, mas que há uma operação em que a mídia nos diz o que estamos vendo a respeito de um fato e como devemos ver o que vemos (Flausino, 1999).

A historiadora Márcia Coelho Flausino (1999) nos adverte que, em virtude da assimilação por parte da audiência, ou seja, da facilitação do consumo da mercadoria notícia, a produção desta acarreta uma transformação dos dados colhidos que se apresentam ao profissional de forma difusa, em unidades

homogeneizadas. Em razão das necessidades mercadológicas e ideológicas, ocorre uma verdadeira metamorfose dos acontecimentos.

Podemos notar isso nas fotografias dos Sem-Terra (que serão analisadas mais adiante), sejam montagens por computador ou não. Não há nenhuma negociação entre as partes - MST e a mídia -, das imagens quotidianamente veiculadas pelos jornais, revistas e pela televisão. Os Sem-Terra são moldados pela expectativa de um só agente – mídia – quanto à imagem pública e institucional a ser veiculada, quanto aos ganhos ou às perdas de toda ordem trazidos pela forma como são representados nesse espaço; enfim, quanto aos sentidos sobre eles engendrados e nos limites impostos por essa leitura e interpretação (Flausino, 1999). Analisando as fotografias das revistas, podemos obter uma melhor compreensão das relações de poder no interior da informação onde esse poder é exercido somente por um lado, o da mídia.

A produção jornalística, que desemboca nas mídias de massa, determina um enquadramento, uma perspectiva de quem faz a mensagem, estruturando, de forma inquestionável, representações dos acontecimentos sociais. Longe de se constituir um espelho do real, a notícia, resultado da linha de produção jornalística, acaba por informar de uma maneira específica. (Flausino, 1999, p. 41)

A marca da empresa, seja qual for o produto que coloca no mercado, é o seu bem mais importante, é a imagem concreta de sua qualidade e durabilidade. No caso das fotografias veiculadas na mídia impressa, a qualidade aloja-se entre dois pilares: a credibilidade da notícia e a qualidade da análise dessa notícia. É a manutenção desse padrão de qualidade em seu produto – a notícia – que garante a permanência de seu elo com o leitor, objetivo final de todo o esforço produtivo. Apesar de estar óbvio que atuar no jornalismo não significa mais buscar a verdade dos fatos, mas a construção e criação desses fatos, hoje, mais do que nunca, trata-se de uma opção ideológica, visto que fica cada vez mais claro que definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não veiculá-la é um ato consciente dos jornalistas (Flausino, 1999).

Veremos que a mídia, através do jornalista e do fotógrafo, dará uma certa interpretação, construindo uma “realidade” através da seleção da imagem

a ser fotografada, da angulação que será colocada na folha, dos efeitos computadorizados a serem utilizados e ainda todo um discurso a ser inserido em conjunto com a fotografia.

A partir das colocações de Pêcheux (1990), a imposição simbólica efetivada pelo poder legal assegurou (e assegura) materialmente os sentidos produzidos pela mídia ao relatar os fatos. Por isso, noticiar, no discurso jornalístico, é tornar os acontecimentos visíveis, ou seja, determinar um sentido, cujo modo de produção pode ser variável conforme cada jornal, mas que estará sempre submetido às injunções das relações de poder.

A mídia trabalha com o imaginário, algo que é partilhado nas relações sociais, na elaboração de uma ordenação do mundo, onde o homem faz a si mesmo e a sua própria história, além de produzir as crenças, os mitos e as ilusões. Ao trabalhar com o imaginário e com seus símbolos constituídos socialmente, a mídia atua na tentativa de um controle social de limitação das possibilidades de transgressão, de redução da capacidade de criação simbólica do homem urbano, já envolto por uma intensa profusão de mensagens. Pois:

Cada sociedade define e elabora uma imagem do mundo natural, do universo onde vive, tentando cada vez fazer um conjunto significativo, no qual certamente devem encontrar lugar os objetos e seres naturais que importam para a vida da coletividade, mas também esta própria coletividade, e finalmente uma certa “ordem do mundo.” (Castoriadis, 1982, p. 111)

Em busca de uma “ordem natural das coisas”, os homens inventam e definem tanto novas maneiras de responder às suas necessidades como novas necessidades (Flausino, 1999).

Dessa forma, o simbólico comporta um componente real e representa o real ou tudo aquilo que é indispensável para os homens agirem ou pensarem. Os símbolos mobilizam de maneira afetiva as ações humanas e legitimam essas ações. A vida social é impossível fora de uma rede simbólica (Laplantine, 1997).

“Assim, o imaginário na produção da notícia é utilizado com o objetivo de mobilizar e de evocar imagens já previamente criadas, publicizadas, utilizando o simbólico para exprimir-se e para existir” (Flaustino, 1999, p. 43). É preciso destacar, ainda, que, nesse exercício diário, pressupõe-se a capacidade

de assimilação de símbolos engendrados pelos leitores, que se tornam uma interferência ou pelo menos uma tentativa de interferir na constituição, na modificação e na manutenção do imaginário social (Flausino, 1999).

Hoje, podemos perceber que a mídia ganhou autonomia e um enorme alcance no manejo desse universo simbólico, que introduz valores e modela condutas individuais e coletivas. Tudo isso acontece em função de uma crença em particular: as notícias são feitas por “especialistas”, portanto, têm valor de verdade imparcial e poder de autoridade.

Veremos agora com maior profundidade como a mídia, aqui no caso das revistas *Veja* e *IstoÉ*, vem interferindo, construindo e até reforçando essa imagem anti- MST. Lançando mão do imaginário para produzir uma imagem negativa do movimento, utiliza do auxílio do jornalista, o especialista da verdade imparcial (Flausino), e da fotografia que representa a prova definitiva do “testemunho da verdade incontestável.” (Kossoy, 1999, p. 19)

2.1 A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA ATRAVÉS DA IMAGEM

O Movimento não tem nenhuma assessoria de imprensa e não tem nenhuma preocupação em dizer: “Agora vamos cuidar da nossa imagem”. Não existe isso.

(João Pedro Stédile, líder do MST, *Caros Amigos*, 2000)

Para dialogar sobre as várias imagens que são utilizadas quotidianamente nas inúmeras *performances* da construção da notícia, por intermédio do fotógrafos e dos jornalistas, é preciso entender a princípio o que é a fotografia.

O pesquisador Boris Kossoy, especialista em fotografia, na sua obra *Fotografia & história* (2001, p. 28), registra que a fotografia é um “intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”, com conteúdos que podem gerar sentimentos profundos de afeto, ódio, nostalgia, repulsa ou indignação. Assim, toda fotografia é um resíduo do passado, uma fonte histórica aberta a muitas significações. Mesmo com um amplo potencial de informações ali contido, ela não substitui a realidade tal como se deu. Apenas traz informações visuais de um fragmento do real, selecionado e organizado esteticamente e ideologicamente.

O ato do registro que deu origem a uma representação fotográfica tem a sua explicação em um momento histórico específico, que se enquadra em um determinado contexto econômico, estético, social, político, religioso etc. Essa imagem traz consigo indícios de elaboração material (tecnologia usada) e nos demonstra o fragmento selecionado do real.

Assim, quando o fotógrafo seleciona um fragmento do real, a sua atuação como fotógrafo elege um determinado aspecto, dando-lhe um tratamento estético – com a preocupação de organizar detalhadamente o visual que compõe o assunto e examinar todos os recursos tecnológicos –, fatores estes que influem decisivamente no resultado final e configuram a atuação do fotógrafo enquanto filtro cultural. Esse registro, por outro lado, demonstra a ideologia e os interesses do fotógrafo.

Toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho (Kossoy, 2001, p. 50).

Podemos vislumbrar essa constatação claramente em inúmeras reportagens de revistas e jornais, nas quais o jornalista, usando de sua condição de especialista e profissional imparcial veiculador da verdade, articula e manipula palavras e imagens.

A *Veja* em 23 de abril de 1997, chama para si a responsabilidade de orientar, direcionar e construir a imagem do MST. A chegada da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça a Brasília, em 17 de abril de 1997, estampada na capa da revista, merece a indagação: “Eles chegaram lá – o que fazer agora?”. Eles os radicais, conseguiram “chegar lá” - a foto que os mostra, manipulada com recursos da computação gráfica, exhibe um céu inteiramente vermelho, sob o qual as pessoas parecem estar esmagadas. A Praça dos Três Poderes é tomada pelo Sem-Terra e a pergunta não se cala: “O que fazer com os sem-terra, os sem-nada?” Com essa pergunta, a *Veja* atrai o olhar e a atenção do leitor. A revista leva o leitor a acompanhar os acontecimentos, convidando-o a responder à pergunta, como se lhe desse o direito de decidir o conflito apenas por terem a revista em mãos.



Figura 2 - “Eles chegaram lá – o que fazer agora?” (*Veja*, 1997, edição 1492)

A revista enfocam a rebeldia e as transgressões do movimento, por meio de invasões cometidas pelo MST, e ressalta ainda a insignificância do movimento, através da palavra *quietinhos*:

A *rebeldia* é a marca do MST. Os sem-terra não aguardam *quietinhos* as decisões da Justiça. Não fazem *lobby* para modificar as leis no Congresso. Não, nada disso. *Eles tomam as terras primeiro, conversam depois*. São gente *brava*, que invade o terreno onde se funda a ordem capitalista: a propriedade privada". (grifo nosso) (*Veja*, 1997)

Com o objetivo de impor uma imagem do MST, cujos personagens, nesse momento, são poucos conhecidos no cenário urbano no qual a marcha ensaia a primeira aproximação de peso do movimento com a sociedade, a *Veja* exhibe em sua capa com uma interrogação. Mas o ato de interrogar aqui não é simplesmente fazer uma pergunta, mas propor questões. Ao utilizar a interrogação, a revista não só traz certos questionamentos, mas responde em seu interior a essas questões.

No interior da mesma edição, a *Veja* apresenta a fotografia do encontro do então presidente, Fernando Henrique Cardoso e os Sem-Terra em uma audiência no dia 18 de abril, no Palácio do Planalto, com a legenda "O Príncipe e os Pés-Rapados". Logo abaixo, coloca a opinião do líder da bancada ruralista na Câmara, Abelar Lupion (Figura 3). A revista deixa clara sua interferência no processo de construção e compreensão da imagem do MST pelo leitor, chamando os Sem-Terra de "pés-rapados" e "sem-nada". Vulgariza e menospreza, assim, os integrantes do movimento, como se eles fossem nada.

Já Abelardo Lupion enumera os "antecedentes criminais" dos líderes do MST e os considera oportunistas. E ainda mexe com a *doxa* da propriedade privada, afirmando: "É muito fácil dividir o que é dos outros".

Algumas páginas à frente, temos a fotografia de um soldado de prontidão, muito bem equipado e pronto para a guerra, instalado na entrada da Pálacio do Planalto. Na legenda ao lado, é anunciada a ordem do governador de Brasília, Cristovam Buarque: "Se eles vierem com revólver, a gente vai com metralhadora. Se vierem com metralhadora, a gente vai com bazuca" (Figura 4).

O PRÍNCIPE E OS PÊS-RAPADOS



Figura 3 - “O Príncipe e os Pês-Rapados”. (Veja, 1997, edição 1492)



Figura 4 - MST: perigo constante. (Veja, 1997, edição 1492)

A chegada da marcha é encarada como um ato de terrorismo e de guerra. Os Sem-Terra são chamados de inimigos da sociedade, que representam perigo constante e, por isso, devem ser combatidos como criminosos.

A fotografia pode constituir perfeitamente a prova irrefutável de que certo evento ocorreu. Decorre desta certeza universal um corolário perigoso: tudo o que a fotografia registrou é verdadeiro. (Kossoy, 2001, p. 103).

A fotografia reforça o perigo constante que o MST representa e sua estada em Brasília representa um estado de alerta para a sociedade.

Em um momento de continua intensificação das ocupações de terra pelo MST no Pontal do Paranapanema/SP, após a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, a revista *IstoÉ* de 27 de agosto de 1997 estampa um mapa de guerra e a imagem de um aviso da Fazenda Santa Rita que diz: “Fazenda Santa Rita - Terras Particulares – a invasão será defendida conforme autoriza o artigo 502 do Código Civil. Os invasores pagarão os prejuízos além do processo penal com pena de prisão” (Figura 5). Logo abaixo, a *IstoÉ* dá “respaldo” à iniciativa tomada pelos donos da fazenda, classificando-a de “legal”.



Figura 5 - A invasão será defendida. (*IstoÉ*, 1997, n. 1456)

O artigo 502 do Código Civil diz o seguinte:

O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se, ou restituir-se por sua própria força, contando que o faça logo.

Parágrafo único. Os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse.

Nessa análise do artigo acima mencionado, os doutrinadores do direito observam que o proprietário pode utilizar de sua própria força em atos de defesa, mas que “sejam proporcionais à agressão, pois, caso contrário, haverá excesso culposo” (Rodrigues, 1988, p. 53) (Grifo nosso)

Não é o que mostra a *IstoÉ*, quando transcreve depoimentos de fazendeiros se preparando para uma guerra contra os Sem-Terra.

As fazendas mais visadas pelos invasores foram equipadas com pista de pouso de 650 a 1.100 metros e radiocomunicadores. “Em caso de emergência, podemos acionar as demais fazendas e todos os seguranças estarão presentes em poucos minutos”, admite Francisco José Jacinto, dono da fazenda Santa Irene. “É evidente que temos todo tipo de armamento para nossa defesa.[...] Agora ninguém mais nos invade, diz Manoel Dominglês Paes Neto. “Pagamos uma mensalidade à UDR e temos garantido o sistema de segurança na fazenda. [...] Estamos com quatro seguranças na fazenda, mas se for preciso ligamos para a sede da UDR e o avião vem com o pessoal e o armamento”. (*IstoÉ*, 1997)

Nota-se que a proporcionalidade quanto à agressão está longe de ser equiparada, transgredindo assim o próprio Código Penal quanto à legítima defesa que mencionam, por não usarem meios moderados para repelir a agressão.

Essa imagem reforça a opinião segundo a qual que o MST transgride as leis do país e, por esse motivo, a repressão a seus atos têm respaldo legal. Assim, a violência que atinge os Sem-Terra é legítima, sendo uma resposta a sua atitude de confronto à sociedade.

A população está começando a ver quem são essas pessoas que se dizem trabalhadores e concorda que não há nada de errado no fato de alguém que se sinta ameaçado contratar segurança. (*IstoÉ*, 1997)

Ainda no mapa, a *IstoÉ* informa as estratégias contra a expansão do MST, uma guerra em nome da defesa da terra.

Como diz Kossoy (2001, p. 113):

Ao observamos uma fotografia, devemos estar conscientes de que nossa compreensão do real será forçosamente influenciada por uma ou várias interpretações anteriores. Por mais isenta que seja a interpretação dos conteúdos fotográficos, o passado será visto sempre conforme a interpretação primeira do fotógrafo que optou por um aspecto determinado, o qual foi objeto de manipulação desde o momento da tomada do registro e ao longo de todo o processamento, até a obtenção da imagem final. Entre o assunto e sua imagem materializada ocorreu uma sucessão de interferências ao nível da expressão que alteraram a informação primeira; tal fato é particularmente observado no fotojornalismo impresso, cujas imagens, uma vez associadas ao signo escrito, passam a “orientar” a leitura do receptor com objetivos nem sempre inocentes.

Essa constatação de Kossoy pode ser confirmada nas inúmeras imagens que ilustram reportagens sobre a guerra entre proprietários e Sem-Terra, tanto da *Veja* como da *IstoÉ* em que aparece o sol envolto pela cor vermelha – a cor-símbolo do comunismo. Outra imagem recorrente é uma cerca, que simboliza a propriedade privada legítima, ameaçada pelo MST.

Na *Veja* de 17 de setembro de 1997, há uma foto que exhibe Sem-Terra cometendo atos de agressão contra proprietários e seguranças de uma fazenda em Jundiaí do Sul/Paraná (Figura 6). Os seguranças aparecem amarrados a uma carroça e a manchete diz o seguinte: “Fúria no campo: fazendeiros são mantidos como reféns e espancados durante cinco horas no Paraná”.

Na reportagem, o MST é bem caracterizado e localizado geograficamente. “Os Sem-Terra que atacaram os dois fazendeiros e seus empregados fazem parte de um grupo de 62 famílias que invadiram a Fazenda Cordilheira, em Jundiaí do Sul, a 380 quilômetros de Curitiba”.

Essa identificação é para não deixar dúvidas que se trata aqui de crimes de cárcere privado e lesão corporal grave. Dá-se espaço para o depoimento dos fazendeiros, sem ouvir o outro lado. O que mostra bem que não existe diálogo entre as mídias e o MST. Segundo a revista, a violência é praticada pelo MST, e os proprietários somente se defendem da ameaça iminente.



Figura 6 - "O episódio evidencia o descontrole do MST". (*Veja*, 1997)

O governador do Paraná, Jaime Lerner, aparece afirmando que "o episódio evidencia o descontrole do MST, e não vamos tolerar a baderna". O MST é denominado de baderneiro, no entanto, não há espaço para resposta do movimento.

Já no *jornal Sem Terra* de outubro 1997, há a seguinte explicação:

O MST não teve nada a ver com o que aconteceu no Paraná.[...] as famílias não são ligadas ao MST, mas a criação de um grupo político local interessado a ganhar votos que tem como parceria o ex-prefeito de Ribeirão da Pinha, Anesio de Souza, do PMDB, e Idair Sebastião Ribeiro suplente do ex-prefeito. [...] os membros do movimento são cadastrados quando integram o MST, as pessoas envolvidas não têm cadastro conosco. (Stédile, *Jornal dos Sem Terra*, 1997)

Verificando-se essa construção da imagem do MST pela *Veja*, percebe-se que não há diálogo entre ambos. Nessa correlação de forças, só há um único perdedor. É óbvio que "os especialistas das montagens, ou melhor dizendo, das manipulações de toda ordem : econômicas, políticas, religiosas, que dão direção aos caminhos da história" (Kossoy, 2001 p. 134).

Uma semana depois, a *Veja* de 24 de setembro de 1997 faz uma reportagem com o ministro da Justiça Iris Rezende, utilizando da voz de autoridade (Bourdier, 1996) do ministro para condenar os espancamentos dos proprietários de terra no Paraná. O ministro afirma:

Polícia e fazendeiro têm de andar de mãos dadas para cumprir os mandados judiciais. Essa linha direta fazendeiros com a polícia ajudaria a manter a ordem [...] o crime, muitas vezes, é inevitável. (*Veja*, 1997)

Se o próprio ministro da Justiça alega que, às vezes, é necessário o crime para manter a ordem, torna-se legítima a atitude e a reação violenta contra os Sem-Terra. Dessa maneira, a fotografia, mais o discurso da *Veja* sobre agredidos pelo MST, se torna uma imagem carregada de preconceitos em relação aos agressores dos fazendeiros, fazendo com que o leitor encara e como natural a reação violenta por parte dos proprietários e policiais aos Sem-Terra. Justifica-se, assim, os confrontos entre policiais e Sem-Terra, no cumprimento dos mandados judiciais de reintegração de posse.

Depois dessa reportagem de setembro de 1997 da *Veja*, teremos outra reportagem de grande peso sobre o MST nove meses depois. Essa distância no tempo nos leva a refletir que a *Veja* muda de estratégia na cobertura das ações do movimento, tirando o MST das manchetes e publicando apenas pequenas notas sobre suas ocupações ou simplesmente se calando perante fatos que envolvam a organização. O mesmo ocorre com a *IstoÉ*, restando somente algumas notícias em jornais locais, sem destaque. Essa mudança de estratégia não ocorre somente nessa época, mas nos vários percursos desta pesquisa.

Com as inúmeras manchetes acerca de suas ações, o MST passa a ser visível, a fazer parte da ordem do discurso, trazendo a problemática da reforma agrária à tona fazendo o leitor pensar acerca dela, pois, como diz Bethania Mariane (1998, p. 117), é “reduzido considerar que a linguagem jornalística por si só, ou por força da vontade de um locutor onipotente, teria o poder de construir uma realidade, fazendo dos leitores vítimas passivas”. Ainda nota-se o engrossar das fileiras do movimento. O próprio Stédile afirma: “A nossa força está na capacidade de juntar gente” (*Caros Amigos*, junho, 2000).

A capa da *Veja* de 3 de junho de 1998 investe na “demonização” do líder do MST, João Pedro Stédile (Figura 07). E, por extensão, do próprio MST.



Figura 7 - A demonização de João Pedro Stédile. (*Veja*, 1998, edição 1549)

No interior, a publicação questiona: “O que eles querem?” E a revista responde: “Radicalizar”.

Para P. Champagne (apud: Mariani, 1998, p. 241),

as mídias agem sobre o momento e fabricam coletivamente uma representação social que, mesmo distante da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou retificações posteriores, porque tal interpretação não faz senão reforçar as interpretações espontâneas, mobiliza os preconceitos e tende, por aí, a duplicá-los.

A capa da *Veja* exibe João Pedro Stédile com uma expressão facial fechada, com a testa franzida. Por detrás dele, sai uma luz vermelha, uma construção computadorizada. Apresenta-se, assim, Stédile como “demônio” e, junto a sua imagem, aparece o seguinte texto: “A esquerda com raiva – inspirados por idéias zapatistas, leninistas, maoístas e cristãs, os líderes do MST pregam a implosão da ‘democracia burguesa’ e sonham com um Brasil socialista” (*Veja*, 1998).

A implosão mencionada pela *Veja* seria provocada pelo MST, cujos agentes externos pressionariam o interior, como a democracia burguesa, que, por modo violento, teria seu fim. Mas essa democracia burguesa, colocada entre aspas, seria, sim, a democracia do povo, estando ameaçada pelo terror do demônio chamado MST.

A *Veja* associa em sua capa o MST ao demônio, o demônio que muito já assombrou o nosso país no passado: o velho e conhecido comunismo. Articula ligações do MST com o imaginário anticomunista, definido como um conjunto de representações construídas e utilizadas por diversos setores da Igreja Católica para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo, ou pelas instituições, no período de 1945 a 1964. A Igreja Católica contribuiu para a elaboração e a divulgação das representações anticomunistas, no entanto, sua ação foi uma entre várias outras que fizeram o alicerce da construção desse imaginário.

O imaginário é visto como uma representação global, ou um conjunto orgânico de representações, que também assume a dupla função de interferir nas práticas dos indivíduos ou instituições, forjando sentidos, identidades, definindo comportamentos, inculcando valores, atribuindo méritos, corrobo-

rando ou condenando atitudes. Disto deriva uma poderosa força de instauração ou de legitimação do social. O imaginário ainda propõe estereótipos e paradigmas que são apresentados como verdades, definindo-se outros considerados como inconcebíveis (Swain, 1994).

Na construção do imaginário anticomunista, o comunismo iria contra toda modalidade do bem, da moral e das leis. Como representava o mal, o ilícito e o falso, tudo que derivaria dele não poderia ser aceito, como o homicídio, o roubo e o adultério.

E a *Veja*, na capa da revista, destaca a ligação do MST com o comunismo, tendo o comunismo como característica básica o ódio, em oposição ao amor cristão. Forma-se, assim, a antítese das imagens luz e trevas. João Pedro Stédile fica entre as trevas, como a força do mal guiado pelo terror do comunismo. Citamos Rodeghero (1998, p. 26): “Assim, as contraposições entre o que era ou não moralmente aceito, entre amor e ódio, entre luz e trevas, entre natural e antinatural iam estabelecendo as distinções fundamentais entre o cristianismo e o comunismo”.

No interior dessa edição da revista, temos a fotografia de dois acampamentos (Figura 8). Um deles mostra crianças e, atrás, o Grupo Escolar Mao Tse Tung com a bandeira do MST estampada; no outro acampamento, aparece a imagem de Che Guevara logo na entrada. A *Veja* reforça a ligação entre MST e comunismo; com todo um imaginário anticomunista já construído historicamente, é só fazer a ponte de assimilação do movimento com o comunismo. Assim, quando o leitor ver a bandeira, ler ou ouvir a sigla MST, logo virá à tona todo o imaginário anticomunista.

Nesse imaginário, uma das críticas construídas ao comunismo seria que essa doutrina é antinatural, por atacar o direito de propriedade, atingindo assim os pilares familiares. Por isso, o comunismo deveria ser condenado e abolido, e assim também o MST.

A fotografia em que se visualiza a escola cheias de crianças demonstra um “aprendizado engajado”, como a própria *Veja* anuncia, mas esse ensino é antinatural, pois se baseia nas doutrinas comunistas e se utiliza de pessoas inocentes e de boa fé para transformá-las em legiões diabólicas. Então, a relação entre demônio e o MST/comunismo se estreita.

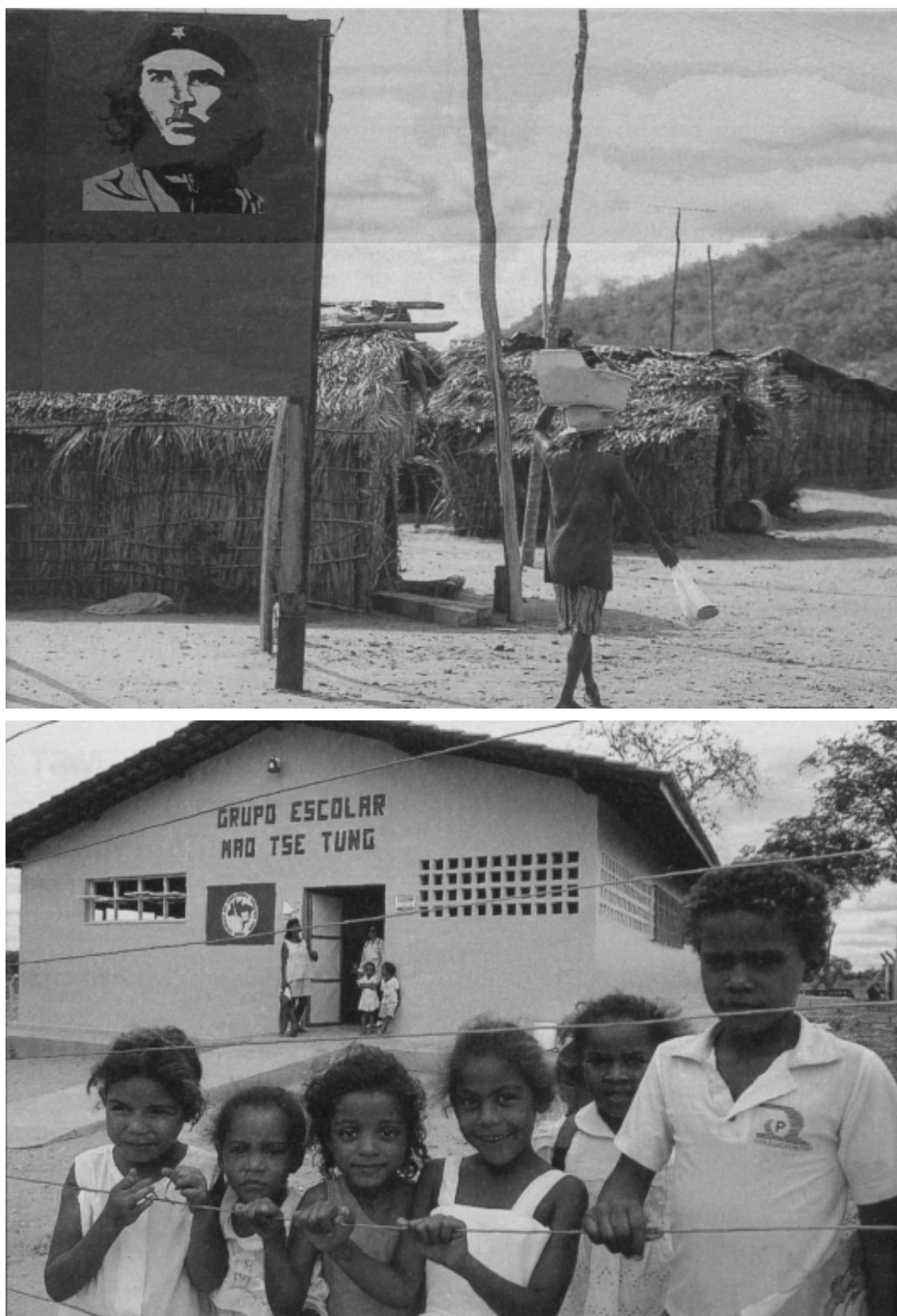


Figura 8 - Aprendizado engajado. (Veja, 1998, edição 1549)

Chartier (1990) afirma que “as representações organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apropriação do real”, mas, ao mesmo tempo, “produzem estratégias e práticas”.

Por ser a fotografia a prova definitiva do “testemunho da verdade” de fatos, ela tem valor incontestável. Desse modo, as diferentes ideologias sempre terão na imagem fotográfica um poderoso instrumento para a veiculação das idéias e da conseqüente formação e manipulação da opinião pública. Principalmente agora, com os avanços tecnológicos da indústria gráfica, que possibilitam a multiplicação, a alteração e a construção maciça de imagens por intermédio dos meios de informação e divulgação (Kossoy, 1999).

A capa da *Veja* demonstra nitidamente a construção da imagem por computação gráfica e essa manipulação tem sido possível em virtude da já mencionada “credibilidade que as imagens têm junto à massa para quem seus conteúdos [sejam] aceitos e assimilados como a expressão da verdade” (Kossoy, 1999, p. 20).

A *IstoÉ* de 12 de maio de 1999, em seis páginas, vincula o MST aos militantes da Liga Operária e Camponesa, com a imagem dos integrantes da Liga emcapuzados (Figura 9) . Anunciam que a liga treina homens armados em vários pontos do país, preparando-se para atos violentos a fim de desestabilizar o governo. E exclama: “Era só o que faltava!”.

Segundo Joly (1996), “a imagem e a palavra se completam”. Assim a junção das duas tornam-se eficazes na construção negativa da imagem do MST. Imagem essa que traz como reação a repulsa e a rejeição da sociedade ao MST.

A frase “Era só o que faltava!” faz uma ligação direta do MST à Liga Operária e Camponesa. Depois do MST, só estava faltando um movimento que prega ações terroristas e a formação de focos de guerrilha para destabilizar o governo e chegar ao poder. “É o combustível que pode estar faltando para detonar uma crise sem precedentes na história recente do país [...] uma organização de extrema esquerda que se notabilizou pelo recente confronto entre a polícia militar e alguns grupos de Sem-Teto e Sem-Terra de MG. Criada em agosto de 1997, a liga já tem em suas fileiras 600 homens, metade deles armada e preparada em campos clandestinos de treinamentos militar” (*IstoÉ*, 1999).



Figura 9 - "Era só o que faltava". (*IstoÉ*, 1999, n. 1545)

A imagem ampliada do rosto dos membros da Liga Operária e Camponesa, conjuntamente com o discurso, reforça a imagem de terror vinculada ao MST.

Estas ligações do MST são feitas com outras organizações, e até mesmo com o crime organizado (Primeiro Comando da Capital - PCC), são mencionadas nas reportagens da *IstoÉ*.

Assim, conforme Kossoy (1999, p. 45):

A fotografia estabelece em nossa memória uma arquivo visual de referência insubstituível para o conhecimento do mundo. Essas imagens, entretanto, uma vez assimiladas em nossas mentes, deixam de ser estáticas; tornam-se dinâmicas e fluidas e mesclam-se ao que somos, pensamos e fazemos.

Em 10 de maio de 2000, a revista *Veja* divulgou a seguinte manchete na capa: "A TÁTICA DA BADERNA – o MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista". Ao centro da capa, aparece a bandeira do MST (Figura 10).



Figura 10 - A tática da baderna. (*Veja*, 2000, edição 1648)

Detendo-se primeiramente no significado da palavra *baderna*, no dicionário *Aurélio*, temos a seguinte definição: “desordem, confusão, bagunça, anarquia e quem pratica tal ação se transforma em badernista ou baderneiro; quem é dado a baderna, a bagunça [...]”.

O leitor, ao visualizar a imagem e a frase em destaque, associa o movimento e os seus membros à baderna, à anarquia, à bagunça. Fica implícito que a reforma agrária e a revolução socialista são sinônimo de desordem. Assim, reforma agrária, revolução socialista e o MST instaurariam o caos.

Influenciado por essas associações, inúmeras vezes reforçadas pela imprensa, quando o leitor se depara com a bandeira do MST imediatamente a relacionará com desordem, bagunça, baderna, ou seja, o caos, sem que ninguém mencione isso expressamente.

A deformação intencional dos assuntos através das possibilidades de efeitos ópticos e químicos, assim como a abstração, montagem e alteração visual da ordem natural das coisas, a criação enfim de novas realidades têm sido exploradas constantemente pelos fotógrafos. Neste sentido, o assunto teatralmente construído segundo uma proposta dramática, psicológica, surrealista, romântica, política, caricaturesca etc., embora fruto do imaginário do autor, não deixa de ser um visível fotográfico captado de uma realidade imaginada. (Kossoy, 2001, p. 49)

Em qualquer lugar que visualizar a bandeira do MST, o leitor igualará tudo e todos à baderna, sem que ninguém necessariamente o afirme, porque a informação visual do fato representado na imagem fotográfica nunca é posta em dúvida. Sua veracidade, em geral, é aceita em virtude do grande grau de credibilidade que a fotografia sempre teve desde o seu surgimento.

Nessa mesma edição da *Veja* de 10 de maio de 2000, João Pedro Stédile, um dos principais expoentes do MST, é apresentado como um “James Bond do mal”, caracterizado como bandido, como a própria revista anuncia: “Sem terra e sem lei”.

Tal era o empenho do MST em enfatizar suas reivindicações que seus integrantes não hesitaram em violar o Código Penal em vários artigos. Invadiram repartições públicas, impedindo-as de funcionar.

Mantiveram servidores do Estado em cárcere privado. Danificaram bens públicos e propriedades particulares. E tudo isso sem a menor sensação de que cometiam crimes. Como considera ilegítimo o Estado, o MST desconsidera suas leis (*Veja*, 10/5/2000).

Analisando as afirmações da *Veja*, observa-se que elas se baseiam no senso comum e na alienação da população em relação às normas jurídicas penais, pois os leitores são levados a pensar que o MST realmente é transgressor dessas normas, embora, se assim o fosse, obviamente estaria enquadrado nas contravenções que a revista anuncia.

Observando capas, fotos e os textos da *Veja*, nota-se o processo de intervenção no real na construção de um horizonte de compreensão dos fatos, detectando-se as estratégias usadas para intervir no processo compreensivo do leitor, em seu posicionamento em relação à realidade tornada imediata pela revista, a problemática dos Sem-Terra. Isso considerando que a maioria dos leitores só conheceram o MST pela imprensa, que molda o MST segundo a expectativa de um só agente, neste caso, a *Veja*. O MST, nesse discurso, não tem voz.

Segundo a pesquisadora em lingüística Bethania Mariani (1998, p. 81), podemos compreender que o “discurso jornalístico atua na institucionalização social de sentidos. Em decorrência disso, o discurso jornalístico contribui para a constituição do imaginário social e a cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro”. No caso específico do discurso jornalístico sobre o MST, essa questão fica ainda mais realçada, uma vez que a voz do MST praticamente não tem lugar na imprensa de referência (no caso pesquisado, *Veja* e *IstoÉ*). Inexistindo espaço para o discurso do movimento, o poder discursivo dos jornais e revistas torna-se mais incisivo: se não dá chance para confrontos, réplicas ou polêmicas, os sentidos das formações discursivas políticas dominantes se instalam e se disseminam com a maior facilidade.

O caso da fotografia computadorizada do *James Bond do mal*, João Pedro Stédile (Figura 11), é um exemplo bem claro do jogo simbólico articulado no campo de batalhas travadas para a construção da imagem negativa do movimento, utilizando mais uma vez o senso comum do direito para enquadrar o MST como extremamente perigoso, violento e criminoso. Movimento este que está inserido na sociedade e contaminando-a.

A imagem de João Pedro Stédile veiculada pela *Veja*, com a pistola em punho e tendo a seu lado discriminados diversos crimes que teriam sido praticados pelo MST, comprova a manipulação de imagens e informações construídas pela mídia, na tentativa de controle social e limitação das possibilidades de transgressão das normas constituídas dia a dia por uma elite que está, e deseja se perpetuar, no poder. Mas, como podemos observar, esse



Figura 11 - James Bond do mal. (*Veja*, 2000, edição 1648)

controle social não é absoluto: o exemplo bem nítido de um movimento que o confronta é o MST.

No que diz respeito à fotografia, vemos que a revista constrói a imagem de um *James Bond* às avessas. Porque, apesar de *James Bond* cometer crimes, ele age em nome e com a autorização do governo, “de sua majestade”, para a proteção do reino. Já João Pedro Stédile, o James Bond às avessas, lidera, comanda e incita um movimento de trabalhadores sem-terra a praticar inúmeros crimes, como: violação de domicílio, dano, formação de quadrilha, furto, corrupção de menores, cárcere privado, lesão corporal. Assim, a partir do momento em que o leitor visualizar a fotografia do João Pedro Stédile, automaticamente assimilará o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como uma organização criminosa. Dessa forma, são utilizados tipos penais que antes só eram aplicados à criminosos; agora enquadram nos integrantes do MST.

Segundo Jolly, esse tipo de imagem utilizada é chamada de nova imagem (1996, p. 25), por ser uma síntese produzida em computador que permite criar universos virtuais. A imagem se torna manipulável e até perturba a distinção entre o real e o virtual. No caso dos Sem-Terra, a manipulação da imagem faz com que eles sejam encarados como criminosos/bandidos.

A *Veja* ainda incita o leitor, dizendo que “as autoridades se constroem em aplicar a lei quando o infrator carrega uma bandeira do MST” (2000, p. 45).

Segundo o dicionário Aurélio, *infrator* é “aquele que viola ou infringe disposição legal onde há cominação de pena; transgressor”. O emprego da palavra *infrator*, associado à imagem de João Pedro Stédile com pistola em punho, agride os membros do MST e os iguala aos bandidos que ameaçam dia a dia a sociedade brasileira, cometendo crimes e permanecendo impunes. A afirmação da revista dá ainda uma enorme sensação de estar se tratando do crime organizado. E seus integrantes - infratores - estão à solta na sociedade e devem ser eliminados.

Com essa foto manipulada, a *Veja* distorce a imagem de João Pedro Stédile, que representa o próprio MST, comparando-o a mais um bandido, e banalizando assim a luta do movimento social pela terra.

A manipulação da fotografia ocorre desde o momento de sua materialização iconográfica. Tal manipulação/interpretação muitas vezes se confunde, envolvendo no processo de montagem o fotógrafo (que registra e

cria o tema), o cliente (que dá a missão de retratar), a casa publicadora (que utiliza a imagem segundo determinada orientação editorial) e os diferentes receptores (Kossoy, 2001).

E por que a seleção desse determinado momento histórico para a montagem de um “MST do mal”, que por inúmeras vezes vem molestando a sociedade com seus atos criminosos? O momento histórico é a grande movimentação do MST, que, em 15 capitais, ocupou vários prédios públicos, reivindicando a reforma agrária. A movimentação ocorre em massa, com cerca de cinco mil Sem-Terra pelo interior do país, manifestando-se em passeatas e arregimentando mais membros.

É preciso frear o movimento, e uma das táticas é a deformação da sua imagem. Essa seleção, seja ela consciente ou inconsciente, premeditada ou ingênua, esteja a serviço de uma ou outra ideologia política, é apenas o início de uma sucessão de atos similares.

O alto grau de iconicidade que é característico do registro fotográfico não deixa de ser uma faca de dois gumes. Não raramente essa semelhança “acentuada” entre a representação e o assunto torna-se “incômoda”, dependendo a que se destina, razão por que é objeto de manipulação, afastando-se da verdadeira aparência física ou natural do seu referente. As possibilidades de o fotógrafo interferir na imagem - e portanto na configuração própria do assunto no contexto da realidade - existem desde a invenção da fotografia. Dramatizando ou valorizando esteticamente os cenários, deformando a aparência dos seus retratados, alterando o realismo físico da natureza e das coisas, omitindo ou introduzindo detalhes, elaborando a composição ou incursionando-a na própria linguagem do meio, o fotógrafo sempre manipulou seus temas de alguma forma: técnica ou ideologicamente. Nos retratos produzidos pelos estabelecimentos fotográficos de outrora, outros aspectos da manipulação/ interpretação podem ser interferidos. Trata-se aqui de uma implícita relação de “cumplicidade” entre o fotógrafo e seus contratantes: os clientes. (Kossoy, 2001, p. 108)

O jornalista e o fotógrafo transformam a matéria informativa em algo inquestionável, graças à fotografia e à análise do “profissional imparcial” que jamais se afasta da verdade.

A imagem do líder do MST, João Pedro Stédile, manipulada tecnicamente, exibe um rosto cerrado, acrescido de detalhes como a arma de fogo em punho. No imaginário coletivo, só usa arma quem é polícia, ou seja, quem usa arma, e não é polícia, é então considerado bandido. A arma de fogo que João Pedro Stédile segura é uma pistola automática acoplada a um silenciador, o que demonstra que ele é um profissional do crime. Ao contrário do James Bond, que se torna um agente que mata com o consentimento do Estado, em defesa de “sua majestade”, João Pedro Stédile é um profissional que infringe as leis, promovendo a instauração do caos no Estado. O mentor do MST executa pessoas silenciosamente, sem deixar rastros.

Ainda é importante notar as vestimentas de João Pedro Stédile na montagem, portando um *smoking* com abotoaduras alinhadas, de barba aparada e cabelos bem penteados. Lembrando que a luta do MST é de trabalhadores do campo, observa-se que a vestimenta não está de acordo com a bandeira do movimento. Se nos reportamos à imagem dos Sem-Terra, visualizaremos pessoas vestindo camiseta do movimento, calça jeans ou bermudas e chinelos de dedo. João Pedro Stédile está, assim, na contramão de seus companheiros. Tudo isso leva à interpretação de que o objetivo do MST não é a distribuição mais justa da terra, mas sim representa os interesses de uma determinada classe social mais abastada ou de um partido, e não realmente dos Sem-Terra. Não é à toa que inúmeras vezes a mídia afirmou que partidos como o PT são de fato a cabeça do movimento ou ainda tentou desvincular João Pedro Stédile do MST, em razão de ele ser economista.

Dentro do quadro em que está inserida a fotografia de João Pedro Stédile, a *Veja* enumera sete crimes que o MST executaria freqüentemente. Por meio desses dados, transforma o movimento de luta pela terra em uma agrupamento de criminosos que cometeriam crimes desde invasão de domicílio até o mais grave: formação de quadrilha, dentro da qual membros do MST se reuniriam para praticar crimes, corrompendo até menores como seus filhos à prática de infrações. Em invasões, o movimento é acusado de manter pessoas reféns e ainda atentar contra a integridade física dos fazendeiros. Fazendeiros estes, que dentro de um quadro imagético, são considerados trabalhadores que conquistaram com muito suor todos seus bens e, por isso, são vítimas de marginais que querem usurpar suas conquistas.

Ainda dentro dessa mesma reportagem, a *Veja* mostra a fotografia de um membro do MST derrubando uma “porta de aço” da sede Ministério da Fazenda em São Paulo (Figura 12). Por ser um prédio público que pertence ao povo, o MST, ao dar um chute na porta de aço, estaria agredindo a própria sociedade. E essa agressão contaria com o apoio de todos os membros do movimento, cujo semblantes alegres que aparecem na imagem teriam o prazer de transgredir as leis vigentes. Lei que, em nosso imaginário, mantém o equilíbrio entre as relações do homem na sociedade. Para Montesquieu, essa lei é “a relação necessária que deriva da natureza das coisas”. Assim, quem transgredir a lei merece uma sanção, pois ela deve ser obedecida, não importando a regra que venha instituir ou o princípio que estabeleça.

Anexa à fotografia estampada na *Veja* (2000), temos a seguinte legenda: “Invasão de prédios no interior de São Paulo: a luta agora é por créditos para plantar”. Essa afirmação busca construir uma imagem de insatisfação eterna do movimento, segundo a qual suas reivindicações nunca cessarão: antes a luta era por terra e agora por créditos para plantar. A pergunta implícita é a seguinte: depois da terra querem créditos e, em seguida, vão querer mais o quê? A mídia



Figura 12 - Sem-Terra (arruaceiros) invadem prédios públicos. (*Veja*, 2000, edição 1648)

televisiva responde a essa indagação ao afirmar que, inúmeras vezes, os Sem-Terra vendem suas propriedades conquistadas por valores irrisórios e voltam a engordar as filas dos que clamam por um pedaço de terra.

Dados já divulgados pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2001, no volume *Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais*, apresentam as principais razões de evasão nos assentamentos, que são as seguintes: ausência ou precariedade de serviços de uso coletivo, especialmente atendimento médico e escolar (dificuldade de acesso à escola, falta de estrutura escolar), falta ou precariedade das estradas; problemas climáticos e hídricos; questões relacionadas aos encaminhamentos administrativos e à ação do Estado, como demora na regularização e demarcação dos lotes, não-implementação de infra-estrutura básica e irregularidades na liberação dos primeiros recursos; falta de incentivo à produção e à comercialização; endividamento e dificuldades de pagamento de dívidas e sensação de abandono.

Todos esses problemas são enfrentados pelos Sem-Terra, que, por meio de manifestações, procuram obter mais recursos. Mas a *Veja* não esclarece tais percalços enfrentados por esses trabalhadores, noticiando as mobilizações nesse sentido apenas para corroborar sua tese de que o intuito do MST não é promover a reforma agrária e sim provocar a desordem no país.

Aqui o fotógrafo atua como “filtro cultural” (Kossoy, 2001), por meio de seus contratantes, fazendo determinado uso da imagem que resultará em uma informação alterada do fato ocorrido. Apesar da aparente neutralidade do olho da câmera, a fotografia terá sempre uma interpretação que o contratante quer construir. No caso do MST, ele é interpretado como o criminoso que quer instaurar a desordem.

Apesar do amplo potencial de informação contido na imagem, ela não substituiu a realidade tal como se deu no passado. Ela apenas traz informações visuais de um fragmento do real, selecionado e organizado esteticamente e ideologicamente. (Kossoy, 2001, p. 114)

As fotos que mostram João Pedro Stédile como uma espécie de *James Bond do male* e um integrante do MST derrubando uma *porta de aço* publicadas pela *Veja* de 10 de maio de 2000 constroem uma pseudo-realidade, ou seja,

uma ficção-documento da realidade, reforçada pelo discurso escrito. Tornam-se, desse modo, uma verdade inquestionável, pois os fatos, somados com as denúncias, marcam a dura realidade escondida além da imagem. Assim, a *Veja* constrói uma cilada para o leitor, desvinculando as manifestações do momento histórico vivido, momento este de uma enorme crise que aflige o país, com todas as suas mazelas relacionados à falta de emprego, aos índices altíssimos de má distribuição de renda, à concentração fundiária e ao desinteresse pelas questões agrárias. Problemas que fazem engrossar as fileiras dos Sem-Terra. Entretanto, eles são transformados em meros criminosos.

A fotografia se torna um “testemunho fiel”, enquanto “prova” que pode conduzir os receptores a uma (pseudo) realidade. Concretamente, o que de fato temos é uma cilada sedutora, uma ficção documental. A ideologia passa a determinar a estética de representação: os mecanismos de produção e de recepção da imagem (Kossoy, 2001).

Também nessa mesma reportagem (Figura 13), a *Veja* apresenta, em um quadro com destaque de cores, a análise de seis renomados especialistas, sendo eles: o ex-ministro da Justiça Saulo Ramos; o ex-secretário de Justiça Manuel Alceu Affonso Ferreira; o professor de Direito Constitucional Celso Bastos, uma celebridade na área; o presidente da OAB, Reginaldo de Castro; o advogado criminalista Arnaldo Malheiros Filho, e Miguel Reale, um conceituado jurista.

Saulo Ramos e Manuel Alceu Affonso Ferreira, em nome da justiça, dizem o seguinte: “os membros do MST devem ser tratados como criminosos comuns e quando chegaram ao ponto que chegou a polícia precisa ser acionada”. Em nome da justiça e da ordem, pode-se reprimir com violência e até justificar os 50 feridos e a morte de um dos membros do MST, Antônio Pereira, no confronto do movimento com a Polícia Militar no Paraná.

Celso Bastos, uma celebridade em Direito Constitucional, para condenar a ação do MST, apóia-se, por sua vez, na Constituição Federal: “[...] essas pessoas que invadem prédios públicos têm que ser presas. O MST tem posições pré-revolucionárias e suas ações não estão sendo repelidas com a força necessária. Ele tem direito de se manifestar, não de praticar crimes”. Mais uma vez, o MST é chamado de criminoso e ainda se alega que não está sendo reprimido à altura. É importante lembrar que já foi constatado, por inúmeras pesquisas, que, no

RICARDO STUCKERT

"É preciso esgotar as possibilidades de diálogo para evitar o pior. A partir daí, como ocorreu na semana passada, o Estado tem a obrigação de fazer valer a lei e usar a polícia se for preciso."

REGINALDO DE CASTRO,
PRESIDENTE DA OAB

"Do ponto de vista jurídico, as invasões reclamam a utilização de força pelo Estado. A inimizabilidade dos membros do MST não tem nenhuma base legal. Fazer justiça com as próprias mãos é acima de tudo uma atitude antidemocrática."

ARNALDO MALHEIROS FILHO,
ADVOGADO CRIMINALISTA

ROBERTO MOSQUERA

"Essas pessoas que invadem prédios públicos têm de ser presas. O MST tem posições pré-revolucionárias e suas ações não estão sendo repelidas com a força necessária. Ele tem direito de se manifestar, não de praticar crimes."

CELSO BASTOS,
PROFESSOR DE DIREITO CONSTITUCIONAL EM SÃO PAULO

"O lado político da questão está sendo privilegiado em detrimento do aspecto jurídico. Os membros do MST devem ser tratados como criminosos comuns e ser responsabilizados por invasões a prédios públicos ou qualquer outro delito."

MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA,
JURISTA, EX-SECRETÁRIO DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

ELIA PAESEIRAS

"O governo é diretamente culpado pelo radicalismo do MST porque foi incompetente para fazer a reforma agrária. Agora, está pagando o preço. É claro que, quando se chega ao ponto que chegou, a polícia precisa ser acionada."

SAULO RAMOS,
JURISTA E EX-MINISTRO DA JUSTIÇA

"O MST depreda e danifica bens públicos. Isso tem de ser analisado por inquérito policial. É dever do Estado. Seria até prevaricação se não fizesse isso. Mas também devem ser investigados os abusos praticados pelo Estado, como a morte de um sem-terra."

MIGUEL REALE,
JURISTA

Figura 13 - Como o governo deve agir diante dos abusos do MST? A resposta de seis renomados especialistas. (Veja, 2000, edição 1648)

embate entre polícia e membros do MST, são os Sem-Terra normalmente as vítimas fatais.

Segundo um relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do ano de 2000,⁶ comparando-se os números médios anuais dos conflitos de terra, entre 1992–94, com os ocorridos entre 1995–99, nota-se que a ocorrência média de 367 casos/ano pulou para 667 casos/ano, correspondendo a um acréscimo de 82%. Apesar da expansão extraordinária desses embates, houve uma pequena redução no número médio dos casos de assassinatos, que declinaram 5%. Passaram de 38 assassinatos anuais na média, antes da administração de Fernando Henrique Cardoso, para 36 assassinato/ano na média, durante seu governo.

Logo, quando Celso Bastos afirma “que as ações do MST não estão sendo repelidas com a força necessária”, tal declaração nos mostra que está sendo construída uma verdade diferente da que os números revelam, ou seja, uma pseudo-realidade contestada pelas estatísticas. E que as ações do MST vêm sendo repelidas com grande intensidade e violência.

O presidente da OAB, Reginaldo de Castro, que representa a voz de autoridade dos advogados do país, por sua vez, afirma “que a partir daí, como ocorreu na semana passada, o Estado tem a obrigação de fazer valer a lei e usar a polícia se for preciso”.

Podemos notar que a violência, praticada quotidianamente em todo o território nacional contra os Sem-Terra, vem adquirindo formas diferentes. Antes, ela era praticada por jagunços, pistoleiros ou pelos braços dos próprios latifundiários. Hoje, a violência/repressão vem sendo exercida preponderantemente pelo Estado, por meio das forças policiais de todo tipo, como a Polícia Militar e a Polícia Federal, que realizam despejos, ameaçam lideranças, perseguem, torturam, prendem e, em alguns casos, assassinam. Com o discurso de que o “Estado tem a obrigação de fazer valer a lei e usar a polícia se for preciso”, é legitimada a ação do Estado por intermédio da polícia, que coíbe as atividades do MST com tamanha truculência e violência.

Arnaldo Malheiros Filho, advogado criminalista que fala em nome das normas penais, posiciona-se: “Fazer justiça com as próprias mãos é acima de

6 Situação e perspectivas da agricultura brasileira, Senado Federal, Brasília 2000.

tudo uma atitude antidemocrática”. Além de classificar as ações do MST de criminosas, ataca o movimento, chamando-o de antidemocrático e acusando-o de colocar em risco a democracia brasileira.

Já Miguel Reale, conceituadíssimo jurista, afirma: “O MST depreda e danifica bens públicos. Isso tem de ser analisado por inquérito policial. É dever do Estado. Seria até prevaricação se não fizesse isso. Mas também devem ser investigados os abusos praticados pelo Estado, como a morte de um sem-terra”.

Sintomaticamente, o ano de 2000 foi campeão em números de despejos, de prisões e de processos policiais e judiciais. Processos estes que condenaram o MST, por exemplo, a pagar R\$ 2 mil por uma porta de vidro danificada, três canetas bic e dez parafusos que desapareceram (*Caros Amigos especial*, n.º 6, outubro de 2000).

Estes são os inquéritos policiais instaurados contra o MST, segundo Miguel Reale. O que não se divulga é que mais de mil Sem-Terra foram assassinados, e desses mil assassinatos existem apenas oitenta processos instaurados, que resultaram na prisão de apenas três fazendeiros mandantes dos crimes (*Revista Sem Terra*, nº 13, novembro 2000).

Ao fazermos uma análise do que disseram os especialistas, percebemos que batem rigorosamente na tecla de que as ações do MST são criminosas, o que justifica a repressão do Estado para controlar esses antidemocráticos agentes da desordem.

A *Veja* ainda utiliza da imagem/fotografia das “pessoas de bem” da sociedade, representando a justiça em diversos ângulos. Assim, anuncia no quadro “Como o governo deve agir diante dos abusos do MST? A resposta de seis dos mais renomeados especialistas”. Não há como contradizer os fatos, o MST é construído negativamente pela mídia e não tem direito de fala. Quando se coloca algum depoimento de membros do MST, este é distorcido ou retirado do contexto do discurso. Um exemplo claro são as afirmações retiradas de seu contexto, como a seguinte frase proferida por um líder do movimento, Gilmar Mauro: “A vontade do nosso povo é pegar a foice e descer o cacete”.

A *IstoÉ* de 10 de maio de 2000 apresenta várias fotos do MST em confronto com a Polícia Militar e Civil (Figura 14). Numa delas, membros do MST em Brasília aparecem em cima do telhado da sede do Incra, segurando pedaços de pau. Noutra, integrantes do MST são mostrados em conflito com a

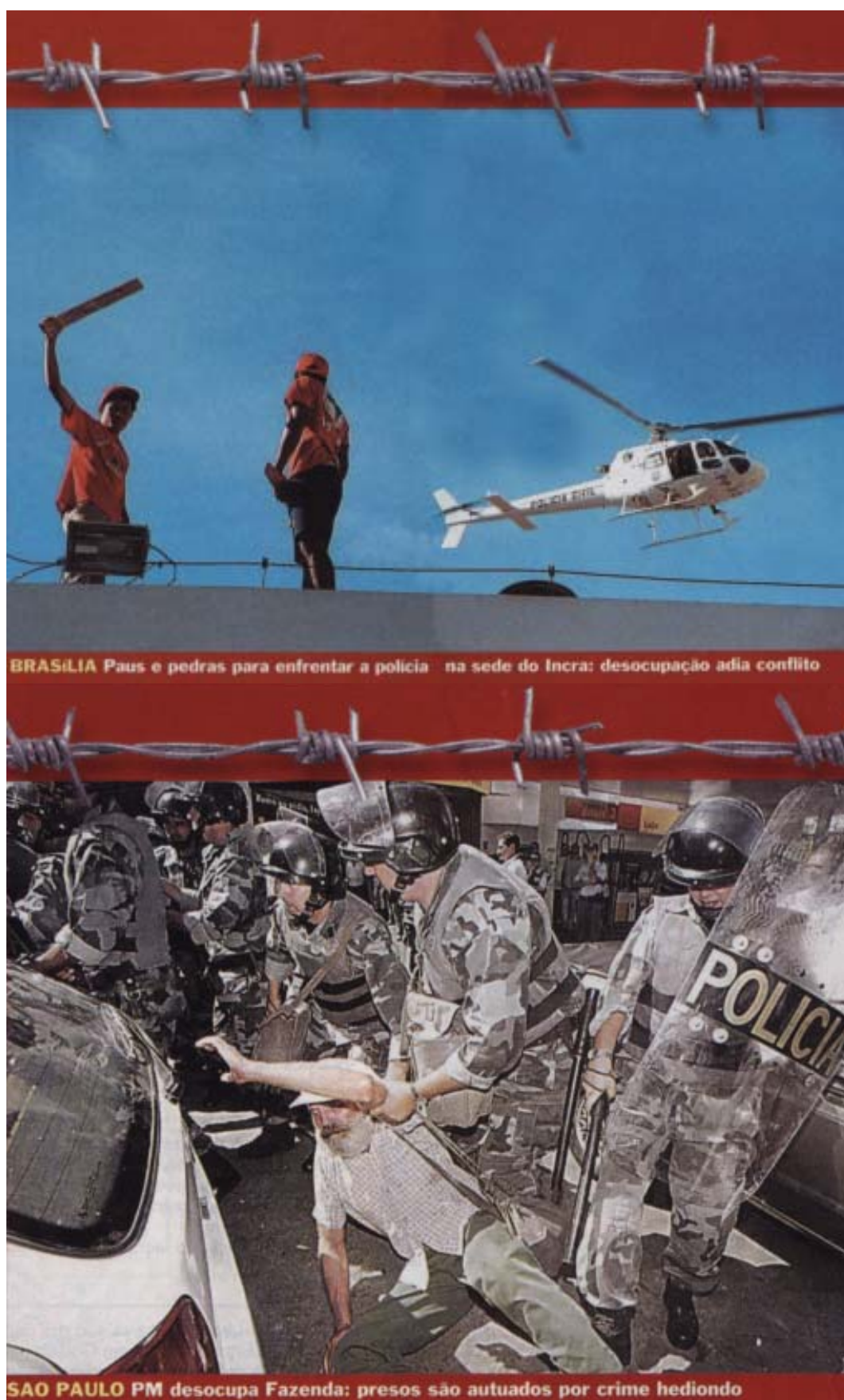


Figura 14 - Crime hediondo?. (*IstoÉ*, 2000, n. 1597)

Polícia Militar em São Paulo. Ao redor dessas imagens vê-se uma cerca de arame farpado, simbolizando a propriedade, envolta pela cor vermelha, símbolo óbvio do comunismo. A *IstoÉ* observa ainda que os membros do movimento foram autuados por crimes hediondos.

Segundo Kossoy (1999), esse complemento da imagem fotográfica (a cerca de arame farpado e o vermelho ao redor das fotografias) é chamado de pós-produção:

[...] quando a imagem se vê objeto de uma série de adaptações visando sua inserção na página do jornal, da revista, do cartaz. Tratam-se de alterações físicas em sua forma. [...] Nesse sentido, são muitas as possibilidades de manipulação elaboradas pelos meios de comunicação impressa. (Kossoy, 1999, p. 54)

Nesse momento de intensas ocupações de prédios públicos, o MST reivindica créditos para a produção e a agilização da desapropriação de terras. A ocupação fazia parte da estratégia do movimento com intuito de chamar a atenção da sociedade para os problemas agrários. A ação foi realizada em vários Estados brasileiro.

Ainda nessa reportagem, a *IstoÉ* coloca em negrito e em letras maiores slogans anarquistas e a opinião do presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebus, Rômulo Kardec, “que pediu um basta à baderna: o exemplo foi dado pela PM do Paraná. Enquadrou os agressores anarquistas”. Ainda dá espaço para o presidente da UDR, Almir Guedes Soriano, afirmar: “O MST é a prova concreta de que no país o crime compensa. Trata-se de uma organização revolucionária, que se coloca acima das leis e ameaça a democracia brasileira”.

Kossoy observa que, nos textos com conteúdo político ou ideológico, a imagem trabalhada será sempre objeto de algum

tipo de tratamento com o intuito de direcionar a leitura dos receptores. Ela é reelaborada – em conjunto com o texto – e aplicada em determinado artigo ou matéria como comprovação de algo ou, então, de forma opinativa, com o propósito de conduzir, ou melhor dizendo, controlar ao máximo o ato da recepção numa direção determinada: são, enfim, as interpretações pré-construídas pelo próprio veículo que irão influir decisivamente nas mentes

dos leitores durante o processo de construção da interpretação.
(Kossoy, 1999, p. 55)

Em relação à afirmação da *IstoÉ* de que integrantes do MST teriam sido autuados pela prática de crimes hediondos, ela não procede porque esses crimes, segundo a Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990 do Código Penal Brasileiro, considera crime hediondos o: latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão qualificada mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor, tráfico de entorpecentes e drogas afins.

A *Veja* de 20 de setembro de 2000 estampa a manchete: “Mais do que Sem-Terra. Sem-Chance – O modelo de distribuição que o MST advoga e o governo segue tem tudo para falhar. Ele corre contra a História”. Acompanha esse texto a imagem de um Sem-Terra tentando ocupar uma propriedade fechada por cadeados, escalando a porteira para chegar a outro lado (Figura 15).

A fotografia, conjuntamente com o discurso visualizado, fornece provas de uma realidade que se pretende mostrar (Kossoy, 1999). Nessa reportagem, a imagem acima tem o objetivo de convencer o leitor de que os Sem-Terra estão todos fadados ao fracasso, sem chance de conquistar reforma agrária. Eles estão ultrapassados, andam na direção contrária do processo da História e já tiveram sua chance, mas a perderam.

[...] 91% dos assentados pesquisados declaram ter sido, anteriormente arrendatários, donos, meeiros ou parceiros na exploração de atividade agrícola. Ou seja, com altíssima probabilidade de terem fracassado antes na condução de empreendimentos rurais. (*Veja*, 2000)

Esse discurso somente reforça a idéia já transmitida pela manchete de que os Sem-Terra são fracassados. A imagem mais uma vez demonstra que eles são violadores de normas, ao transporem a porteira fechada a cadeado. O sentimento de invasão é contagiado pela imagem, por ser ela “um registro visual neutro dos fatos” (Kossoy, 1999, p. 133).

Na edição de 3 de abril de 2002, a *Veja*, utilizando-se da história em quadrinhos do *invisível marciano Arc* – personagem “alheio a todas convenções” religiosas, políticas e sociais do planeta Terra e investido de “neutralidade” diante

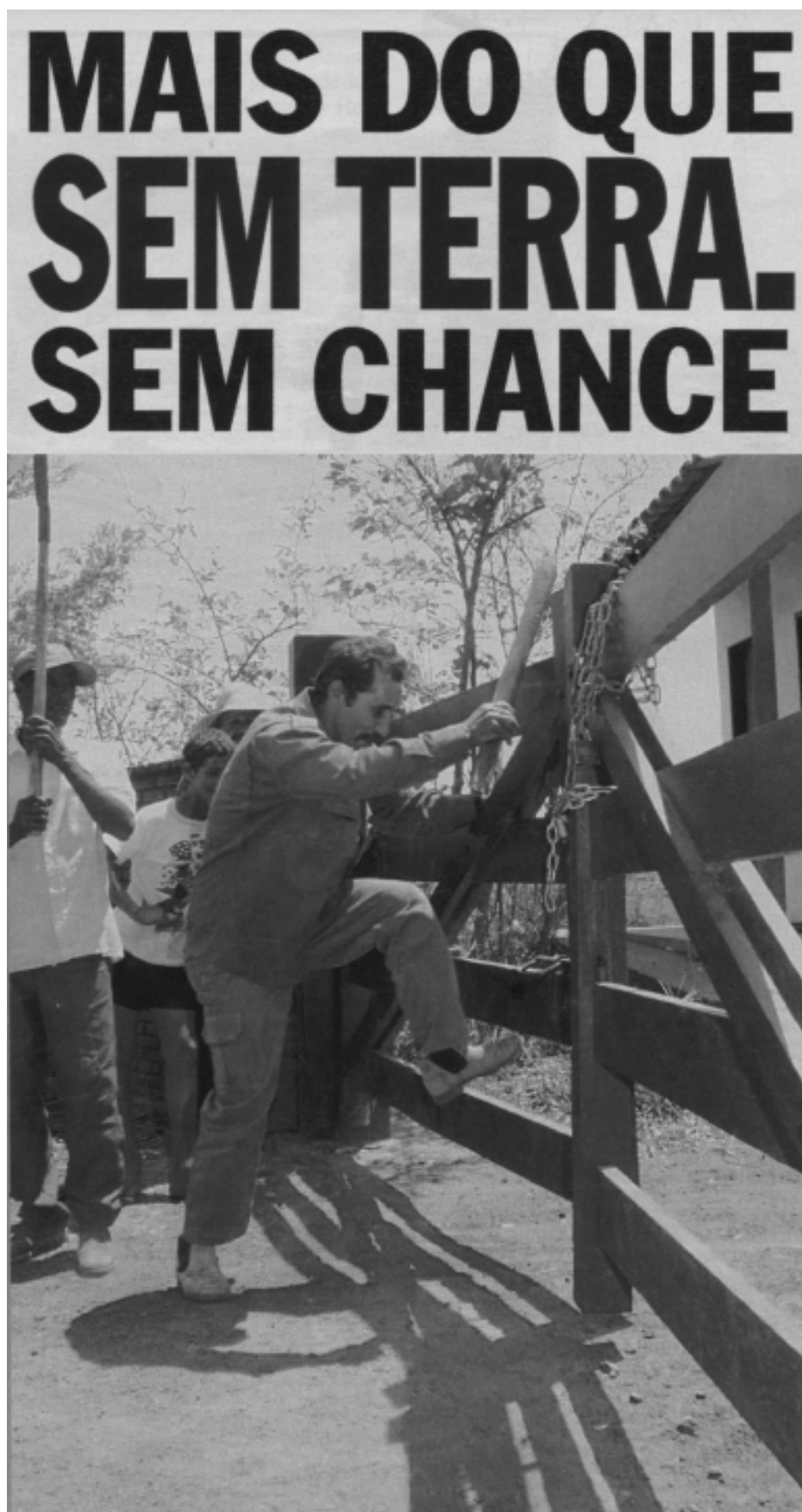


Figura 15 - "Mais do que sem terra. Sem chance". (*Veja*, 2000, edição 1667)

de qualquer conflito, e ainda fora do nosso quadro imagético –, faz sua análise sobre o MST (Figura 16).

A linguagem dos quadrinhos tem uma estrutura baseada em três elementos básicos e interdependentes: a narrativa, a imagem e a seqüência (Vasconcelos, 1996).

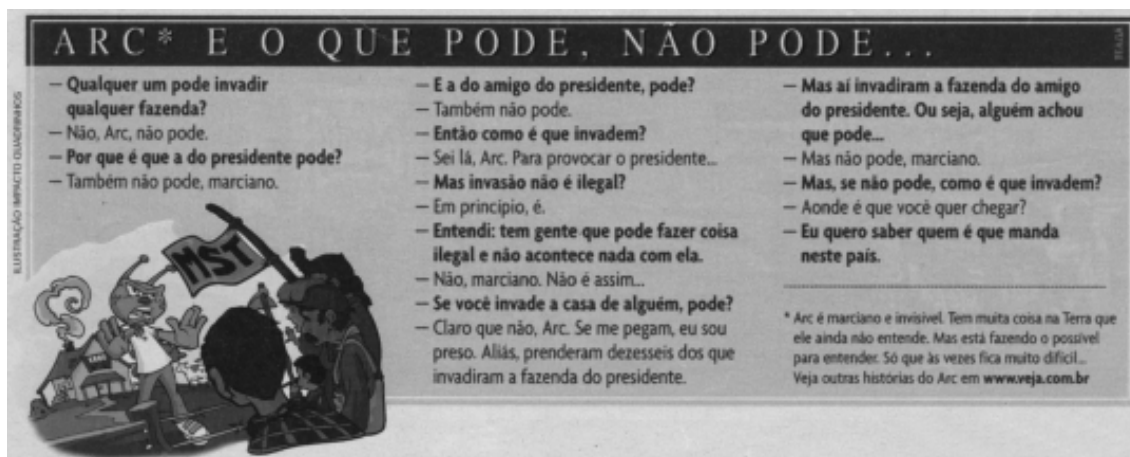


Figura 16 - Arc, o marciano “alheio a todas as convenções”. (Veja, 2002, edição 1745)

A narração é a construção da história, e sua função é contar algo a alguém, expressar sentimentos, idéias, identidades e ser reconstituída a todo momento pelos leitores com sua percepções. O autor direciona o olhar do leitor, selecionando aspectos como aparências, comportamentos e expressões. O personagem é constituído de forma mais ou menos cartunizada, conforme a intenção do autor em passar uma idéia. (Vasconcelos, 1996)

Arc, que a toda semana questiona um tema, nessa edição se intriga com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, naquele momento histórico, ocupa a fazenda do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e, ainda, em uma manifestação nacional, promove a ocupação de delegacias, prédios públicos e agências bancárias para pressionar o governo a fazer a desapropriações de terra e aprovar créditos e investimentos para os assentamentos.

Arc se indigna com a atitude do MST em invadir a fazenda do presidente Fernando Henrique Cardoso. E questiona: “Se a invasão de terras é ilegal, por que não se faz nada?”. A indagação deixa no ar que todos os atos cometidos pelo MST ficam impunes. E a palavra “ilegal” nos remete, por sua vez, àquele

que contraria o princípio da lei, ou seja, que comete ações para as quais não encontra apoio na norma legal, o que comprovaria o caráter ilegítimo das ações do MST. Os Sem-Terra agem de forma errada, e ainda assim continuam a cometer crimes com a conivência do Judiciário, que se “constrange ao aplicar a lei quando o infrator carrega a bandeira do MST”.

Ao analisarmos a imagem do marciano Arc, do lado de dentro da propriedade do Fernando Henrique Cardoso, com as mãos esticadas, gesticulando um basta para as ações de invasões do MST, constatamos claramente que o personagem está em defesa da propriedade, da propriedade do presidente da República. Ocupá-la, como fez o MST, é uma afronta para toda a sociedade, porque o presidente da República representa toda a nação brasileira.

Arc, que representa a própria neutralidade em pessoa, por estar alheio a todas as nossas convenções, reforça a irracionalidade e a criminalidade do movimento. E o leitor, incorporando-se da máscara do personagem, percebe-se agora como o próprio personagem e a mensagem são absorvidos como sendo seus (Vasconcelos, 1996). Assim, todas as concepções de Arc e seu imaginário seriam assumidos pelos seus leitores. Assim, podemos dizer que está instaurado o imaginário anti-MST.

Segundo Vasconcelos (1996, p. 10),

As histórias são criadas também para um momento específico. Durante as crises econômicas e sociais os quadrinhos servem como um modo de escape ou de proteção simbólica. Ver um super-herói protegendo os cidadãos do crime, da guerra ou de seres do espaço dá uma segurança imaginária que cria novos mitos e novas utopias.

A preocupação do marciano Arc veio em um momento histórico no qual se precisavam contestar as ações do movimento. O personagem seria o super-herói que está em defesa da sociedade e contra os inimigos e criminosos representados pelos Sem-Terra. Porque a partir dessa visão, o MST se torna um inimigo da sociedade brasileira.

Na mesma edição, em seis páginas, a *Veja* divulga imagens dos Sem-Terra “escarrapachados” no sofá da fazenda de Fernando Henrique Cardoso e

ainda os membros do MST sendo humilhados, algemados e obrigados a se deitar no chão, tratados como criminosos perigosos pela polícia.

Junto à fotografia dos membros do MST mostrada pela *Veja* (Figura 17), aparece a legenda: “Escarrapachados no sala de estar da fazenda de FHC: afronta à ordem constitucional” (*Veja*, 2002).

A fotografia demonstra o desrespeito e a afronta dos Sem-Terra ao direito de propriedade, direito esse defendido por Leão XIII como natural e inquestionável. Assim, quem afronta o direito natural não segue leis lógicas, leis racionais, mas obedece cegamente a normas absurdas, sendo uma dessas invadir a propriedade do representante máximo do país, ou seja, a propriedade da própria sociedade.

Na foto estampada, os Sem-Terra aparecem muito à vontade na propriedade de Fernando Henrique Cardoso, invadindo a privacidade do presidente da República e de sua família, tirando as coisas dos lugares e assistindo à televisão. Essa imagem mexe no íntimo do leitor, pois nossa casa representa um lugar sagrado, íntimo e inviolável. O MST quebra a norma, focalizado como inimigo da família, outro direito natural.

Como diz Kossoy (1999), as fotografias não podem ser aceitas como espelhos fiéis da realidade. Como os demais documentos, elas são plenas de ambigüidades, portadoras de significados não explícitos e de omissões pesadas, calculadas, que aguardam decifração. O potencial informativo poderá ser alcançado na medida em que seus fragmentos forem contextualizados na trama histórica, em seus vários desdobramentos sociais, políticos, econômicos, religiosos, artísticos e culturais, que se relacionam no tempo e no espaço do ato da tomada do registro.

O momento histórico vivido é de intensas manifestações, com ocupações de delegacias, de prédios públicos, agências bancárias e da fazenda do presidente da República e de seu amigo e sócio Jovelino Mineiro. Momento também de campanha eleitoral para a Presidência, ao governo dos Estados, à Câmara de Deputados e ao Senado. Nesse contexto, o MST se confunde com os candidatos de esquerda, sobretudo o candidato à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva. O movimento, como a própria *Veja* (2002) afirma, “promove saques, invasões em nome do socialismo”.



Figura 17 - Os Sem-Limite atacam de novo. (Veja, 2002, edição 1745)

A *Veja*, ao longo de suas reportagens fotojornalísticas, demonstra a simpatia dos partidos de esquerda pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fazendo assimilar as ações do movimento com os candidatos e, consecutivamente, com seus prováveis governos. Reporta o leitor, assim, a todo um imaginário anticomunista, no qual o demônio vermelho agora é caracterizado como o MST.

No entanto, o movimento intensifica as manifestações e ocupações de terras durante o mês de abril, em razão da comemoração do Dia Internacional da Luta Camponesa, marcado pelo massacre de Eldorado dos Carajás (17 de abril de 1996).

A fazenda do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e seu sócio Jovelino Mineiro já havia sido alvo de inúmeras tentativas de ocupação ao longo dos últimos anos. Como mostra a própria revista *Veja*, em 20 de novembro de 1996, dois mil homens do Exército são mobilizados para proteger a propriedade do presidente (Figura 18). Todas as tentativas foram sem êxito, devido à constante vigilância de policiais e também de seguranças particulares. No entanto, em abril de 2002, esse aparato de segurança estranhamente falhou.

Seguindo esse raciocínio, Luiz Inácio Lula da Silva insinua que a “ocupação foi facilitada pelos proprietários das fazendas, deixando até a porteira aberta” (*Veja*, 2002). Isso teria o objetivo de criar um fato político passível de atingir o MST (conforme foto analisada) e a sua campanha eleitoral.

É interessante notar ainda que, no discurso do ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, apresenta o movimento é apresentado como um adjetivo negativo, um inimigo natural do Brasil. Liga-se o Partido dos Trabalhadores (PT), e conseqüentemente o seu candidato ao MST. Assim, bastando associar o PT ao MST para mostrar que não é saudável votar em Luiz Inácio Lula da Silva. Percebe-se que, com esse discurso, o ministro da Justiça não deixa espaço para o leitor discutir a posição do movimento, pois já o sentenciou como inimigo natural do Brasil.

A mídia nos mostra um consenso nacional contra o MST, fazendo parte de uma estratégia de endurecimento contra o movimento.

Ao lado da fotografia, está Luiz Inácio Lula da Silva, candidato presidencial pelo PT, que questiona sobre a quem interessava a ocupação da fazenda de Fernando Henrique Cardoso, considerando que a ação foi passiva e sem

qualquer resistência. Pode-se notar que o próprio governo estimula a reação do MST, pois o movimento reivindica desapropriação de terra, créditos para plantar, recursos e estruturas básicas nos acampamentos e assentamentos. No entanto, alguns desses itens somente são concedidos quando ocorre a pressão do MST por meio de manifestações, que podem pôr em xeque várias candidaturas.



Figura 18 - Mobilização do Exército para proteger as terras do presidente. (Veja, 1996, edição 1471)

Abaixo da fotografia, vem o anúncio “Os Sem-Limite atacam de novo – Na ação mais especular e agressiva de sua história, MST invade a fazenda de FHC “ (*Veja*, 2002). A foto na qual aparecem os Sem-Terra deitados no sofá à frente da televisão constrói a imagem dos Sem Limites, pessoas que destroem a inviolabilidade do lar, atacam frontalmente a pessoa do presidente e sua família. Apesar da entrada pacífica dos Sem-Terra, a *Veja* evidencia uma ação espetacular e agressiva. Realmente, a imagem agride o leitor que, ao visualizar as imagens de pessoas estranhas dentro da casa do presidente, remete-se imediatamente ao imaginário anticomunista, tendo sido apregoado que, com a tomada de poder, comunistas usurpariam de tudo o que era seu.

Assim, com essa fotografia e outras se constrói uma realidade própria que necessariamente não corresponde ao contexto real que envolve o assunto, o objeto do registro no contexto da vida passada. Mas trata-se de uma segunda realidade construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua e inocente (Kossoy, 1999).

A imagem fotográfica é fixa, congelada na sua condição documental. Não raro nos defrontamos com imagens a que a história oficial, a imprensa, ou grupos interessados se encarregam de atribuir um determinado significado com o propósito de criarem realidades e verdades. Cabe aos historiadores e especialistas no estudo das imagens a tarefa de desmontagem de construções ideológicas materializadas em testemunhos fotográficos. Decifrar a realidade interior das representações fotográficas, seus significados ocultos, suas tramas, realidades e ficções, as finalidades para as quais foram produzidas é a tarefa fundamental a ser empreendida. (Kossoy, 1999, p. 22)

Na página seguinte, a *Veja* mostra a fotografia dos mesmos Sem-Terra, que estavam “escarrapachados” no sofá de Fernando Henrique Cardoso, agora sendo tratados como criminosos perigosos, deitados no chão e algemados (Figura 19). Em sua volta, inúmeros policiais federais armados de cacetes, metralhadoras e armas de menor porte. Ao lado, a afirmativa: “o MST promete iniciar uma guerra de invasões” (*Veja*, 2002).

Ao nos defrontarmos com essas fotografias, observamos visivelmente o endurecimento da *Veja* em relação ao MST, construindo a imagem de como se



Figura 19 - Criminosos e perigosos. (*Veja*, 2002, edição 1745)

devem tratar os Sem-Terra quando eles atacam a sociedade: acionando-se a polícia quando criminosos estão em ação contra os cidadãos.

Segundo Kossoy (1999, p. 27):

Seja em função de um desejo individual de expressão de seu ator, seja de comissionamentos específicos que visam uma determinada aplicação (científica, comercial, educacional, policial, jornalística etc.), existe sempre uma motivação interior ou exterior, pessoal ou profissional, para a criação de uma fotografia e aí reside a primeira opção do fotógrafo, quando este seleciona o assunto em função de uma determinada finalidade/intencionalidade. Esta motivação influirá decisivamente na concepção e construção da imagem final.

Na *IstoÉ* de 3 de abril de 2002, defrontamo-nos com a fotografia dos Sem-Terra “esparramados na casa do presidente”, utilizando-se do “telefone do presidente para comunicar a invasão aos líderes do MST”. A *IstoÉ* demonstra o tamanho da “estupidez” cometida pelo movimento, cujos membros estavam à

vontade violando a casa do presidente. Da fazenda, passa-se à casa, lugar íntimo da família, aproveitando-se de bens íntimos como o telefone, quarto do casal e a cozinha, que foi “saqueada” pelos Sem-Terra. A privacidade do presidente fora violada.

A fotografia (Figura 20), somada à própria fala do líder dos Sem-Terra, João Pedro Stédile (o representante máximo do MST) – “Foi uma cagada” –, legitima o discurso da *IstoÉ*, segundo o qual as ações do MST são erradas e equivocadas. Por isso, 17 integrantes do movimento foram presos e processados por suas ações criminosas.

A revista dá ainda uma alfinetada em José Rainha Júnior: “Ele, que estava sumido, voltou à cena com seu velho estilo espalhafatoso” (*IstoÉ*, 2002). E compara as táticas utilizadas pelo MST às do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma organização criminosa.

Nessa perspectiva, o discurso jornalístico representa um caminho tanto de difusão e disseminação de práticas discursivas de exercícios de poder, como também atua na disseminação dos modos como essas práticas se impõem, além de silenciar práticas divergentes e antagônicas ao poder público dominante. Assim, o discurso jornalístico contribui na produção de verdades ligadas aos sistemas de poder, que vão sendo disseminados como consensos sociais. Essa prática discursiva jornalística permite a institucionalização social de certos sentidos, remetendo “ao que todo mundo sabe” e ao silenciamento de outros sentidos, resultado de uma política do silêncio (Mariani, 1998).

Mas em uma análise ainda mais extensiva, podemos observar a ocorrência de erros táticos do próprio MST por meio de seus integrantes. Vemos nitidamente isso com o discurso de João Pedro Stédile, que diz: “Foi uma cagada”. Em entrevista a essa edição da *IstoÉ*, Stédile diz que o trabalhador rural é ingênuo e “não tem discernimento político”. E ainda completa: “Ninguém controla as bases do MST, nem queremos que controle.” Na análise desse discurso, nota-se que não há um controle interno das bases do movimento, onde muitas vezes seus integrantes decidem suas ações e agem por impulso causando assim erros táticos. Seguindo esse raciocínio de inexperiência política, os Sem-Terra deixam ser fotografados em cenas em que muitas vezes comprometem a própria imagem do MST.

A seguir, faremos análises dos discursos de alguns jornais.



Figura 20 - “Foi uma cagada”. (*IstoÉ*, 2002, n. 1969)

2.2 A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA ATRAVÉS DO DISCURSO

Dizer algo em nome próprio é muito curioso, pois não é em absoluto quando nos tomamos por um eu, por uma pessoa ou um sujeito que falamos em nosso nome. Ao contrário, um indivíduo adquire um verdadeiro nome próprio ao cabo do mais severo exercício de despersonalização, quando se abre às multiplicidades que o atravessam de ponta a ponta, às intensidades que o percorrem. (...) Falamos do fundo daquilo que não sabemos, do fundo de nosso próprio subdesenvolvimento.

(Giles Deleuze)

A partir da última década, o MST passou a freqüentar as páginas dos jornais, das revistas e dos telejornais com maior regularidade. Nesse momento, gerou-se a necessidade de apresentar o movimento e suas particularidades aos leitores – receptores da notícia. Para torná-lo visível, a mídia tem utilizado de jargões e rótulos atribuídos em décadas passadas aos subversivos, comunistas e, hoje, ao crime organizado e narcotráfico. Uma nítida demonstração do poder da imprensa de referência na construção da realidade.

Ao pensarmos do ponto de vista do observador da foto, percebemos que este sofre os efeitos de significação encenados pelo modo como a imagem foi produzida. Isto não significa, no entanto, que a própria observação seja passiva, pois aquele que olha a foto também vai produzir seus próprios efeitos de compreensão e significação sobre a imagem congelada, pois são projetadas e incorporadas experiências particulares que deságuam em leituras possíveis para a fotografia.

Do mesmo modo que as fotografias do movimento revelam e produzem a construção do momento determinado de uma cena, os acontecimentos diários, tal como são cronologicamente fixados pela imprensa, também apontam o amplo processo de organização política e cultural da sociedade brasileira. Nos diferentes jornais, assim como na fotografia, encontram-se diferentes leituras para os fatos narrados, representando, assim, o mosaico de aspectos culturais e políticos em que estamos inseridos.

Dessa forma, temos claro que a cada leitura do MST produzida pelos jornais corresponde à exclusão de parte da rede de fatos e idéias que compõem o todo da História.

A Veja, a IstoÉ, a Folha de São Paulo, e outros veículos são considerados imprensa de referência: aquela que contribui na “representação/conformação da opinião pública, tanto no plano nacional quanto internacional. A imprensa de referência não representa, como querem alguns, um quarto poder, mas, sem dúvida, ela representa uma forma de poder simbólico, sendo um instrumento que in-forma o poder” (Mariani, 1998, p. 52). A imprensa de referência, portanto, exerce uma função social e política não apenas porque seu poder discursivo atua na emissão de opiniões, mas também porque serve à mediatização.

Ao analisarmos estes jornais e revistas, tivemos em vista que, na relação entre mídia e história, cabe à mídia ser um dos veículos que narra e divulga os fatos do cotidiano político. Nesse sentido, vemos a imprensa como uma instituição mediadora entre esses fatos do cotidiano político e os leitores. Podemos considerá-la também um sujeito do processo histórico que atua na formação da opinião pública.

Quando atua como sujeito narrador dos fatos, a imprensa o faz sob a máscara da informação objetiva, verdadeira e imparcial. Sendo assim, não abordamos o discurso jornalístico como um documento indiscutível dos acontecimentos, mas como algo que representa e também constitui os eventos.

Pensando dessa forma, vamos efetuar algumas reflexões a respeito da produção de sentidos sobre o MST através da mídia. Partimos da seguinte questão: que imagem a mídia tem produzido do MST? Para responder a essa pergunta, torna-se necessário de início apresentar duas ou mais noções da análise do discurso que permeiam o texto.

Para Michel Pêcheux (1997), o discurso é “efeito de sentido” entre interlocutores e não simplesmente transmissão de informação. É necessário notar que a noção de efeito transcende o aspecto argumentativo da linguagem, pois os próprios interlocutores fazem parte do dizer e ocupam lugares determinados na estrutura socio-histórica.

Seguindo o raciocínio de Pêcheux, esses lugares são representados nos processos discursivos através de uma série de formações imaginárias, isto é, uma rede de projeções que os interlocutores fazem do seu próprio lugar social, do lugar do outro, do objeto discursivo. Portanto, desfazer essa rede de projeções significa perceber quem diz o que para quem, onde ou quem está autorizado a dizer determinadas coisas em determinados lugares, de certo modo.

Isso nos leva a pensar na materialidade do discurso e, conseqüentemente, do sentido. Destaca-se a fixação ideológica de um sentido sobre os demais numa mesma dada conjuntura, do mesmo modo que há a fixação de uma representação socio-histórica através da prática concreta realizada socialmente pelo sujeito.

No caso do discurso da imprensa por exemplo, foi possível delinear a partir do ponto de vista da *Veja*, da *IstoÉ*, da *Folha de São Paulo*, do *Correio Brasiliense* e de *O Popular* uma formação discursiva que se apresenta contrária às táticas e estratégias assumidas pelo MST. De outro lado, temos os discursos veiculados pelo MST, através de material próprio, que reflete a outra face da “moeda”. A formação discursiva se “define como aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 1993, p. 58).

As formações discursivas não são imutáveis nem fixas; ao contrário, são bastante dinâmicas, podendo vir a desaparecer numa época e reaparecer em outra. As relações que as diferentes formações discursivas mantêm entre si podem ser de aliança, antagonismo, inserção e apagamento, configurando posições específicas numa conjuntura ideológica determinada. Nesse caso, a mídia e o MST reúnem um misto de antagonismo e silenciamento na produção da notícia. Pois, como explica Dominique Maingueneau (1997, p. 112-113), as formações discursivas estão sempre em concorrência; estão sempre buscando se definir umas em relação às outras.

Nessa perspectiva, o funcionamento de um campo discursivo é regido sobretudo pela polêmica. Mantendo uma relação polêmica, uma formação discursiva procura sempre excluir ou negar as outras. Ao buscar um modo de excluir o outro, ela institui novos mecanismos de reconfiguração de suas fronteiras.

Dessa forma, salientamos a importância de refletirmos sobre as lutas de representações para compreendermos “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (Chartier, 1990, p. 17).

Segundo afirma Chartier (1990), as representações do mundo social

[...] assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos

interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Segundo Bethania Mariani, (1998, p. 60) “jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, ‘digerem’ para os leitores aquilo sobre o que se fala. Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causa e conseqüências para os fatos ocorridos. Encontra-se nesse funcionamento jornalístico um dos aspectos de convencimento que envolve os leitores”. Assim, a imprensa torna-se um veículo usado por determinados grupos/partidos para alcançar visibilidade.

Com o discurso do jornal, podemos entender o que diz Roger Chartier (1990, p. 17) sobre as percepções do social: “não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.

Orlandi (1993) afirma que, quando o autor escreve um texto, tem um leitor virtual a quem o destina. Mas esse leitor pode, no entanto, ser seu “cúmplice” ou seu “adversário”, como no caso do MST, que é o adversário do discurso do governo, fazendo o contradiscurso.

Destramar esse processo, presente na formação discursiva da mídia, que compreende os discursos da *Veja*, da *IstoÉ*, da *Folha de São Paulo*, do *Correio Brasiliense* e do *O Popular* é uma das tarefas deste trabalho.

Começaremos com episódio do confronto entre a Brigada Militar e os Sem-Terra, em 8 de agosto de 1990. Podemos ver nitidamente como a opinião pública é levada a vislumbrar uma realidade sem seu contexto histórico. Fazendo um breve resumo do ocorrido, analisaremos posteriormente o posicionamento da imprensa com relação a esse fato.

Em 8 de agosto de 1990, chegam à Praça Matriz da cidade de Porto Alegre cerca de seiscentos colonos para reivindicar a promessa do governo federal e estadual de assentamento definitivo.

Duas horas depois, quinhentos homens da Brigada Militar ao local com um aparto composto por cavalos, cães, escudos, bombas de gás e submetralhadoras.

Os Sem-Terra fazem um cordão humano de isolamento e gritam: “Ocupar, Resistir e Produzir”. Minutos depois, se dá o início da operação de retirada dos manifestantes, sendo usados bombas de gás lacrimogêneo, baionetas, cacetetes e tiros. A reação é imediata: foices e pedras são a defesa dos Sem-Terra. O confronto prossegue ao longo da rua, a cavalaria ataca, ouvem-se gritos e correrias de mulheres, crianças, velhos e homens, Sem-Terra são espancados. O PM Valdeci de Abreu Lopes, com revólver em punho, dispara três tiros que atingem um homem na perna e uma mulher no abdome. O PM é atingido por uma foice no pescoço. Por volta das 12 horas, o soldado Valdeci de Abreu Lopes está morto e cerca de 70 colonos feridos.

O relato da imprensa sobre o conflito dos Sem-Terra com a Brigada Militar foi totalmente distorcido e recheado de representações negativas. Vejamos:

[...] pobres e traídos colonos foram levados à Praça da Matriz com o objetivo de patrocinar uma batalha com os policiais. Por trás deles - ou ao meio deles - uma matilha. Aproveitadores em geral, profissionais da invasão, incendiários, guerrilheiros, a petezada, comunistas, padres vermelhinhos da silva, doidos de vários tipos. O Governo resolvendo tudo e a canalha ladrando. Até que conseguiram seu intento: apanhar da Brigada. Armados com provocativas e perigosas foices (compradas pela matilha), atacaram o batalhão de choque e, naturalmente, receberam o troco. Bem longe dali, um grupo de colonos ia passando pela Borges de Medeiros até que resolveu degolar um brigadiano. Feito o serviço, foram acobertados pela Prefeitura que precisou ser cercada para entregar os criminosos. Logo, a polícia reconheceu, com testemunhas rápidas no gatilho, o responsável pela morte. E ninguém duvidou que fosse o “assassino” - chamado assim independente de julgamento ou outras frescuras do gênero. Depois foi só mostrar os interesses eleitoreiros do PT e a má vontade da colonada para com o governo gaúcho. (jornal Zero Hora – 09/08/1990 in: GÖRGEN, 1991: 84 – grifo nosso).

Observamos, nos relatos feitos pela imprensa, as várias representações que se formaram no percurso da história, utilizadas como referências negativas (profissionais de invasão, incendiários, guerrilheiros...), guiando, assim, a opinião

pública a tomar o veredicto de condenação à ação dos Sem-Terra. Observa-se que relataram o degolamento do brigadeiro como se fosse uma ação dissociada dos acontecimentos anteriores e se referiram ao movimento como se os sem-terra fossem usados e manipulados pela “matilha” (PT, CUT, padres vermelhinhos...). Para nos contrapormos a essa idéia, podemos recorrer à análise de Medeiros (1989, p. 148), quando diz que

o MST não pode ser estudado isolado do conjunto das relações sociais que o constituem historicamente, visto que é fruto de uma particular simbiose produzida pela ação política dos mediadores. Portanto, o MST não deve ser visto apenas como produto de suas próprias iniciativas e da vontade coletiva de seus integrantes.

A concentração de terra, que gera milhares de miseráveis, passa longe das colunas de jornais, contudo, quando ocorre um conflito como esse, a imprensa executa manobras para fortificar as representações que fortalecem o poder da elite. Como o próprio Bourdieu (1996) reconhece, não existem palavras inocentes.

No entanto, o jornal revela o discurso hegemônico. Segundo Marc Angenot (1989), hegemonia é

um conjunto complexo de norma e imposições diversas que opera contra o aleatório, centrífugo e o desvio, que indica os temas aceitáveis e, indissociavelmente, as maneiras toleráveis de tratar, e que instituiu a hierarquia das legitimidades (valor, da distinção, do prestígio) sobre um fundo relativamente homogeneizado. A hegemonia é descrita formalmente como um cânon de regras e de imposições legítimas e, socialmente, como instrumento de controle social, como um “vaste synergie” (energia) de poderes de contração, de meios de exclusão, ligadas a formas arbitrárias e temáticas.

A hegemonia não tem dono, mas a classe detentora do poder passa a ter hegemonia para assegurar o seu poder (apropriação). A *doxa*⁷ mantém o

⁷ Segundo Marc Angenot (1989), *doxa* é idéia que tem das coisas (como por exemplo: idéia de casamento, de governante, de pai, de ladrão, filho...), interiorizada como verdade absoluta e incontestável. E a quem tenta questioná-la ou mudá-la dizem que quer acabar com a harmonia e instalar o caos.

poder, é um discurso legitimador. Ela se impõe como deve ser, por que e o que deve ser. A *doxa* legitima o poder. Ela tem por finalidade manter as diferenças. Para manter a harmonia, ela se interioriza como verdade absoluta e quem questiona ou tenta mudar essa *doxa* é o instaurador do caos. O discurso legitimador⁸ dos jornais mantém as diferenças do MST com o cidadão e o MST tenta mudar a *doxa*.

Os jornais têm sua autoridade de fala legitimada pelos grupos de interesses, que os fazem seu procurador. O locutor, para que tenha autoridade de fala, deve ter poder e se voltar a um determinado grupo indicado para invocar suas questões.

Pierre Bourdieu (1996) considera que não se pode deixar de levar em conta, para compreender os efeitos simbólicos da linguagem, que ela é o primeiro mecanismo formal (num espaço social determinado) cujas capacidades geradoras são ilimitadas. Nos limites da gramaticalidade, podem-se enunciar tudo na língua; pode-se produzir discursos formalmente corretos, mas semanticamente vazios. Assim, os rituais representam o limite de todas as situações de imposição, nas quais, por meio do exercício de uma competência social, está o locutor legítimo, autorizado a falar com autoridade.

Em outro episódio apresentado pelo *Correio Brasiliense* intitulado, “Sem-terra expulsa supostos arapongas”, de 16 de abril de 1997, há o seguinte comentário sobre a suspeita de infiltradores na marcha dos Sem-Terra:

Dois deles - um homem e uma mulher - foram expulsos em público durante uma assembléia convocada de surpresa. Marisa Zamirato, 44 anos, e Elmo Pinheiro, 42 anos, só souberam da acusação durante a assembléia. O terceiro suspeito identificado por Edson Santana Amorim não compareceu à assembléia e escapou da execração pública. Os três foram incriminados por um bilhete, escrito

8 Falando um pouco da voz de autoridade dos jornais, veremos uma citação de Bourdieu (1996): “O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em reação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador [...] As condições a serem preenchidas para que um enunciado performativo tenha êxito se reduzem à adequação do locutor (ou melhor, de sua função social) e do discurso que ele pronuncia. Um enunciado performativo está condenado ao fracasso quando pronunciado por alguém que não disponha do ‘poder’ de pronunciá-lo ou, de maneira mais geral, todas as vezes que ‘pessoas ou circunstâncias particulares’ não sejam ‘as mais indicadas para que se possa invocar o procedimento em questão’, em suma, sempre que o locutor não tem autoridade para emitir as palavras que enuncia”.

supostamente por Elmo, o bilhete foi suficiente para que os três fossem considerados como culpados.

Dentro do movimento, há uma organização rígida, para que haja sucesso nos acampamentos e assentamentos. Essa organização está baseada em regras que consistem em horários a serem seguidos para a execução de tarefas; atividades determinadas para cada pessoa; proibição de bebidas alcoólicas, traição, briga, roubo e prostituição. Quando ocorre qualquer problema, a “companheirada” (como eles se chamam) se reúne em assembléia, debate e chega a um acordo. No caso de prostituição, infiltração, roubo ou outra coisa mais grave, a pessoa é expulsa do acampamento com a decisão da “companheirada” e é descredenciada do movimento no Incra, para não mais participar do MST em qualquer lugar do país. Todos os membros têm fichas cadastradas no Incra.

Observemos atentamente a “declaração de princípios e intenções” dos Sem-Terra de Sumaré, conforme citação de Rapchan:

A nível de convivência social podemos destacar três aspectos da organização socio-política dos trabalhadores Sem-Terra: a) suas leis de convivência visam a formação e organização do grupo. Retomando a experiência do povo hebreu no seu caminho à ‘terra prometida’, os trabalhadores Sem-Terra, quando nos cinco meses de acampamento, elaboraram dez princípios para regulamentar a sua convivência. São eles: 1) Teremos tudo em comum, não faremos nada isolados; 2) Estaremos sempre trabalhando, nunca acomodados; 3) Respeitar a organização interna do grupo; 4) Não responder a violência; 5) Evitar bebida alcoólica; 6) Respeitar as diferenças de opinião e a decisão do grupo 7) Nunca brigar com os companheiros, diálogo e sinceridade em primeiro lugar; 8) Nosso objetivo primeiro é a luta pela Reforma Agrária.; 9) Confiar na força da união; 10) Ser firme até a vitória(...); b) Sua divisão de trabalho tem como meta um projeto igualitário: todos participam e todos usufruem dos mesmos direitos e deveres. No acampamento a divisão em equipes de trabalho (cozinha, almoxarifado, segurança, saúde, comissão de imprensa, comissão de negociação) retomam a prática da co-responsabilidade (...); c) As relações sociais giram em torno da vida em comunidade. (MST, In: Rapchan, 1993, p. 104)

Depois desses esclarecimentos, vimos que esses procedimentos são normais na ocorrência como no caso de infiltração, ainda mais grave devido ao momento da ocorrência do fato, na Marcha Popular do Brasil.

Na reportagem “Terras de devedores do INSS usadas para reforma agrária”, do *Correio Brasiliense*, dia 16 de abril de 1997, o ministro Raul Jungmann diz: “eu fico feliz em mostrar que nós estamos dando uma demonstração, na prática, de que este é um governo recordista em realizações em favor da reforma agrária”. Vemos, na análise do discurso, que “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo socio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (Costa, In: Swain, 1993, p. 58)

Já o texto publicado no *Correio Brasiliense*, de 16 de abril de 1997, sob o título: “Produtor faz ato por paz no campo”, registra: “A onda de invasões de terras em Mato Grosso do Sul por grupos ligados ao MST e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura provocou reação dos produtores rurais”. A palavra “invasão” não é utilizada pelo MST, devido à forte carga simbólica que carrega. Invasão representa entrada sem permissão em uma terra que não é sua, que não foi adquirida com o suor do seu trabalho e por isso tem um proprietário a quem a lei protege. O dicionário *Aurélio* define invasão como: “apoderar-se violentamente”, enquanto o significado a ocupação soa mais brando: “ato de apoderar-se de algo legalmente, de coisa móvel, sem dono, ou ainda não apropriada ou por haver sido abandonada”.

Segundo Sérgio Görgen (1990), ocupação é o processo de luta para entrar na terra que tenha sido mantida improdutivo e apropriada privadamente para servir de reserva de valor às classes dominantes.⁹

Também a denominação “produtores rurais” é utilizada para designar os empresários ou latifundiários e não o trabalhador, que é o produtor direto.

⁹ Não é difícil, na prática, separar a invasão violenta da ocupação de protesto. A invasão é o “esbulho possessório” definido em lei, enquanto a ocupação constitui um ato político, como tantos outros, destinado a chamar a atenção da autoridade omissa para o problema candente que afeta um grande número de pessoas. A ocupação se caracteriza ainda pelo “estado de necessidade” das pessoas que realizam essa ação e pela destinação social da área afetada (art. 5 da Lei de Introdução ao Código Civil). As ocupações existem porque, no contexto social que vivenciamos, o ocupante procura por trabalho em solos vazios, abandonados, sem destinação, empurrado pela necessidade da fome como imperativo de emergência. Assim, em razão de ser famélica esta ocupação, ela não pode ser punível pois, ocupar terras para o plantio não é delito.

Estabelece-se a idéia de que quem produz é o empresário e não o trabalhador. Podemos perceber, também, que os trabalhadores são deslocados de seus conflitos, transformando-se a questão histórica da luta do homem pela terra em uma simples peleja de legítima defesa da propriedade privada.

O Popular, maior jornal do Estado de Goiás, adotou um tom crítico e de denúncia na divulgação das atividades do MST, demonstrando claramente seu alinhamento ao discurso contrário a reforma agrária e principalmente a atuação do movimento. Observe essa seleção de enunciados que foram veiculados em destaque no jornal:

“A marcha da irresponsabilidade” (*O Popular*, 15/03/1997).

A crítica foi dirigida tanto ao governo como ao MST. O primeiro por ter permitido a desapropriação de áreas invadidas pelos sem-terra, como aconteceu em 226 pontos que foram repassados ao movimento. Segundo o autor, o jornalista e publicitário Rosenwal Ferreira, essa posição incentiva, de forma clara e brutal, o confronto à legislação em vigor. Para ele a reforma agrária é uma necessidade que requer, ao mesmo tempo, urgência e cautela. “Em hipótese alguma, considerando que estamos desenvolvendo os alicerces de uma nação democrática, podemos ceder a grupos que forçam soluções ao arrepio da lei”.

O jornalista Rosenwal Ferreira trabalha dentro de um espaço discursivo, demarcando os lugares dos seus atores. De um lado temos a cúpula do MST que é vista como fria e calculista, trabalhando muito bem o “xadrez que envolve seus interesses”. Sempre com o trunfo de possuir um exército a sua disposição, que a qualquer momento podem “ameaçar a estabilidade do País”.

Do outro lado, denúncia que os fazendeiros colocados como vilões da reforma agrária, são na verdade as vítimas de toda uma trama que usa um contingente de cidadãos desempregados e pessoas que sonham em ter algo para realizar manobras escusas.

“Fazendeiros vítimas das invasões são retratados como vilões de um bizarro roteiro” (*O Popular*, 15/03/1997).

Os aliados do movimento são configurados como “segmentos historicamente inconformados – Pastoral da Terra, ala xiita do PT, radicais da CUT, saudosos do PCdoB, viúvas de Fidel Castro e outros aproveitadores” (*O Popular*,

15/03/1997), que fazem o jogo do MST acendendo fogueiras de insatisfação em pontos estratégicos do País.

O jornalista afirma que o MST deixou de ser apenas um movimento reivindicatório de justiça e rapidez nos assuntos ligados à reforma agrária. Tornando-se uma “bandeira política agregando forças que perderam seus parâmetros depois que fracassou o modelo da União Soviética”.

Denuncia que a irresponsabilidade dos que se aproveitam do movimento chegou a tal cinismo que o marketing do MST faz acreditar que todos os desempregados urbanos têm vocação para o trabalho rural.

O pior mesmo é difundir a tremenda falsidade, uma fantasiosa ilusão, de que uma gleba de terra – por melhor que seja – possa resolver o problema econômico de famílias miseráveis (*O Popular*, 15/03/1997).

Dessa forma, os discursos agindo como prática social vão cristalizando, modelando e criando representações e imagens, a percepção de si e do movimento, estabelece laços e quebra vínculos, engendra ações, congrega e verticaliza emoções e impulsos coletivos/individuais (Foucault, 2000, p136).

“Baderneiros preocupam governo” (*O popular*, 17/04/1997).

No “Dia D”, como foi denominado a maior manifestação popular contra o então presidente Fernando Henrique Cardoso, *O Popular* colocou em destaque a preocupação do governo com os baderneiros e a mobilização da Polícia Militar. Passando a relatar algumas estratégias da PM para identificar e agir diante de pessoas de comportamento provocativo. Para os despercebidos dava a entender que marcha era desorganizada e que poderia ocorrer um grande tumulto.

Um fato interessante, o governo federal na tentativa de diminuir o impacto das manifestações, anunciou a desapropriação de quatro áreas do complexo da fazenda Macaxeira, pivô do massacre do Sul do Pará. O Ministério da Reforma Agrária colocou ainda à disposição da reforma agrária outros 108 imóveis que pertenciam a devedores inadimplentes do Banco do Brasil. De um lado, o governo agradava os milhares de simpatizantes do movimento e reforçava a propaganda do presidente que fez a maior distribuição de terras no Brasil, do outro, municiaa a opinião pública contrária ao MST.

Em outra reportagem do *O Popular* intitulada “FHC critica invasão e diz que não vai permitir desordem”, de 20 de abril de 1997, foram apresentados trechos do discurso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de posse dos novos ministros da Justiça, Iris Resende, e dos Transportes, Eliseu Padilha, onde atacou as ações do MST, de índios e de integrantes do Movimento Grito da Terra, que têm invadido prédios públicos.

As invasões repetidas de prédios públicos e de propriedades particulares são ações coordenadas com objetivos políticos que constituem abusos *anti democráticos*. (*O Popular*, 20/04/1997)

Onda premeditada de violência e anarquia não é apenas um atendo contra a esperança do povo brasileiro que está fundada na estabilidade econômica, mas também na estabilidade política. (*O Popular*, 20/04/1997)

O presidente definiu essas atitudes como antidemocráticas. E usando de uma estratégia retórica, fala em nome da sociedade brasileira. Afirmando que ela exige um basta nesse “clima de baderna”. Pedras, paus e coquetéis molotov são argumentos tão pouco válidos quanto as baionetas, só que menos poderosos. Segundo Fernando Henrique o “País” cansou destes abusos. Os responsáveis pela ordem pública devem ser sensíveis a esse cansaço.

Essas designações conduzem a distintas imagens do Brasil enquanto país, enquanto Estado e enquanto conjunto de cidadãos envolvidos na luta contra o movimento. Criando uma linha divisória, entre, os bons e maus brasileiros. O primeiro, é a sociedade brasileira, homens e mulheres honestas e honradas, que lutam pelo progresso e desenvolvimento do país. Pessoas preocupadas com a estabilidade da nação e temerosos de uma nova onda inflacionaria.

O Brasil é visto, portanto, como um conjunto homogeneizado de cidadãos. Governo e cidadãos estão em uma relação de sinonímia.

O MST é enquadrado como os maus brasileiros, com interesses escusos e maléficos a ordem nacional. Um inimigo que deveria ser tratado com rigor – “dentro da lei, mas sem hesitação”.

“PF e Exército podem desarmar o Sul do Pará” (O Popular, 16/1/1997).

“MST invade prédios públicos” (O Popular, 3/5/2000).

“Governo avisa que não vai tolerar ameaças dos sem-terra à ordem pública” (O Popular, 21/10/2000).

“FHC prometeu reprimir os sem-terra com ações policiais e judiciais” (O Popular, 3/5/2000).

Esses são alguns dos discursos alimentam o processo de produção de sentidos que institui o MST como *inimigo da ordem pública, anarquista e mau brasileiro*.

No dia 30 de abril de 1997, o *Diário da Manhã*, na reportagem “FHC diz que MST quer é perturbar o país”, publicou os desabaços do então presidente Fernando Henrique Cardoso ao seu colega de partido, o radialista Adroaldo Steck (PSDB - RS): “O MST tornou-se movimento político e quer derrubar o governo, está perturbando o Brasil, desrespeitando a democracia e dificultando a aprovação de medidas boas” e repetiu que seu governo foi o que realizou mais assentamentos. Encerrou seu desabaço assim: “Quando vou deitar, estou cansado, é verdade, mas estou com a consciência tranqüila. Eu faço um esforço grande pelo país. Eu não tenho feito nada que não seja pelo bem do país”.

Pierre Bourdieu, em seu livro *A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer*, esclarece que não se pode deixar de levar em conta, para compreender os efeitos simbólicos da linguagem, que ela é o primeiro mecanismo formal (num espaço social determinado) cujas capacidades geradoras são ilimitadas. Nos limites da gramaticalidade, pode-se enunciar tudo na língua; podem-se produzir discursos formalmente corretos, mas semanticamente vazios. Assim, os rituais representam o limite de todas as situações de imposição, nas quais, por meio do exercício de uma competência social, o locutor legítimo é autorizado a falar com autoridade.

No seu discurso, o presidente exerce sua autoridade de fala e reafirma seu esforço em prol da nação, produzindo, assim, discursos formalmente corretos, exercendo a competência de legítimo locutor.

Em um jantar na casa do diretor da Unesco do Brasil, Jorge Wertheim, que homenageava Nadine Gordimer, escritora sul-africana e ativista dos direitos humanos, estavam reunidos trinta convidados; entre eles, Milton Seligman

(ministro interino da Justiça), José Gregori (secretário de Direitos Humanos), Arlete Sampaio (governadora do DF), Diege Guellar (embaixador argentino), Mongaine (deputado do Congresso Nacional Africano) e João Pedro Stédile. A conversa girou em torno da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça iniciada em 17 de fevereiro de 1997. Stédile foi indagado pelos convivas a respeito dessa manifestação.

Notícia publicada pelo *Correio Brasiliense*, a 16 de abril de 1997, assinada por Tânia Fusco e intitulada “A mesa com um sem-terra”, relatou o comparecimento de João Pedro Stédile ao jantar, na casa do diretor da Unesco, no Brasil: “Stédile presenteou a homenageada com bandeiras vermelhas do MST e o livro *O Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro”

A *Folha de São Paulo*, no dia 3 de maio de 2000, anunciou: “MST faz onda de invasões; governo crítica atentado”. A *Folha*, utilizando o termo empregado pelo ministro da Justiça, José Gregori, que qualificou as “invasões” de atentados, classifica, assim, o movimento social como terrorista. E, curiosamente, todas as notícias sobre o MST aparecem na *Folha de São Paulo* sob a retranca “Questão Agrária”, transmitindo a idéia de que a questão agrária é um problema específico do MST.

No dia 4 de maio de 2000, a *Folha*, utilizando as palavras do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, anuncia:

O presidente FHC afirmou ontem que a morte do sem-terra Antônio Tavares Pereira, em Curitiba, após confronto com a Polícia Militar “deve servir de alerta para aqueles que optaram pela provocação e pelo desrespeito à democracia e à cidadania”. Lamenta a morte de Pereira, mas afirma que considera que ‘o país quer um basta à desordem’[...]“Fatos como esse e outros ocorridos ontem (anteontem) mostram que (os sem-terra) vêm desperdiçando recursos com o fretamento de ônibus para ações que têm como objetivo a quebra da ordem democrática”.

Como podemos observar, as afirmações da *Folha*, assim como as do governo, revelam que nada é neutro nem transparente em termos da prática discursiva, o que comprova que a imprensa é veículo de determinados grupos. A morte de Antônio Tavares Pereira seria, então, justificável, porque o MST é um movimento intransigente, desordeiro, que desrespeita a cidadania e a

democracia A morte é o preço para quem desrespeita as normas vigentes (de uma democracia burguesa).

A imprensa age como uma instituição. Conforme a sociologia, uma instituição “define, regula e controla os modos aceitáveis de se alcançar (...) objetivos culturalmente definidos, de propósitos e interesses, mantidos como objetivos legítimos[...]” (Merton, In: Mariani, 1998, p. 22). Sobre as instituições recai uma forte carga do controle social; elas servem para modelar as práticas sociais existentes, apesar de não as processar de forma absoluta.

No dia 9 de maio de 2000, a *Folha* anuncia novas ameaças:

O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem, em São Paulo, que o governo não aceitará mais a prática de “transgressões” no país. “Sou de formação extremamente tolerante. Paciente além do limite, às vezes. Mas não dá mais quando há, não o desrespeito verbal, mas o desrespeito efetivo da depredação. Chegamos a um ponto em que a sociedade quer um basta. Chega de tolerar a transgressão”. Mencionando a política de tolerância zero dos Estados Unidos, FHC afirmou que não só os “grandes” criminosos, mas também os pequenos devem ser punidos.

O governo, pautando-se no senso comum, ameaça usar a força, ou seja, o Exército, conforme a Folha noticia. Isto não está explicitado no texto, mas foi abordado em outras edições. Apresenta-se o MST apenas cometendo atos ilícitos, o que não seria o fato, pois, se realmente os tivesse cometido, não teria ficado impune.

Então, como expõe Roger Chartier (1990, p. 17),

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros, produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade às custas de outros por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Já em 15 de maio de 2000, a Folha estampa a seguinte notícia: “ MST depreda prédios públicos ”. Para melhor vislumbrar o dito, podemos ir a fundo na semântica das palavras depredação e público:

- depredação – palavra derivada do latim *depraedatio* (pilhagem, rapina), significa juridicamente ato intencional que causa danos materiais à propriedade ou às coisas;
- Público – derivado do latim *publicus* (povo, habitante); juridicamente, o público significa o que pertence a todo o povo, considerado coletivo.

Observando esses dois conceitos, vemos a enorme carga negativa na nítida manipulação dos enunciados. O MST destrói, estraga ou causa danos a prédios públicos, pertencentes ao povo. A carga simbólica de propriedade é explorada na defesa do que é nosso, do povo.

No contexto desse enunciado, temos, no primeiro momento, a ocupação de prédios públicos como nova estratégia do MST para pressionar o governo com o intuito de satisfazer algumas exigências (assentar maiores quantidades de Sem-Terra, maior agilidade nos processo dos assentamentos e mostrar-se para a sociedade como trabalhadores em luta). Nessa ocupação dos prédios públicos, a mídia constrói o acontecimento, anunciando que o MST depreda prédios públicos. Entretanto, no ocorrido, o que se constatou foi o prejuízo de uma porta de vidro quebrada no prédio da Receita em São Paulo. E mais: Os próprios funcionários assumiram publicamente a tempo que a porta já estava quebrada. O outro caso se refere ao prédio do Incra-DF, onde a Polícia Federal realizou uma perícia e não encontrou nada fora do lugar.

Dessa maneira, a mídia constrói acontecimentos, ou seja, constrói a “verdade” que o leitor deve saber. Mesmo tendo a constatação da Polícia Federal, de que nada estava fora do lugar, o que permanece é a idéia que o MST depreda prédios públicos.

Em 14 de maio de 2000, *O Estado de São Paulo* sentencia o MST com a seguinte manchete: “MST faz reféns e se equipara à ditadura e aos torturadores”. A palavra “reféns” é de origem árabe, significando pessoas que ficam em poder do inimigo como garantia da execução ou cumprimento de exigência.

“Tortura” é de origem do latim: significa tormento, sofrimento ou a dor provocada por maus tratos físicos ou morais, sendo a tortura, outrora, meio judicial de que se usava na intenção de se obter confissões. É ato desumano que não se coaduna com as idéias da era presente, é atentatória à dignidade humana. A pessoa torturada conta com proteção legal.

Esse enunciado gera uma aproximação do MST ao crime organizado, à violência, às práticas condenadas pela sociedade, o que cria uma repulsa ao movimento. Reportam ainda ao passado, comparando os integrantes do movimento aos torturadores da época da ditadura. Todas essas representações vão se agregando às práticas do MST. E tornam o movimento inimigo da sociedade brasileira, contraventor das leis.

Na edição de 16 de maio de 2000, a *Folha de São Paulo* volta a anunciar: “O MST fere o Estado de Direito”.

O Estado de Direito surgiu como expressão jurídica da democracia liberal. Hoje representa Estado de Legalidade Democrática, enquadrado dentro do art. 1º da Constituição Federal. Tem como fundamento a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Portanto, o MST fere, ou seja, ataca todas essas regras legais democráticas, acusado de ser um movimento que quebra todas as regras da democracia, quando “invade” propriedades privadas e bens públicos.

Observamos, com isso, a construção dos acontecimentos dentro do universo simbólico. São introduzidos valores, modelando-se condutas individuais ou coletivas através do jornalista, o profissional habilitado por ser imparcial, que formula juízos de valores, emitindo opiniões.

O MST, a partir do momento em que fere o Estado de Direito, torna-se uma organização antidemocrática, anticidadão e luta contra tudo que existe de “positivo” na sociedade vigente. Fortalecendo suas práticas como inimigo da democracia, torna-se por conseguinte inimigo da nação.

A mídia, quando se refere ao MST, utiliza denominações como: fora da lei, bandidos, baderneiros, torturadores, preguiçosos, oportunistas, antidemocráticos, demoníacos, agentes desestabilizadores, agentes da desordem, inimigos da nação, anarquistas, invasores, agitadores, desordeiros, comunistas...

Dessa forma, ela passa a determinar uma carga negativa para o movimento, levando-nos a perceber a manipulação dos enunciados. Isso configura uma semelhança das estratégias usadas contra o comunismo. Após o arrefecimento do “fantasma do comunismo” cujo sentido girava em torno do inimigo, o outro indesejável percebemos que a imagem que se tem do “outro indesejável” foi substituída pelo MST e a luta pela reforma agrária.

Fica demonstrado, assim, que as batalhas têm sido travadas tanto nos confrontos corpo-a-corpo quanto no plano das representações – do jogo simbólico. Logo, é necessário articular todos os “campos de batalhas” possíveis, para nos aproximarmos ao máximo da “verdade histórica”, tão almejada.

No artigo “Horizontes da Terra”, publicado no jornal *Correio Brasiliense*, do dia 16 de abril de 1997, Alexandre Gavriloff usa sua voz de autoridade como assessor do Ministério de Política Fundiária para dizer do grande esforço que o governo tem feito em solucionar a questão da reforma agrária, alegando que as gestões anteriores foram omissas em relação ao problema.

O que podemos perceber é que, na produção do texto, existe um leitor virtual, ou seja, imaginário, aquele a quem o autor destina seu texto. Assim, quando o leitor real vai ler o texto, se apropria dele. Gavriloff já tem um leitor “x” para atingir com seu discurso, inculcando, assim, nos seus leitores, a sua opinião. Para Eleonora Z. Costa (In: Swain, 1993, p. 196): “O que faz um discurso tornar-se dominante é a forma como se apropria do significado de todos os outros” Gavriloff, apropriando-se de outros discursos, fortifica sua voz de autoridade de fala.

Em defesa do sistema vigente, enaltece-o, dizendo: “o Plano Real interrompeu o processo de deterioração social”. E justifica que “consertar um equívoco de centenas de anos, que não tem mais nenhuma razão de persistir, é tarefa complexa e de difícil solução”.

O autor do discurso usa o argumento da complexidade e dificuldade em fazer a reforma agrária, até mesmo porque o discurso não tem como função constituir a “representação fiel de uma realidade, mas assegurar a permanência de uma certa representação” (Costa, In: Swain, 1993, p. 196).

Depois de analisar os discursos veiculados nos jornais, vemos as representações que estão presentes nas práticas sociais estruturadas nas trocas lingüísticas e no poder simbólico que atuam nas relações de força entre os locutores ou seus grupos. Os jornais têm um “programa de verdade” que impede o leitor de enxergar as coisas. O leitor só enxergará o que o programa de verdade deseja que enxergue (Veyne, 1984).

O MST tenta mudar a fala, fazendo o contradiscurso que ocorre devido às contradições e conflitos existentes. Mas um dia esse contradiscurso pode se tornar discurso, por absorver os demais discursos.

A grande maioria tem o discurso dos jornais como discurso legitimador, hegemônico, a exercer uma autoridade superior que secundariza as difíceis condições impostas ao trabalhador rural, fazendo com que seus discursos sejam vistos como um contradiscurso. O discurso tem o poder de controle, de exclusão, manipulação, interdição, quando se põe o que é verdadeiro e do que é falso. A força do discurso está na colocação do verdadeiro e o falso. Mas, não é sua intenção provar se é falso ou verdadeiro, e sim manipular, dividir, excluir (Foucault, 1996).

Segundo Bourdieu (1996), não existem mais palavras inocentes. Cada palavra, cada locução ameaça assumir dois sentidos antagônicos, conforme a maneira que o emissor e o receptor tiverem de interpretá-la. As palavras “bandeiras vermelhas” demonstram a simbologia do comunismo, que traz todo um emaranhado de representações, na maioria das vezes, negativas.

Os jornais têm sua autoridade de fala legitimada pelos grupos de interesses, que o fazem de procurador. O locutor, para que tenha autoridade de fala, necessita de poder e se voltar para um determinado grupo indicado a invocar suas questões.

Depois de analisar os discursos proferidos nos jornais, vemos as representações que, presentes nas práticas sociais estruturadas nas trocas lingüísticas e no poder simbólicos, atuam nas relações de força entre os locutores ou seus grupos.

Segundo Orlandi, os jornais já trazem na produção do texto um leitor virtual, ou seja, os jornais já tem um público alvo a atingir com seu discurso. Portanto, a formação discursiva veiculada nos jornais representa o que pode ser dito no momento para seu público alvo.

Os jornais apresentam um “programa de verdade” que impede o leitor de enxergar as coisas. O leitor só enxergará o que o programa de verdade deseja que ele enxergue.

O MST tenta romper essa barreira mudando a fala, fazendo o contradiscurso que ocorre devido às contradições e conflitos existentes. Mas um dia esse contradiscurso pode se tornar discurso, por absorver os demais discursos.

A grande maioria tem os discursos dos jornais como discurso legitimador hegemônico que exerce uma autoridade superior, secundarizando as difíceis

condições impostas ao trabalhador rural, fazendo com que seus discursos sejam vistos como contradiscurso.

No próximo capítulo, estudaremos a produção das imagens do MST através do seu próprio discurso.

CAPÍTULO III

O discurso do MST

Festa eu vou fazer quando sair a
reforma agrária.

(Otávio Amaral, MST, 1992).

Depois de analisarmos diversas imagens/fotos e discursos da mídia, que contribuem para criar e reforçar de uma imagem negativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de seus líderes, nos deteremos agora, neste terceiro momento, sobre a forma como o MST tem atuado para formar sua própria imagem junto a seus membros, os “companheiros”, por meio de um discurso não-hegemônico e com pouca abertura dentro do discurso legitimador, conhecido como mídia de massa.

Em análises feitas em fontes do MST, como jornais, revistas, agendas, livros, cartazes, cadernos de formação e discursos pronunciados por líderes do movimento, observamos que essas fontes acenam para uma produção inversa da mídia. Enquanto a mídia trabalha a imagem negativa do movimento, o MST investe em seu próprio enaltecimento por meio do que os próprios integrantes da organização chamam de “mística”.

E essa mística tem sido incorporada desde o surgimento do movimento, como é demonstrado no seu caderno de formação intitulado *Escola de Assentamento*, de 1985. No princípio nono do caderno, a mística é definida como sendo “uma crença no projeto de uma sociedade, num ideal de vida. Se concretiza em valores, comportamentos, atitudes: num jeito de ser e de viver. No uso das ferramentas, criação de cantos, símbolos, palavras de ordem e gestos”.

Vislumbramos em toda uma jornada de 18 anos, desde a criação do movimento, em 1984, até 2002, que o MST utiliza-se de formas semelhantes à da mídia para a construção de sua imagem junto a seus membros e às pessoas que engrossam as fileiras na luta por um pedaço de terra.

Fazendo uma representação de si mesmo o MST desenvolve uma mística própria que integra pensamento e ação. No entanto, ao longo do tempo, percebem-se mudanças nesses discursos.

Essas mudanças no discurso são bem perceptíveis. Podemos constatar isso no próprio *Caderno de Formação* do MST, nº 17, de junho de 1989, onde está escrito: “No desenrolar da luta dos trabalhadores e do movimento, certamente teremos de ir fazendo ajustes, conforme a prática for exigido”. [grifo nosso].

Os destinatários das imagens produzidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra são os próprios membros do movimento (os ditos “companheiros”) e os pequenos proprietários rurais. Isso é comprovado pelo caderno de formação intitulado *Escola de Assentamento*, de 1985, que, em sua apresentação, expõe o seguinte:

A proposta de educação do MST aos poucos vai se construindo, começa a ser sistematizada, em desenhos como os que acompanham esta cartilha.

[...] é composto por dez cartazes, cada um deles representando, através de desenhos, um dos princípios da nossa proposta pedagógica. Acompanha a presente cartilha, que explica com detalhes cada desenho e traz orientações sobre como opinar na discussão sobre cada um deles.

A quem se destina este álbum: aos Setores de Educação Estaduais e Regionais, como material de apoio para o trabalho com o conjunto dos assentados e acampados, e também para ilustração de exposições em encontros externos onde vamos falar sobre a nossa proposta de educação. [grifo nosso]

Como utilizar: a sugestão é seguir os roteiros de discussão propostas nesta cartilha, sempre partindo da compreensão de cada grupo sobre os desenhos. O mais aconselhável é trabalhar com dois ou três cartazes a cada encontro, para podermos aprofundar a discussão. [grifo nosso]

Nosso trabalho será precisamente decifrar as significações que a “naturalidade” aparente das mensagens visuais implica. No entanto, interpretar uma mensagem, analisá-la, não consiste certamente em tentar encontrar ao máximo uma mensagem preexistente, mas em compreender o que essa

mensagem, nessas circunstâncias, provoca de significações no contexto vivido. Portanto, para analisar uma imagem, primeiro devemos nos colocar decididamente do lado em que estamos, ou seja, do lado da recepção. Lógico que não devemos nos distanciar do contexto histórico dessa imagem, tanto no seu surgimento quanto na sua recepção. (Joly, 1996).

Entendemos que a imagem é de fato uma linguagem. Uma linguagem específica e heterogênea e, por essa qualidade, distingue-se do mundo real, onde, por meio de signos particulares, propõe uma representação escolhida e necessariamente orientada. (Joly, 1996). Assim sendo, distinguir as principais ferramentas dessa linguagem, como suas ausências, suas presenças e suas repetições, relativizar sua interpretação e, ao mesmo tempo, compreender seus fundamentos caracteriza o nosso trabalho.

No entanto, só isso não basta, pois, para melhor compreendermos a imagem, é preciso identificar para quem a mensagem visual (imagem) foi produzida, ou seja, o “destinatário” (Joly, 1996, p. 55). Dessa maneira, conhecer o destinatário, o contexto histórico do movimento, o fotógrafo ou artista que assina a imagem, além do contratante da imagem, são dados de muita relevância para a análise da imagem produzida.

A imagem visa estabelecer uma relação do homem com o mundo, servindo assim como um instrumento de intercessão do homem e o próprio mundo, intervindo no além, no sagrado, na morte, no mito, na imaginação, ou seja, nas concepções construídas, passando a ter função de símbolo.

Na análise das construções desses símbolos e discursos, observamos que a luta do MST passou por três fases marcantes desde sua formação, organização e estruturação, de 1984 a 2002.

A primeira fase, marcada pela formação e estruturação do movimento, tendo como ponto de partida o 1º Congresso Nacional do MST, em 1985, teve como objetivo principal o fortalecimento e crescimento do MST por meio da ocupação de terras e a permanência. Com o lema “Ocupar, Resistir e Produzir”, transformou o pensamento em ação.

Com a consolidação da luta, o MST, a partir de 1995, muda seu discurso, implementando o lema “Reforma Agrária uma Luta de Todos”. Inicia-se ali a segunda fase do movimento, na qual a prioridade é estender a luta à cidade por meio das marchas, com o intuito de aproximar a sociedade dos Sem-Terra. Nesse

contexto, a mulher e a criança são os novos construtores dessa luta, conjuntamente com o homem.

Sob o lema “Reforma Agrária por um Brasil sem Latifúndio”, instituído no 4º Congresso Nacional em 2000, estabelece-se a terceira fase, quando o MST, já fortalecido, luta por mudanças de valores e pensamento. Agora, sua peleja é pelo fim do latifúndio, o mesmo produtivo ou não, médio ou grande. Confrontando-se com a idéia de propriedade privada à de função social da terra, estabelecida pela Constituição Federal.

A seguir analisaremos mais detidamente essas questões e também as imagens e discursos produzidos pelo MST nessas três marcantes fases.

3. 1 “OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR”

Combatendo o individualismo, se educando contra os opressores, aprendendo viver coletivo, construindo assim novos valores.

(Zé Pinto, *Nova forma de aprendizado*)

Nesta primeira fase do MST, durante sua formação, organização e estruturação, com o marco a partir do 1º Congresso Nacional, em 1985, seu principal objetivo era o avanço da reforma agrária, por meio da ocupação de terras, da resistência e da produção. Seu lema era “Ocupar, Resistir e Produzir”. A permanência na terra era de fundamental importância no momento vivido, ela significava o fortalecimento e o crescimento do movimento. E essa resistência e permanência na terra viria da conscientização dos Sem-Terra. Assim valorização da educação é prioridade no movimento Sem Terra.

Nessa primeira fase de sua história, o MST organizou-se em Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O 1º Congresso do MST, realizado em janeiro de 1985, reuniu trabalhadores de todas as regiões do Brasil. Inicia-se assim o processo de territorialização do MST pelo Brasil. Nesse período, o MST organizou-se em 12 Estados, nos quais as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram a maiores responsáveis pela estruturação do movimento, tornando-se assim uma coordenação local e iniciando o processo de criação de uma forma de organização social.

Durante meses, em um trabalho de conscientização/formação, o MST passou a construir conhecimentos e tomar decisões. A partir da consolidação de grupos de famílias, parte-se para a ocupação da terra.

Segundo Duarte (1998) a tática utilizada para estruturar uma ocupação é:

[...] fazer os contatos nas pequenas cidades, que abrigam um grande número de trabalhadores de origem rural. Este contato é feito inicialmente com alguma liderança sindical ou com dirigentes de associações de moradores. Estas lideranças já são conhecidas na cidade e que já sabem quais são as pessoas que poderiam ter interesse em voltar para a roça, faz o convite para as reuniões com o pessoal do movimento. Nestas reuniões, os militantes do MST esclarecem o que é o movimento, discutem sobre a realidade do país e apresentam as propostas de luta. Geralmente a escolha da área a ser ocupada é feita com base em informações dos próprios trabalhadores locais. No entanto, por questões de segurança, o local a ser ocupado não é divulgado com antecedência. (Duarte, 1998)

Podemos verificar essa tática por meio da fala da própria Sem-Terra:

Primeiro, quando vai fazer uma ocupação, a gente faz a preparação, levanta as propostas na reunião da coordenação e leva para a assembléia, para saber se o pessoal concorda ou não, e pedir aprovação. Se der a maioria que topa fazer a ocupação, aí já vai preparando [...] E não comunica o pessoal o dia nem a hora, para não ter vazamento de informação. Porque é muita gente e não se sabe [...] De repente, vamos supor, a gente combina tal dia e tal hora, às vezes, sem querer, uma pessoa chega para um amigo que confia e fala,; outro faz o mesmo [...] Quando der fé, está todo mundo sabendo! Um segredo que não deveria sair [...] Então, fica em torno de três, quatro pessoas, sabendo o dia e a hora exata, e o pessoal todo só sabe mesmo na hora! Quando chega a hora, cada coordenador vai lá no seu grupo e diz:

- Ó, se prepara, que os caminhão já estão chegando para gente sair! (Lúcia Ferreira dos Santos, DF. In: Santos, 1998)

A ocupação é a condição da territorialização. (Fernandes, 1996). Conquistada a terra, uma fração do território, organizam-se novos grupos de

famílias para nova ocupação. Esse processo dimensionado cria uma série de necessidades e, durante o período de acampamento, surgem novas necessidades. Nessa etapa, é fundamental a participação coletiva, que vai criar e fortalecer a conscientização dos integrantes. Não há espaço para o individualismo e sim para a construção de uma nova noção de cidadania, na qual surge o interesse pelo próprio desenvolvimento social.

No acampamento, a gente tinha nossa barraca tudo organizadinho. A gente trabalhava na roça coletiva também.

[...] No trabalho coletivo, você junta os dinheiros todos e aquilo é aplicado em verbas, em coisas que vai servir o coletivo. (Lúcia Ferreira dos Santos, DF. In: Santos, 1998)

[...] Muitas pessoas não querem trabalhar sozinhas porque elas têm essa consciência de que para produzirem é mais difícil[...] Eu prefiro trabalhar em grupo [...] (Cristiane, MS. In: Santos, 1998)

No acampamento, é criada uma infra-estrutura social para atender a diferentes demandas das famílias acampadas, como educação, saúde, segurança etc.

Nas inúmeras ocupações de terras promovidas pelo MST, o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi decisivo.

O MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Igreja Católica e alguns partidos políticos uniram-se e exigiram do primeiro governo da Nova República, cujo titular era José Sarney, um projeto de reforma agrária.

Com a fundação do MST oficializada, levanta-se o primeiro lema, ainda em 1984: “Sem Reforma Agrária Não há Democracia”. O lema marca bem a fase da concretização da democracia, com o fim da ditadura. Para que haja democracia, deve haver reforma agrária.

O presidente José Sarney, em 1985, assina o Decreto 91.766, que aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Surge no mesmo ano a União Democrática Ruralista (UDR). Com a consolidação da democracia, a formação e o fortalecimento da UDR, o MST precisa fortalecer e intensificar suas ações. Assim, pensamento e ação passam a interagir. Mudando de estratégia, o movimento substitui seu lema, que passa a ser “Ocupar, Resistir e Produzir”.

Observa-se, nesse momento, a mudança de discurso do MST, que procura investir mais ainda na conscientização/formação do seus integrantes. A educação se torna a base da sua consolidação como movimento.

A ocupação, nessa fase, constitui uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política: espaço de luta e resistência. Esse espaço construído pelos integrantes do MST é lugar de troca de experiência, organização, formação e estruturação do movimento. Assim, a ocupação é movimento.

Por meio dela, fazem-se novos atores participativos e conscientes. Em cada ocupação de terra, cria-se uma fonte geradora de experiências. A ocupação passa a ser condição para a existência desse novos atores, fortalecendo-se para o enfrentamento.

A ocupação passa ser um arma na luta pela reforma agrária. A ocupação da terra e a permanência nela são fatores de crucial importância para a organização e estruturação do movimento.

Assim, a conscientização por meio da “escola” passa a ser prioridade. Por meio dessa conscientização, a ocupação e a resistência fortalecem a organização do movimento e preparam seus integrantes para o enfrentamento.

Nessa conscientização, constrói-se uma imagem do MST através de uma mística enaltecida e salvacionista. Em relação também a uma construção negativa do movimento Sem Terra pela mídia.

Observamos isso com a análise das imagens e discursos produzido pelo MST para formação/conscientização de seus integrantes.

No *Caderno de Formação* de 1985, nota-se a prioridade ao fortalecimento do movimento pela educação/conscientização. Na capa do caderno de formação intitulado *Escola de Assentamento*, com o lema “Ocupar, resistir e produzir também na educação”, a imagem demonstra a preocupação da coordenação em estruturar e fortificar o movimento, por meio da educação e da formação dos seus membros/militantes, “a companheirada” (Figura 21).

O homem colocando o chapéu representa o professor que veste a camisa do movimento, assumindo o compromisso da formação/educação dos seus membros.

A vegetação estampada é o *mandacaru*, que significa a resistência e a permanência na terra, por ser um tipo de planta do Nordeste forte e resistente.



Figura 21 - Ocupação e resistência na terra ocupada. (*Caderno de formação do MST*, 1985)

Os destinatários da imagem são os membros/militantes e os setores de educação do MST, que devem se portar como o mandacaru: fortes, persistentes na luta pela terra e resistentes à repressão. A luta é árdua, mas a vitória é certa, como se representa na imagem que mostra o plantio de alimentos executado por crianças alegres, simbolizando a permanência na terra e a contínua luta pela reforma agrária (demonstrado pelo sorriso do homem e da criança). Homens

e mulheres atuam juntos, e de igual maneira, na luta pela terra. O mandacaru não é só utilizado na imagem, mas também na poesia:

Mandacaru

Onde não havia nada
Onde a flor era capim
E o fruto era a fome
Comendo a raiz do homem
Fez-se aviso e presságio
Que se aproximava o fim
Onde a cegueira imperava
E a letra era um sinal
Que o dominador usava
Para aumentar seu mal
Nesse mesmo horizonte
O Mandacaru Florim cheio de mãos e enxadas...
De espinhos superados
Botando cercas no chão
Pelas terras do Brasil,
E também passando às mãos
De quem constrói a riqueza
E produz o que comer
Os instrumentos da liberdade
Onde a vida faz-se ler.

(Ana Cláudia Pessoa – PE, agenda do MST de 1997).

A luta nesse momento não é por concessões de créditos, financiamento e juros baixos, mas pela permanência na terra. Isso torna-se o ponto fundamental para a estruturação e a fortificação do movimento.

Na montagem da imagem, o livro representa a educação/formação do MST, que seria a base de toda a estrutura do movimento, cuja organização interna segue os seguintes critérios:

1. massificação e organização: constitui a expansão de fronteiras, o desenvolvimento de políticas de articulação com outros Estados, e táticas de ocupações, política de conscientização, participação de mulheres, jovens e crianças em todas instâncias;

2. finanças: elaboração e implementação de planos econômicos para auto-sustentação, estímulo ao desenvolvimento de roças comunitárias;
3. comunicação: criação de equipes para expansão e desenvolvimento de novas formas de comunicação de massa, como jornal, rádio etc, com o objetivo de manter informados os militantes;
4. propaganda: desenvolvimento de uma política permanente de atuação da propaganda nas bases junto aos trabalhadores urbanos e demais setores da sociedade;
5. secretarias: profissionalização e especialização do pessoal que atua nas secretarias, de acordo com sua função;
6. formação: desenvolvimento de programas de formação técnica e política para dirigentes e lideranças de massa; garantia de um processo eficiente de seleção de alunos para os programas de formação; estímulo à arte e à cultura popular de forma massiva e com consciência; desenvolvimento de programas de capacitação para militantes e pesquisa de novos métodos de formação que atendam às necessidades de qualificação e manifestação do MST;
7. assentamentos: recusa de assentamentos em terras impróprias (em relação ao aproveitamento e à fertilidade); estímulo à formação de cooperativas agrícolas para a construção de moradias a fim de melhorar as condições de vida dos assentados e proporcionar um melhor aproveitamento das terras; desenvolvimento de campanhas de educação entre as famílias assentadas sobre a importância da preservação dos recursos naturais, desenvolvimento da tecnologia disponível; estímulo às centrais de comercialização; criação de equipes de crédito rural para buscar linhas de créditos alternativo e subsidiado junto aos organismos estaduais. (*Caderno de Formação*, nº 17).

A imagem carrega uma enorme carga simbólica, acompanhada ainda de palavras de ordem (ocupar, resistir e produzir), músicas, poesias e o hino do MST, cuja letra conchama ao fortalecimento e até ao endurecimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na luta pela reforma agrária.

Compreendemos que toda essa manifestação cultural por meio da música, de poesias, hinos, palavras de ordem, fotografias e outras imagens faz parte de uma arte popular revolucionária que tem como proposta a conciliação

da ótica revolucionária (Costa, 1999) e a vida dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Essa “arte popular revolucionária” (Costa, 1999, p. 20) nos mostra os sonhos, as lutas, as vitórias, as injustiças, as mortes, a vida árdua do cotidiano dos Sem-Terra, que assumem um papel de sujeito da história, não delegando a um novo dia, mas à contínua luta por uma sociedade igualitária. (Costa, 1999).

Entendemos que a “arte popular revolucionária” (Costa, 1999, p. 20), produzida pelos Sem-Terra, trata da vida cotidiana desses trabalhadores. Sua temática compreende a terra, a luta, o trabalho, as injustiças e as conquistas que estão por vir. Essa transmissão oral do cotidiano vivido através dessa arte se torna um detonador de emoções, que visa à construção coletiva da consciência política de seus militantes, fortalecendo a organização, a estruturação do movimento e ainda a luta pela terra.

Podemos vislumbrar na música de José Pinto, do MST, intitulada *Descobrimos lá na base*, a importância que se dá à questão cultural no movimento. A música é utilizada para a conscientização política da militância, através da qual se visa ao fortalecimento da disposição em continuar lutando pela ocupação e permanência na terra.

Vejamos:

Descobrimos lá na base que a tal reforma agrária do papel não vai sair pelo pedaço de chão para colher o nosso pão vamos ter que nos unir companheiro e companheira vitória vai ser ligeira se todos se organizarem a gente faz acampamento, tira pão para o sustento e reforma agrária é pra já.

E vamos entrar naquela terra e não vamos sair.
nosso lema é ocupar, resistir e produzir.

A gente faz caravana arrisca entrar em cana mas tem que ser por aí sindicatos combativos isto tudo é preciso para a luta prosseguir a classe trabalhadora que é a mais sofredora já começa a perceber que nos somos maioria e que vai chegar o dia com um novo amanhecer.

Pelo fim do latifúndio chega João, chega Raimundo isso vai ter que mudar nessa América Latina será que a nossa sina vai ser sofrer sem parar mas eu nisso não acredito por isso eu tenho dito

vamos todos dar as mãos é a força popular levantando essa bandeira reforma agrária é no chão.

Se for dura essa parada, a gente pega na marra, não para ser diferente. pois os homens têm dinheiro, compram armas no estrangeiro, para poder matar a gente.

Contra esse capitalismo vamos firmes decididos, não deixar para outra hora, é a classe organizada, passo a passo nesta estrada, construindo a sua história.

(CD *Arte em Movimento* – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra Brasil).

A canção *Descobrimos lá na base* pode ser enquadrada como “poema-denúncia” (Costa, 1999, p. 29), cujo objetivo é mostrar à sociedade o cotidiano da luta do MST, muitas vezes margeado de violência e enfrentamento contra a polícia e os jagunços. A música “desmistifica a imagem do campo como locus de tranquilidade, de fartura, apresentando-o como espaço onde imperam a luta, a pobreza, a injustiça e muita violência” (Costa, 1999, p. 20). Dessa maneira, derruba os mitos tradicionais sobre o mundo rural brasileiro.

Ao conclamar no seu refrão “nosso lema é ocupar, resistir e produzir”, essa canção transforma as palavras em ação: ocupar a terra, permanecer nela e procurar meios para produção.

Outra música muito utilizada na jornada dos Sem-Terra em agendas, CDs, jornais, escolas, reuniões e marchas é o hino do MST. O hino incentiva a luta dos Sem-Terra, construindo uma identidade coletiva cujo compromisso único é a conquista da terra, o que acarretará profundas mudanças na sociedade vigente, tornando-a mais igualitária. Acreditamos que, assim como o hino nacional representa a identidade do povo brasileiro, o hino do MST simboliza a identidade dos Sem-Terra com a luta por mudanças na sociedade, acenando como ponto de partida a reforma agrária. Observemos o hino oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

Vem, façamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra da nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!

VEM, LUTEMOS PUNHO ERGUIDO
NOSSA FORÇA NOS LEVA A EDIFICAR
NOSSA PÁTRIA LIVRE E FORTE
CONSTRUÍDA PELO PODER POPULAR.

Braço erguido, ditemos nossa História
sufocando com força os opressores
hasteemos a bandeira colorida
despertamos esta pátria adormecida
o amanhã pertence a nós trabalhadores!

Nossa força resgatada pela chama
da esperança no triunfo que virá
forjaremos desta luta com certeza
pátria livre operária camponesa
nossa estrela enfim triunfará!
(Agenda do MST)

Entendemos que as imagens, as músicas, as palavras de ordens, poesias e o hino do MST despertam nos membros/militantes freqüentes emoções e a assimilação da importância da luta e seu de engajamento. A importância da ocupação e permanência na terra, a organização dos Sem-Terra para a conquista não mais da “terra prometida”, mas da terra definitiva, fazem engrossar as fileiras do movimento. O hino fortifica a imagem da construção de uma nova sociedade, mas que só será alcançada com a ocupação e a permanência na terra, e também com a produção.

A ocupação e a permanência na terra vêm atuar também como forma de pressão política, pois a UDR conseguiu remeter a reforma agrária para o judiciário decidir por meio da desapropriação. Essa *judicialização* da reforma agrária é muito morosa, percorrendo muitas instâncias judiciais, o que gera o desconfiança nos Sem-Terra quanto ao poder de intervenção do Judiciário. Para o movimento, a estrutura Jurídica fortalece ainda mais as cercas do latifúndio.

Com isso, a ocupação serve como arma para alcançar a reforma agrária, conseguindo incentivos financeiros para a produção e aceleração do andamento da desapropriação de terra.

A priorização da conscientização/educação para alcançar a ocupação e a permanência na terra é claramente exposta nessa primeira fase. Por meio

dela, pretende-se fortalecer a estrutura e a organização do movimento e, com isso, a permanência na terra.

No *Caderno de Formação* nº 12, de 1987, o discurso apresentado é que a “formação em nosso movimento é tão importante quanto a luta”. “Todo trabalho organizado conduz à vitória!” Vemos que a importância da organização se faz por meio da conscientização.

A imagem fortifica o discurso acima, mostrando os “companheiros” em estudo (Figura 22). A formação dará suporte para o enfrentamento com a polícia e até mesmo com os capatazes e os próprios proprietários de terra. Também contribui para fazer com que se aceite mais facilmente as dificuldades que serão enfrentadas no percurso da resistência. O próprio caderno expõe que o objetivo é formar o maior número de trabalhadores. A partir dessa formação, os integrantes do movimento passam a trocar experiências, discutir os problemas enfrentados e a fomentar estratégias de pensamento e ação. No entanto, a formação desses integrantes não é homogênea, tendo níveis de consciência e participação diferenciados. Muitos deles abandonam a luta, a terra ou esbarram no individualismo quando são assentados.

O *Caderno de Formação* nº 18, de 1993, intitulado *O que queremos com as escolas dos assentamentos*, traz na capa a imagem de um assentamento na qual a escola tem local de destaque (Figura 23). Adultos e crianças trabalham alegremente nos campos de produção, a escola interage produção e educação, partindo da realidade dos assentados.

“Uma escola que tem com objetivo um novo homem, uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo.” (caderno de formação, 1993).

A imagem traduz paz, harmonia e alegria que reina no assentamento integrando educação e produtividade. A bem aventurada reina ali.

A resposta da capa do *Caderno de Formação* está no seu interior, que constrói uma escola diferenciada com novos valores. Os objetivos dessa escola são:

- A escola deve ensinar a ler, escrever e calcular a realidade;
- A escola deve ensinar fazendo, isto é, pela prática; ...
- A escola deve ensinar a se organizar e a trabalhar
- A escola ensina a participar da luta

II - A formação de todos companheiros

Só dirige, quem sabe!

A formação, os cursos, o estudo, são maneiras para que cada companheiro tenha mais acesso ao conhecimento. Quem não sabe é como quem não vê.

Todos os companheiros do movimento precisam estudar, se capacitar. A formação em nosso movimento é tão importante quanto a luta.

Nosso objetivo é formar o maior número de trabalhadores, capacitando-os para serem dirigentes.

Este ano vamos dar total prioridade ao trabalho de formação dos companheiros, de uma forma planejada e continuada.



Os assentados falando sobre a situação dos assentamentos e da cooperação agrícola.

Figura 22 - "A formação de todos companheiros". (*Caderno de formação*, n. 12, 1999)

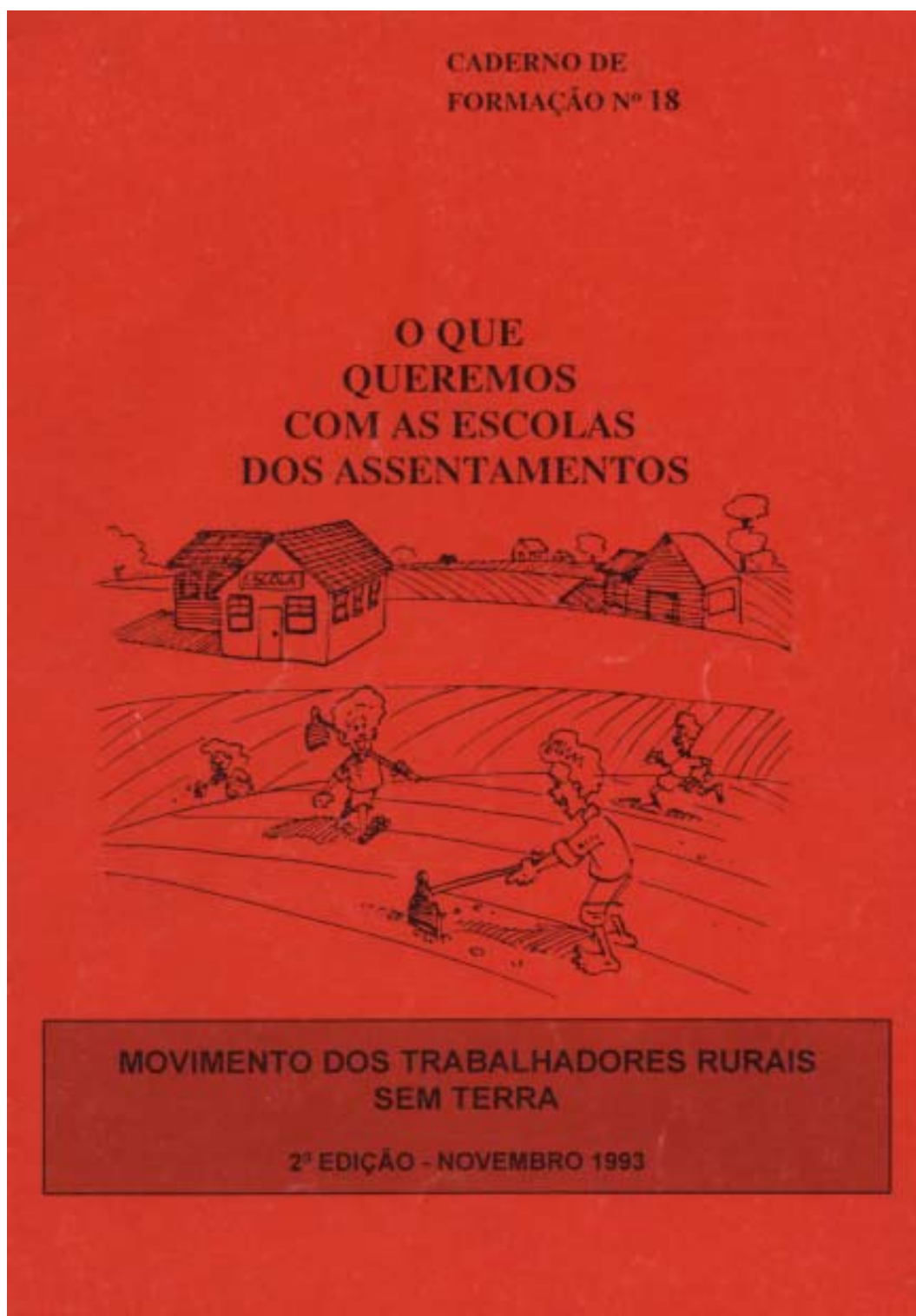


Figura 23 - "O que queremos com as escolas dos assentamentos". (*Caderno de formação*, n. 18, 1993)

O professor da escola deve ser um militante que educara para o novo. (Caderno de Formação, 1993).

A escola concretiza-se como lugar de aprendizado, militância, organização e trabalho

Vem meu irmão a gente unida vai mudar,
essa terra vai ser nossa e ninguém mais vai tirar.
Tem precisão de se instruir os companheiros,
Que suando o dia inteiro, nem tem tempo para pensar.
(*Vem meu irmão*, canto da CEBs).

A música vem refletir a importância da educação que tem como objetivo a formação dos Sem-Terra, fortalecendo e criando ideais que serão a pedra mestra de sustentação desse movimento, que por meio dela fará da ocupação, resistência e permanência na luta os pilares do fortalecimento, organização e estruturação desse movimento.

3.2 “REFORMA AGRÁRIA, UMA LUTA DE TODOS”

Eu consigo ver – diferenciar bem claramente – como era a minha vida antes e depois de ter entrado no Movimento ... Olha, mudou muito! Porque, na cidade, teve dias que nós chegamos a ficar sem comida! A passar fome!

(Cristiane, MS, Vozes da Marcha, 1998)

O desenvolvimento da política neoliberal iniciada por Fernando Collor de Melo e desenvolvida por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso trouxe a agudização da crise na agricultura, transformando muitos camponeses em Sem-Terra. Da mesma forma, o desenvolvimento tecnológico da agricultura patronal contribuiu para o desemprego de milhões de trabalhadores assalariados.

Em 1995, em Rondônia, aconteceu o primeiro grande conflito entre Trabalhadores Sem Terra e policiais, que resultou na chacina de nove Sem-Terra e dezenas de feridos e desaparecidos. Naquele ano, quinhentas famílias haviam ocupado uma fazenda no município de Corumbiara. Por ordem do Poder Judiciário, trezentos policiais realizaram de forma violenta o despejo.

Em 1996, no dia 17 de abril, ocorre outro massacre, no município de Eldorado dos Carajás. Centenas de famílias de Sem-Terra caminhavam por uma rodovia em direção à capital do Estado do Pará, quando foram surpreendidas por uma ação policial. Resistiram e foram massacradas; a ação violenta da Polícia Militar causou 19 mortes e dezenas de feridos. As famílias caminhavam para a cidade de Belém a fim de negociar com o governo e exigir o assentamento imediato.

Com grande comoção entre os Sem-Terra, criou-se no dia 17 de abril o Dia Internacional da Luta Camponesa.

Iniciada em fevereiro de 1997, a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça duraria sessenta dias. Mil e trezentos Sem-Terra, partindo de três pontos diferentes do país, rumaram em direção à Brasília. A mobilização, a princípio, foi desacreditada pelo governo federal. Ao chegar a Brasília, tornou-se o principal assunto da mídia.

Assim, a segunda fase marcante do movimento começa a se consolidar com o 3º Congresso Nacional do Movimento Sem Terra, em 1995, com o lema/reivindicação: “Reforma Agrária uma Luta de Todos!” (*Caderno de Formação* n. 23, julho de 1995).

Nesse momento, a luta passa do fortalecimento, organização, estruturação e permanência na terra para a ampliação da luta (crescimento), que se estende até a cidade, por meio de jornadas nacionais e conjuntas dos Sem-Terra a que se dão o nome de *Marcha*. Essas caminhadas ficaram conhecidas nas cidades e tinham como intuito aproximar os Sem-Terra da sociedade. A divulgação e a construção de uma imagem positiva do movimento junto às classes menos favorecidas e o grande contingente de desempregados contribuem para engrossar suas fileiras.

O MST, a partir desse momento, passa a mudar seu discurso, visualizando a grande crise social que gera um massa de desempregados. Começa, então, enquadrar em sua política de atuação as imagens/fotos que demonstrem a importância de levar a luta pela terra à cidade. E ainda a importância do engajamento popular nessa mobilização, que não é mais um movimento isolado, mas que interessa a todos.

No cartum apresentado na agenda de 1997 (Figura 24), é demonstrado o trabalho junto aos militantes/membros, que reforça a importância do crescimento do movimento tanto no campo quanto na cidade.



Figura 24 - A construção do novo herói, o MST. (*Agenda do MST*, 1997)

O entusiasmo e o contentamento da multidão de pessoas com a passagem da marcha dos Sem-Terra pela cidade ficam evidente no cartum, em que qual os heróis “Power-Rangers” são substituídos pelos Sem-Terra, que fazem sua passeata com alegria, sem distinção de raça, cor, idade e sexo.

Podemos observar o entusiasmo em levar a luta pela terra para a cidade nos próprios depoimentos dos Sem-Terra:

No coletivo, o que é sonho pode virar realidade. (Delfino José, assentado em Querência do Norte/PR. *Agenda do MST*, de 1997)

Que a sociedade brasileira seja contagiada pelo nosso sonho de fazer a reforma agrária no Brasil. (Fátima Ribeiro, MST/Ce. *Agenda do MST*, de 1997).

O mais importante é que cada companheiro está consciente de que o latifúndio, com o poder que dispõe, só poderá ser vencido com um esforço conjunto e o engajamento popular é cada vez mais sentido. (José Rainha, líder do MST. *Agenda do MST*, de 1997).

Não vamos recuar na luta por nossos direitos. Preferimos enfrentar a arrogância dos poderes constituídos e dos latifundiários do que disputar com cães e urubus os lixões das cidades em busca de comida. (Admilsson Pereira Souza, MST/ES. *Agenda do MST*, de 1997).

Nos depoimentos, e na arte que está sendo desenvolvida, o MST deixa claro a responsabilidade da sociedade brasileira no processo de transformação do país, convocando a comunidade a caminhar conjuntamente com os Sem-Terra na luta por uma sociedade mais igualitária. Assim, a cidade divide com o campo as preocupações em torno da luta pela terra.

Ao nos reportarmos novamente ao cartum, vemos no diálogo das crianças que há uma criação/formação de novos heróis. Os heróis “Power-Rangers” da versão estadunidense do seriado japonês são substituídos por heróis nacionais, os Sem-Terra.

Para Campbell (2002, p. 131), a construção do herói se dá quando “alguém dá a própria vida por algo maior que ele mesmo”. A façanha do herói começa quando alguém, ou algumas pessoas, usurpa alguma coisa ou quando está faltando algo na sociedade em que vive. O herói, então, parte para uma série de aventuras que ultrapassam o usual, para recuperar ou regastar algo perdido ou ainda para encontrar uma solução aos problemas vividos pela sociedade. Em sua jornada, ele passa por várias provações.

Desse modo, os Sem-Terra são essas pessoas que dão sua própria vida pela luta da conquista da terra, que representa muito mais que um pequeno espaço de chão, mas um pedaço do paraíso aqui mesmo na terra. Disponibilizam assim todas as suas forças por um ideal, a reforma agrária. As séries de aventuras vividas pelos Sem-Terra são a luta diária contra o latifúndio, aquele momento através de várias marchas e ocupações de prédios públicos, indo ao encontro da sociedade urbana. Nessas mobilizações, em enfrentamentos com a polícia ou até mesmo com jagunços, capatazes e os próprios proprietários de terra, muitos Sem-Terra perdem ou tiram a vida, ou, melhor dizendo, dão a vida por um ideal.

Essa construção/formação de mito do herói Sem-Terra vem sendo introjetada na formação do integrante do MST.

Viva o Movimento Sem Terra. (Oziel Alves Pereira – frase pronunciada antes de ser assassinado pela PM do Pará. *Jornal do Sem Terra*, 1996).

Meu marido morreu lutando por mim, agora eu vou lutar pelos meus filhos. (Andreína de Souza, esposa de João Rodrigues de

Araújo, assassinado em Eldorado do Carajás/PA. *Jornal dos Sem Terra*, 1996).

O governo não toma a iniciativa e os trabalhadores estão tomando. Se não há jeito de reforma agrária sair na lei, eles estão querendo fazer na marra, e eu acho isso justo. (Dom José Elias Chaves, vice-presidente da CPT, Bispo de Cametá/PA. *Folha de São Paulo*, 1996).

Não vamos assistir passivamente nossos companheiros e crianças morrerem de fome enquanto os governantes não cumprem o que prometem. (Telmo Moreira de Souza. *Agenda do MST*, de 1997).

A construção da identidade do herói Sem-Terra vem sendo assimilada, como podemos ver, pelos membros militantes, e assim como os heróis enfrentam duros testes antes de chegar à redenção, o mesmo ocorre com os Sem-Terra. Muitos morrem, são massacrados ou feridos, pois a luta é árdua, mas a redenção é certa. Observemos o depoimento de Maria Santos Freitas sobre a assassinato de Oziel Alves Pereira, pela PM do Pará:

Oziel foi morto aqui nessa parede porque a polícia quis acabar com nossas lideranças para enfraquecer o Movimento, mas não vamos desistir. (*Correio Brasiliense*, 21 de abril de 1996).

E como diz Angelina Alves, do assentamento Margarida Alves/MT:

O sangue nos acompanha no trabalho e no dia-a-dia. Quando não escorre do nosso corpo, sai de nosso integrante ferido em algum conflito. (*Agenda do MST*, de 1997).

A visão de um “universo sem perspectiva” (Joly, 1996, p. 66) é substituída pelo sacrifício do herói, que dá a própria vida por algo muito maior (Campbell, 2002). Os Sem-Terra dão a própria vida pela luta heróica contra o sistema vigente. No entanto, para uns, essa luta é um ato heróico contra o sistema vigente, para outros, o herói se torna inimigo, dependendo do foco da sua consciência. Então, a rotulação dos heróis Sem-Terra vai depender do ângulo analisado, pois, para os militantes/membros do MST, os seus atos podem ser heróicos, mas, para a maioria dos leitores da mídia de massa (mídia hegemônica), eles são inimigos desta mesma sociedade.

Dentro dessa análise, podemos concluir que existem heróis locais (Campbell, 2002, p. 135), que, para seu povo, são vistos como heróis, neste caso, os Sem-Terra. Mas são heróis de uma pequena camada da sociedade. Já para a maioria dos leitores da mídia de massa, esses mesmos heróis são vistos como inimigos da sociedade. Então “chamar alguém de herói ou monstro depende de onde se localize o foco de sua consciência”. (Campbell, 2002, p. 135). Nesta análise, os Sem-Terra podem ser heróis ou inimigos de uma mesma sociedade, dependendo do foco de consciência analisado.

O jornal *Sem Terra* de abril e maio de 1997 mostra no editorial o desenho do mapa do Brasil tomado pelo ideal de reforma agrária mas que é barrado por Fernando Henrique Cardoso com a imposição das mãos com um gesto de pare (Figura 25).

A imagem representa o contágio da sociedade rural e urbana no ingresso da luta do MST em prol da reforma agrária. As pessoas representadas são os integrantes do movimento, camponeses e trabalhadores que tomam conta do país, por meio de canais de comunicação abertos na sociedade, chamados de Marchas. A luta sai das esferas do MST e passa a contaminar a população brasileira. No entanto, realmente esses canais de comunicação dos Sem-Terra com a sociedade promoveu uma aproximação entre ambos, gerando reuniões, encontros e debates a cerca da problemática agrária. O momento vivido com

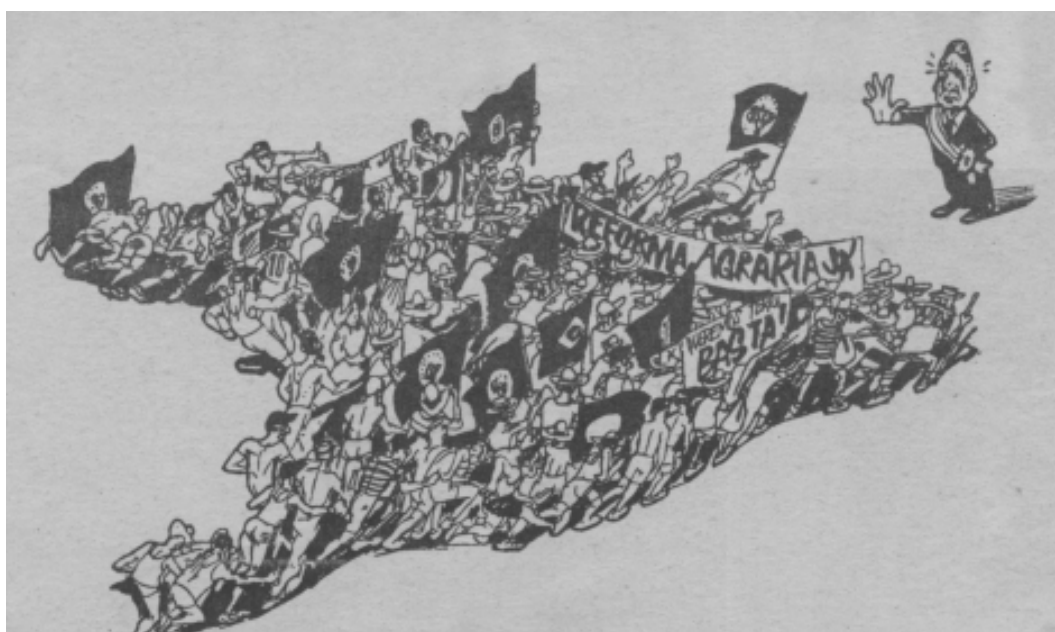


Figura 25 - O ingresso da sociedade na luta por Reforma Agrária. (Jornal *Sem Terra*, 1997)

grande contingente de desempregados contribui para a construção de uma aproximação mais acirrada entre os Sem-Terra e a sociedade. Essa construção é bem visualizada na sociedade hoje com engrossamento das fileiras do movimento.

Essa mudança de discurso do MST foi de fundamental importância no crescimento e ampliação da luta.

Ainda nessa mesma fase outras prioridades são observadas nesta jornada como a valorização da importância da mulher e de criança na luta.

A participação ativa da mulher é bem visualizada na construção da imagem do MST.

No Dia Internacional da Mulher, as próprias mulheres do MST, as Sem-Terra, realizam ocupações no país. Uma foto da agenda de 1997 mostram-nas retirando a cerca do latifúndio (Figura 26). A construção histórica na luta pela terra também se dá agora através das mulheres. Elas, conjuntamente com os homens, deixam de ser meras espectadoras para se transformar em sujeitos ativos da história do país.

A construção/formação do movimento vivido seleciona a construção/exaltação da importância da mulher na luta, que estará à frente da mobilização, conjuntamente com os homens.



Figura 26 - Mulheres: de meras espectadoras a sujeitos ativos da História na luta do MST. (*Agenda do MST*, 1997)

Essa construção começa a ser assimilada pelas mulheres, as Sem-Terra. Esse fato pode ser observado em seus discursos:

No Movimento Sem Terra estão surgindo novos tipos de relacionamento afetivo, baseados em princípios de solidariedade, de partilha de tarefas e responsabilidades. (Etelvina Maria Masioli, MST/MT. *Agenda do MST*, de 1997).

A luta do MST dá vida a gente. (Marina dos Santos, MST/RJ. *Jornal Sem Terra*, de 1997).

Quando nasceu meu primeiro filho, decidi viver de cabeça erguida e entrei na luta de meus companheiros. Queremos terra. (Ivanir Zardinello. Acampada em Capela de Santana/RS. *Agenda do MST*, de 1997).

Vivi 53 anos acomodada. Agora tenho um objetivo. (Antônia Aparecida Toledo, 55 anos, acampada em Pontal do Paranapanema/SP. *Agenda do MST*, de 1997).

Meu marido quer que eu fique na cozinha, mas eu me acostumei com a agitação do acampamento. Por mim, passaria o resto da minha vida em acampamentos, lutando pela reforma agrária. (Edna Maria Torreani, assentada na Fazenda São Bento/SP. *Agenda do MST*, de 1997).

Em outra análise podemos vislumbrar a sublimação da imagem feminina no *Painel da Liberdade* (Figura 27) exposta no curso de jovens da Unicamp (*Agenda do MST*, 1999).



Figura 27 - A exaltação feminina na luta pela Reforma Agrária. (*Agenda do MST*, 1999)

A imagem revela a exaltação feminina como forma de luta e conquista da reforma agrária na qual é a deusa criadora de uma nova sociedade com igualdade de condições, produtividade, união, solidariedade, moral, ética e justiça contrapõe todo o outro mundo de exclusão, fome, miséria e injustiça. A imagem da mulher, do feminino, representa a sensibilidade aos problemas vividos e a união para conquista de uma nova vida. A sublimação feminina representa ainda a luta pela conquista da liberdade, buscando na imagem da revolução francesa, a vitória dos seus ideais.

A imagem da mulher é portadora da vitória e a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

E em uma análise mais profunda podemos visualizar na imagem feminina a representação de Nossa Senhora, como intercessora e mediadora dos problemas vividos.

E como disse João Pedro Stédile em entrevista à revista *Bundas* de maio de 2000:

As mulheres estão em pé de igualdade, para tudo! Elas são ainda mais participativas e muito mais organizadas do que os homens, também dirigem, integram comissões [...] (Stédile, 2000)

Com o discurso de Stédile notamos a conquista do espaço feminino na luta por reforma agrária, que deixam a cozinha e passam a fazer parte das decisões. Passando de meras espectadoras a participantes ativos.

Nessa mesma fase, se elenca outra prioridade: as crianças, que serão os novos confrontadores da sociedade vigente (Figura 28).

Com uma formação bem arraigada dos ideais socialistas, as crianças passam a ser o novo fortalecimento do MST, por meio de uma nova geração, que, pelo enorme investimento educacional, vem trazendo mudanças no discurso. O investimento nesses novos confrontadores é evidente como mostra a fotografia da agenda de 1997, com o 1º Congresso Estadual dos Sem-Terrinhas em São Luís /MA.

A criança como prioridade é evidente como é visto nas duas capas das agendas de 1997 e 1999 (Figura 29).



Figura 28 - As crianças como novos confrontadores da sociedade vigente. (*Agenda do MST*, 1997)

Sem-Terrinha da agenda de 1997 está a frente da bandeira do MST, símbolo máximo do movimento. A fotografia constrói a idéia de incorporação dos ideais da luta do MST nos Sem-Terrinhas.

Já a capa da agenda de 1999 mostra crianças interagindo entre luta/conscientização e produção na qual a valorização na terra é de sua importância para a permanência na terra e na luta após a sua maioridade.

O enraizamento dessa formação já está presente nos discursos dos Sem-Terrinhas (Figura 30):

Minha escola é muito grande. Tem muitas crianças. Ela é de material, tem janela de vidro, é muito bonita. Só precisa de água porque não podemos usar os banheiros e nem lavar as mãos quando sujamos. Nós vamos se organizar e dar um jeito nesses problemas da nossa escola. (Éverton Carlos, 9 anos, Nova Escola, novembro de 1996).

Eu prefiro um acampamento porque, pobre como sou, na cidade vou virar prostituta como minhas amigas. Aqui, pelo menos, vou ter escola. (Sandra Ferreira – 12 anos, acampada na Fazenda Macaxeira, agenda de 1997).



Figura 29 - A incorporação dos ideais de luta dos Sem-Terrinha. (Agendas do MST de 1977 e 1999)



Figura 30 - “Queremos terra”. (<http://www.mst.org.br>)

Quero mudar o mundo, para que todos os pobres tenham direito ao seu pedaço de terra e ninguém passe fome enquanto outros jogam comida fora. (Maicon Bento, 12 anos, *IstoÉ*, 1998).

Quero organizar a frente de massa. (Neilor Baldicera, 12 anos, *IstoÉ*, 1998).

Quero mudar o mundo para que os pobres tenham terra. (Maicon, 12 anos, *IstoÉ*, 1998).

3.3 “REFORMA AGRÁRIA: POR UM BRASIL SEM LATIFÚNDIO”

Sem-Terra estão se organizando de norte a sul deste país para derrubar o latifúndio que deixa o povo sem raiz, cansado de tantas promessas e ver tanta enganação, jogada dos politiquinhos, que o tempo inteiro roubam essa nação!

(José Pinto, “Causa nobre”)

Sob o lema “Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndio”, surge a terceira fase do movimento com uma nova estratégia. Agora, a luta não é apenas pela reforma agrária, mas também pelo fim do latifúndio, qualquer latifúndio, podendo ser produtivo ou não, grande ou médio. Ele é confrontado com a idéia de propriedade privada e função social da terra que consta na Constituição Federal, no artigo 5º, incisos XXII e XXIII.

O momento histórico da terceira fase é caracterizado por intensas manifestações nacionais, durante as quais o MST ocupa, em quinze capitais e no mesmo dia, vários prédios públicos. Cerca de 25 mil Sem-Terra participam de várias marchas no interior dos Estados. Em uma dessas marchas, no Estado do Paraná, a polícia, a comando do governo estadual, em uma violenta iniciativa de repressão, entra em confronto com os Sem-Terra, para impedir uma passeata que tinha como reivindicação a concessão de créditos para assentamentos, financiamentos para a construção de casas, maior agilização dos projetos de reforma agrária e a diminuição das taxas de juros. No choque dos policiais com os Trabalhadores Rurais Sem Terra, cinquenta membros do MST foram feridos, alguns líderes presos e um Sem-Terra morre, Antônio Tavares Pereira, de 38 anos, casado e pai de cinco filhos.

A atitude do governo federal sobre as manifestações ocorridas nas capitais e no interior do país, em maio de 2000, foi uma reunião de emergência do presidente Fernando Henrique Cardoso e seus assessores, na qual criaram uma divisão específica na Polícia Federal para cuidar dos conflitos agrários. Também elaboraram e editaram medidas provisórias (MP) e projetos de lei para coibir a ação do movimento. Muitos deles inconstitucionais, chamados de “pacote anti-MST”, que tiveram como medidas:

- a proibição, por MP e Decreto, da vistoria das terras improdutivas ocupadas pelos trabalhadores;
- inibir, politicamente, as entidades populares, pela pressão financeira, ao proibi-las, também via MP, do acesso a recursos públicos, bastando suspeitas de suas participações em atos coletivos de ocupação de terra;
- a centralização e retenção dos recursos para os programas de reforma agrária e agricultura familiar, pelo MDA, como procedimento de coação política das entidades de trabalhadores;
- o impedimento da desapropriação de latifúndios inscritos no programa de arrendamento rural;
- o pedido de urgência constitucional a projetos de lei, como o PL nº 135/00, que estadualiza o instituto da desapropriação; o PL nº 3.242/00, que impõe maior rigor penal e administrativo às ocupações de áreas públicas, visando intimidar, até, a instalação dos acampamentos de trabalhadores Sem-Terra nas margens da

rodovias; e o PL nº 3.811/00, que aumenta ainda mais a precarização da legislação trabalhista rural. (*Caderno do Terceiro Mundo*, nº 229).

Além disso, ainda houve a criação do “Dops Rural”, na Polícia Federal.

Essas medidas causam um retrocesso no processo de reforma agrária. No entanto, o MST não reconhece essas medidas, considerando-as inconstitucionais, e continua suas ocupações.

O momento social vivido pelo país é de um tumultuada crise social, política e econômica, em que a concentração de terra, segundo o Incra, é uma das piores do mundo. Os 3,4 milhões de propriedades rurais cadastradas no Incra abrangem 352 milhões de hectares. Dentre elas, há 35.083 consideradas grandes latifúndios improdutivos, com mais de 100 hectares. Embora sejam apenas 1% do total dos imóveis cadastrados, os latifúndios somam 153 milhões de hectares, 18% de todo o território nacional, equivalendo aos territórios da França, Alemanha, Espanha, Suíça e Áustria juntos.¹⁰

Observemos os dados:

Terras improdutivas em latifúndios com mais de 1.000 hectares		
	Nº de latifúndios	Área improdutiva (ha)
Norte	7.204	47 milhões
Nordeste	7.481	25 milhões
Centro-Oeste	15.567	71 milhões
Sul	1.702	3 milhões
Sudeste	3.129	7 milhões
Total	35.083	153 milhões

Fonte: Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 1996. (Situação e Perspectivas da Agricultura Brasileira, Brasília/2000).

A enorme concentração de terras, os altos índices de desemprego e o grande aumento da concentração de renda reforçam a luta do MST em prol de uma sociedade mais justa.

Iniciando o estudo das imagens produzidas pelo MST, fazemos uma análise do cartaz do 4º Congresso Nacional do MST (Figura 31), ocorrido em Brasília (DF), entre os dias 7 a 11 de agosto de 2000, com o lema: “Reforma

10 *Situação e Perspectiva da Agricultura Brasileira* – Senado Federal, Brasília-2000.

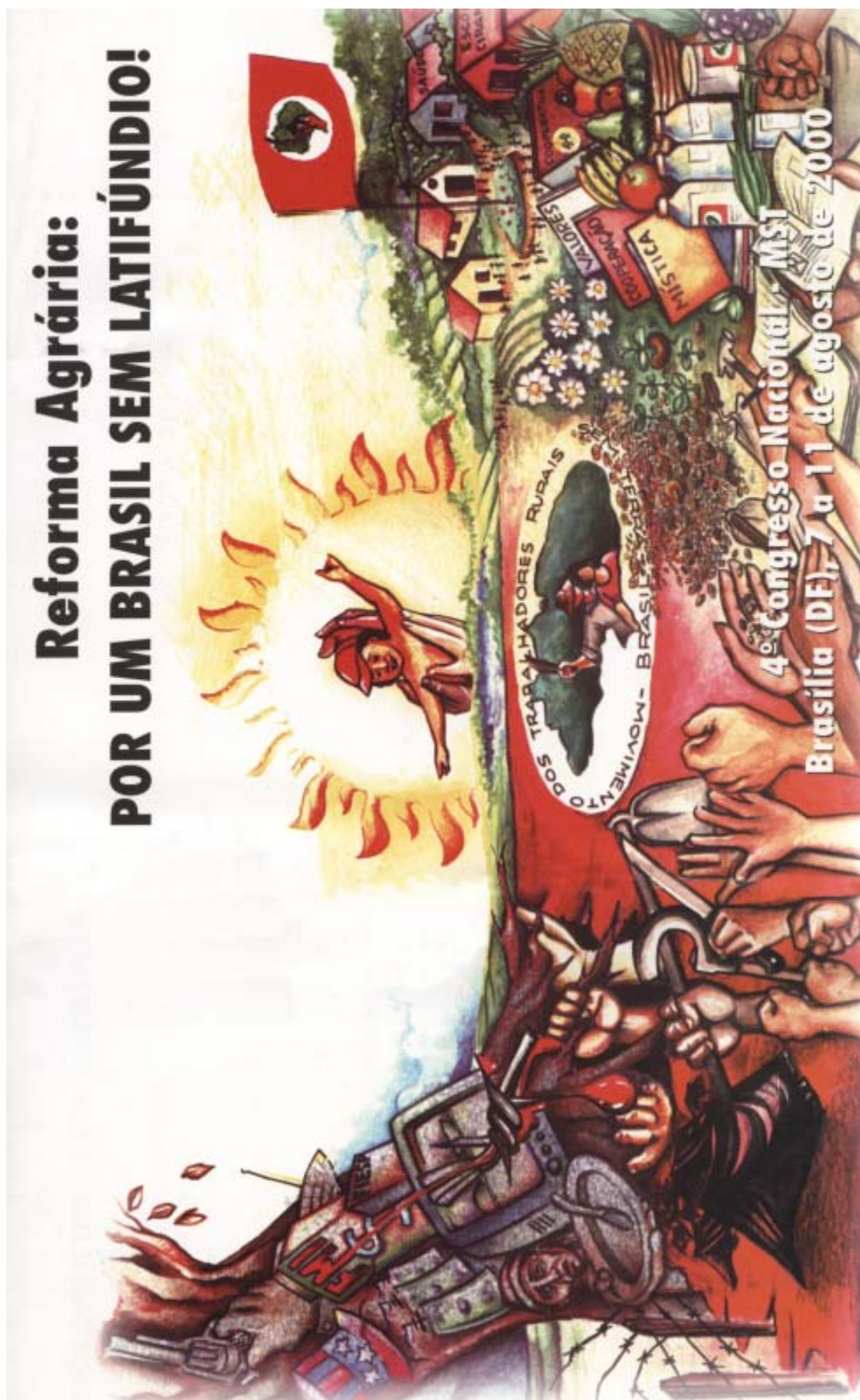


Figura 31 - Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio. (Cartaz do 4o Congresso Nacional do MST – DF, 2000)

Agrária: Por um Brasil sem Latifúndio”. Em relação a construção da imagem negativa do MST pela mídia o MST faz uma operação inversa à da mídia, com o enaltecimento do movimento, não desprezando os pilares básicos da sociedade, como: família, religião, terra, produtividade, trabalho, educação, saúde, cooperação, solidariedade, união, lazer, felicidade, abundância, ética, moral e a luta contra o capitalismo. Contrapõe a esses fundamentos a miséria, a degradação humana e da natureza, a fome, a violência, a repressão, a submissão ao FMI e a morte, buscando incorporar o caminho da redenção com o nascimento de uma nova vida, a partir dos sustentáculos éticos e da luta pela reforma agrária. Vai ao encontro, com imagens comuns, ao cristianismo, por meio de uma visão de redenção, paraíso, abundância, produtividade, felicidade e nascimento de um novo Brasil, o que revela um caráter místico.

Podemos observar que tudo que envolve o MST vem acompanhado dos benefícios de uma sociedade ideal, contrapondo-se a uma sociedade maléfica, que passa longe dos valores de dignidade humana.

O cartaz é dividido em duas realidades: de um lado, está a sociedade ideal formada pelo MST e, do outro, a montagem de um universo “sem perspectiva” e “sem futuro”, no qual o caos está instaurado e todas as desgraças estão inseridas, como a morte, a fome, a miséria, a violência, a criminalidade, as doenças, o controle do país na mãos do FMI, a natureza degradada, a impunidade. O FMI se transforma em uma veia que circula pela nação, causando morte e desgraças; mãos estendidas pedem por socorro e são massacradas, enterradas e sufocadas pelo sistema vigente. É a visão apocalíptica *versus* a visão do paraíso. A visão da morte em oposição à do renascimento de uma nova sociedade são claras na montagem da imagem.

Ao centro, concentram-se as mãos de trabalhadores conjuntamente com a bandeira do Movimento do Trabalhador Rural Sem Terra, que representam a força para a conquista da sociedade idealizada. As mãos carregam o símbolo da resistência e da luta do movimento: foices, enxadas, facões, sementes, livros, cadernos e painéis.

Temos também a imagem de uma criança com o boné do MST, que é segurada por três mãos: uma branca, uma negra e uma morena, representando a miscigenação da sociedade brasileira. Podemos notar ainda que são mãos femininas e delicadas. Isso nos remete ao princípio maternal do cuidado, da

atenção, do afeto, do carinho e do amor para com a criança. A imagem se torna um detonador de emoções, que são aguçadas quando a primeira é vislumbrada. A criança, ao centro de um sol nascente, amparada de cuidados, nos reflete uma construção imaginariamente complementar. Mesmo não sendo perceptível no campo visual, a imagem é complementada por concepções construídas por nosso dia-a-dia.

Entendemos que a imagem da criança transmite a visão complementar do nascimento de uma nova sociedade, construída com cuidado e carinho pelos membros do MST, através da luta pela reforma agrária. É uma sociedade ideal, envolta pela idéia de pureza, inocência, crescimento, desenvolvimento e alegria, que vem acompanhada da visão da criança recebendo enorme cuidado maternal, simbolizando a nova sociedade nascente.

Esse ato de gerar uma criança revela-se, segundo Campbell (1990, p. 179), “um ato cósmico e deve ser entendido como sagrado”. Por isso, o símbolo da criança nascendo representa o despejar da energia de vida, por meio da luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que chegaram ao ápice, com a conquista de uma sociedade ideal.

Sociedade esta que está inserida dentro de um círculo que se reflete no horizonte da construção de uma vida nova, pela criança. Carl Jung afirma que o círculo é um dos mais poderosos símbolos religiosos e, ao nos determos sobre ele, estamos analisando o nosso próprio eu. A criança que aparece no horizonte está dentro de um círculo formado pelo sol. Podemos notar a complexidade dessa imagem dentro de uma construção de um mundo novo, que nos remete ao nosso próprio eu, ao encontro de inúmeras aspirações que são construídas no nosso dia a dia. Segundo Campbell (2002, p. 225), “o círculo sugere imediatamente uma totalidade completa, quer no tempo, quer no espaço”, ou seja, o círculo representa a totalidade: o princípio e o fim, sendo o princípio a luta e o fim a conquista de uma sociedade ideal.

Observamos que toda essa construção mística das imagens é absorvida pelos militantes do MST e é identificada profundamente com os membros do movimento pessoas que vivenciam uma realidade de amarguras, sofrimentos e muitos sonhos. Elas se identificam com as imagens de paraíso terreno, assim dando os elementos certos àqueles que seguem um ideal.

Fazendo ainda uma análise mais profunda, podemos observar a construção de um percurso heróico na construção dessa imagem. Segundo Campbell (2002), muitos heróis mitológicos doam e sacrificam suas vidas na busca de uma nova vida, de um novo caminho, no qual fundam uma nova era, uma nova religião, uma nova cidade, uma nova modalidade de vida. E, para criar algo novo, deve-se abandonar o velho e partir em busca da idéia–semente, da idéia germinal que tenha a potencialidade de fazer aflorar algo novo. Esses mesmos heróis evoluem conforme a cultura evolui. Pois um herói público é sensível às necessidades da sua época, desenvolvendo uma forma de luta na qual há uma carência.

O herói surge, desse modo, por intermédio de uma constelação de imagens suficientemente poderosa que reúne, sob uma mesma intenção, todas as tendências individualistas. Esse herói ainda tem como percurso típico a partida, a realização e o retorno.

No cartaz, o caos é criado por meio de uma imagem na qual mãos são sufocadas conjuntamente com a barracas de lona dos Sem-Terra, em meio ao vermelho (sangue), encoberto pelo chão. Tal cena representa a “partida dos heróis” (Campbell, 2002, p. 144), em que eles vão ao encontro de uma série de provocações e revelações de uma jornada de terror, ou seja, a descida as trevas que é preciso ser enfrentada. (Campbell, 2002).

Ao centro, as mãos estendidas com os seus símbolos da resistência (material de trabalho) simbolizam a “realização” (Campbell, 2002, p. 144), ou seja, a atuação através da luta (ocupação de terras e prédios públicos, marchas etc) pelo ideal que tanto almejam, a reforma agrária.

E, finalmente, há o “retorno” (Campbell, 2002, p. 144), representado pela vitória/conquista do paraíso. Ao centro desse paraíso, é erguida a bandeira da nova vida e não a bandeira do Brasil. No entanto, não são todos os heróis que retornarão. Os que morreram na luta deixam cravados na nova conquista a continuação de sua mensagem por seus ‘discípulos’, outros homens (jovens e crianças) que continuarão a lutar pelo mesmo ideal, porque depois da morte se origina a vida.

Dessa maneira, o cartaz constrói/cria a visão de paraíso na conquista da reforma agrária. A luta passa a ser do “bem contra o mal”, pois tudo que se opõe ao MST representa o mal, como é demonstrado no cartaz. Essa montagem

nos deixa claro que tanto a mídia quanto o MST trabalham semelhantemente - enquanto a mídia hegemônica denigre a imagem do MST, o movimento a exalta.

Assim sendo, podemos observar a existência de dois discursos, o discurso legitimador e hegemônico da mídia de massa e o discurso do MST, ou seja, o contradiscurso, que não encontra espaço na mídia hegemônica. O contradiscurso fica restrito a um pequeno público e a um pequeno espaço, como as publicações dos Sem-Terra, que são: jornais, cadernos de formação e agendas. A revista *Caros Amigos* e algumas outras poucas revistas de esquerda de pequena aceitação.

Podemos observar depois da análise do cartaz do 4º Congresso a relevância da mística no movimento, na qual ela não fica escondida mas é trabalhada de forma conjunta com toda a formação dos Sem-Terra (Figura 32).

No dia 2 e 3 de dezembro de 2000 foi realizado em Santo André – SP o Encontro Nacional de Fé Política com a temática *Mística da militância* em que foram abordados temas como Fé e Política em minha vida; Fé e Política na superação do neoliberalismo rumo à sociedade solidária; os valores da mística da militância política.

A mística é incorporada como prática social do movimento, na qual ela é o alimento ideológico do MST que contribuiu como fator de unidade, vivência de ideais e remete à emoção. Ela tem um caráter histórico dentro do movimento e de celebração permanente.

No folheto de divulgação do encontro, a imagem representa indivíduos diferenciados unidos em torno do globo terrestre na construção de um mundo melhor por meio da militância mística.

A mística do movimento está presente nas músicas, no hino, no hino da bandeira, nas imagens produzidas pelo MST no teatro e em todas celebrações do MST.

Com o movimento agora nessa fase já fortalecido e ampliado pela sua inserção nas cidades, ocorre uma mudança no seu discurso. O lema “Reforma agrária, uma luta de todos” é mudado por “Reforma agrária por um Brasil sem latifúndio.”

Cria-se uma nova estratégia de luta para acabar com os 500 anos de latifúndio. Por meio de ocupações de terras em latifúndios grandes, médios e



Figura 32 - "Mística da Militância". (Encontro Nacional de Fé e Política, 2000)

também produtivos. Outro meio é a campanha pela criação de emenda constitucional que limita o tamanho da propriedade da terra no Brasil (Figura 33).

A alteração seria no art. 186 da C.F. que define a função social da propriedade, onde iria introduzir um inciso quinto limitando o tamanho do todo latifúndio no Brasil a uma área correspondente, no máximo a 35 módulos rurais.

Terras acima de 35 módulos rurais seriam automaticamente incorporadas ao patrimônio público para fins de reforma agrária.

O módulo rural é uma referência estabelecida pelo Incra, que define a área mínima suficiente para prover o sustento de uma família de trabalhadores rurais. Variando de região para região, é definido pelo município a partir de fatores como situação geográfica a qualidade do solo, o relevo e as condições de acesso.

A mudança no discurso vem acompanhada de uma noção diferenciada de propriedade privada e função social da terra estabelecida na Constituição Federal, que protege o latifúndio que for produtivo.

Esse novo discurso estabelecido no 4º Congresso Nacional de 2000, tem uma caminhada longa, um projeto de mudança de valores e pensamentos que vem se estruturando em uma nova conscientização dos Sem-Terra. Já a conscientização da sociedade na mudança desse pensamento constituiu tarefa árdua e lenta. Para se ter idéia essa campanha não chegou a comover em nada a sociedade enraizada dos valores do capitalismo.

Mas a mudança desse discurso já foi implementada no movimento que começa a conscientizar seus integrantes, com a seguinte reivindicação:

“Uma medida de justiça: acabar com 500 anos de latifúndio- repartir a terra para multiplicar o pão.” (folheto da campanha, 2000).

Depois das análises efetuadas pelos discursos e imagens produzidas pelo movimento na construção da formação discursiva “do” MST podemos observar que nesses 22 anos de luta o movimento passou por três fases marcantes onde há mudanças no seu discurso.

Fases que acompanhadas de um contexto histórico da época mais as necessidades que afligem a estrutura, a organização, crescimento e imagem do movimento provocaram mudanças de discurso que ficam evidentes em três fases

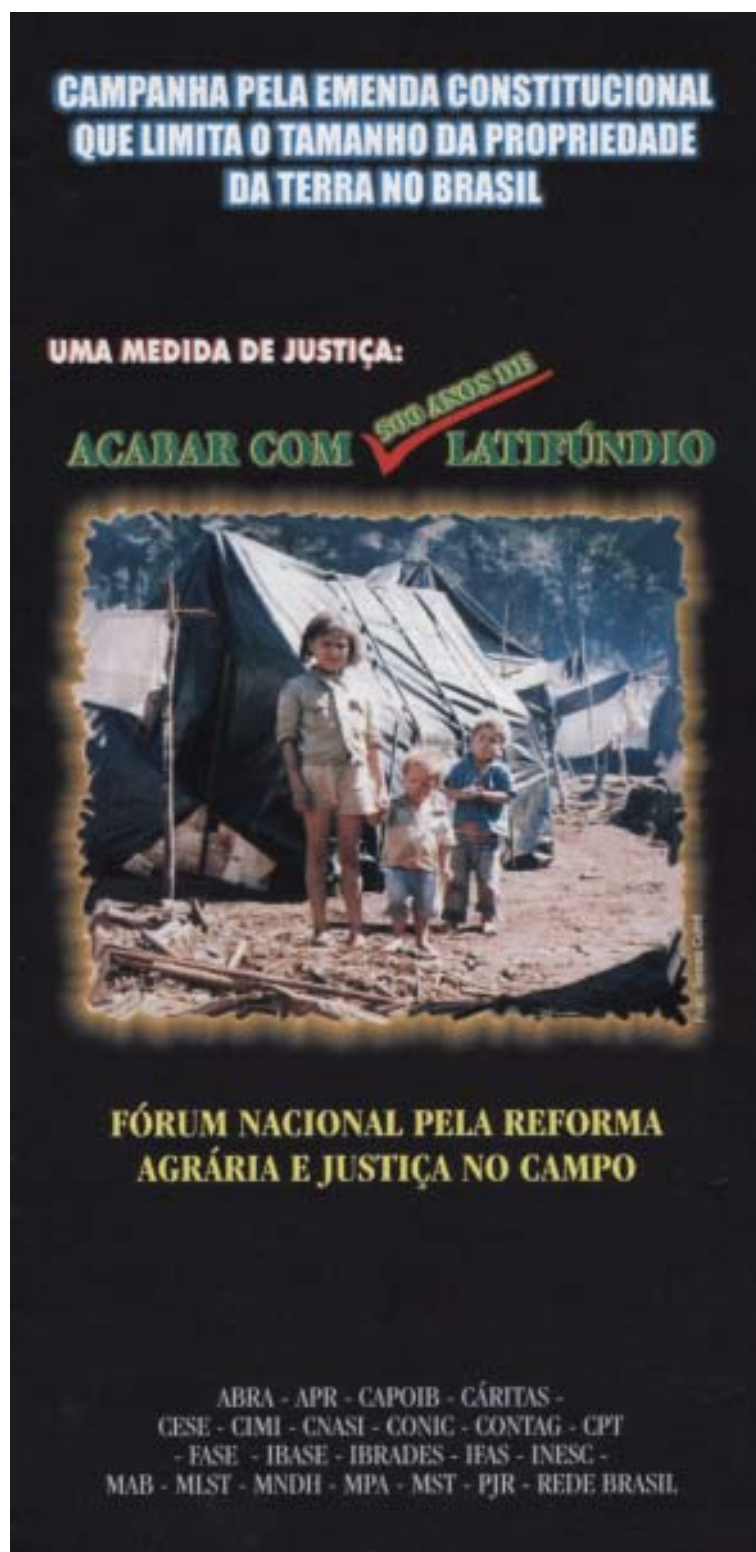


Figura 33 - “Uma medida de justiça: acabar com 500 anos de latifúndio”.
(Folheto de campanha que limita o tamanho da propriedade, 2000)

marcantes acompanhada pelos seus lemas: “Ocupar, resistir e produzir”, “Reforma agrária, uma luta de todos” e Reforma agrária por um Brasil sem latifúndio”.

Em reação à construção da imagem negativa do MST pela mídia o movimento faz a operação inversa, constrói uma imagem enaltecida de si mesmo apoiada na mídia e na valorização dos pilares básicos da sociedade, confrontando vida e morte, bem e mal.

Conjuntamente vai organizando, estruturando, ampliando e fortalecendo o movimento por meio da conscientização/formação de todos seus integrantes, homens, mulheres e crianças. Nesta jornada vai construindo novos valores e pensamentos que confrontam com as normas jurídicas e o sistema vigente.

CONCLUSÃO

Foi analisado nesse trabalho a forma como tem sido construída a imagem do MST e de suas lideranças por meio da mídia impressa, em especial a *Veja* e a *IstoÉ* e os jornais *Folha de São Paulo*, *Correio Brasiliense*, *Diário da Manhã* e o *Popular*. Também foi objeto do nosso estudo as imagens e mensagens produzidas pelo próprio movimento, através de jornais, revistas, agendas promocionais e cartilhas.

Os discursos imagéticos e textuais veiculados pelo MST tem atuado na construção da sua própria imagem, alimentando esperanças dos milhões de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Enquanto a mídia trabalha a imagem negativa do movimento, eles investem no enaltecimento da luta pela terra. Criando uma imagem que o paraíso é a própria reforma agrária.

Os discursos do MST foram divididos em três fases, conforme o momento político e histórico. Na primeira fase o lema era “Ocupar, Resistir e Produzir”, caracterizado pelo fortalecimento e crescimento do movimento buscando transformar o pensamento em ação. A segunda fase “Reforma agrária uma luta de todos” a estratégia era estender sua luta à cidade por meio das marchas, uma forma de criar o fato, de trazer a tona o problema agrário brasileiro.

No 4º Congresso Nacional em 2000 consideramos o início da terceira fase, sob o lema “Reforma agrária por um Brasil sem latifúndio”. É o momento em o MST já esta fortalecido e começa a lutar por mudanças de valores e pensamentos, travando uma luta pelo fim do latifúndio, produtivo ou não, médio ou grande.

Todas essas construções mística das imagens são absorvidas pelos militantes do MST e são identificadas profundamente com os membros do movimento pessoas que vivenciam uma realidade de amarguras, sofrimentos e muitos sonhos. Elas se identificam com as imagens de paraíso terreno, assim dando os elementos certos àqueles que acompanham um ideal.

Foram apresentadas a formação do MST e as novas formas de luta pela terra que, nasceram em conseqüência das divergências da política de desenvolvimento agropecuário do governo, instaurando-se um cenário de luta política, ideológica e filosófica.

Os discursos e imagens veiculadas pela mídia enfocando, em sua grande maioria, as ações do MST produzem um sentido negativo, sem a preocupação de passar ao leitor as reais condições da questão agrária no Brasil. Funcionam dentro de um campo discursivo, como foi demonstrado, regido sobretudo pela polêmica, mantendo uma relação polêmica, uma formação discursiva que procura sempre excluir ou negar o MST.

No caso da *Veja* e *IstoÉ* que representam uma mídia de referência e hegemônica, detentora de um discurso legitimador, não se preocupa em comprovar se o discurso procede ou não. Simplesmente manipulam as notícias, selecionando fatos que reforçam somente um lado do problema social chamado reforma agrária.

Isso fica bem claro nas produções de suas fotografias/imagens analisadas no segundo capítulo. Não há nenhuma negociação entre as partes – MST e as revistas. Os Sem-Terra são moldados por um único agente, a imprensa de referência.

Nessa construção da imagem do MST o jornalista e o fotógrafo aparecem como peça fundamental. São considerados os únicos profissionais legalmente habilitados a exercer a função de relatores dos acontecimentos, os construtores da notícia.

O jornalista, o sujeito enunciador da notícia, projeta a imagem de um observador imparcial e por não se envolver com a questão em si, pode formular juízo de valor e emitir opiniões.

Já o fotógrafo que seleciona um fragmento do real e elege um determinado aspecto, dando-lhe um tratamento estético, influencia decisivamente no resultado final da fotografia. Como Kossoy nos ensina, a fotografia é considerada a prova definitiva e testemunha da “verdade incontestável”.

Na construção da imagem do MST vimos que as revistas utilizam-se de depoimentos dos próprios integrantes do movimento para legitimar seu discurso. A *Veja* foi um claro exemplo de parcialidade da mídia. Citamos a habilidade

com que ela articulava conhecimentos do senso comum de normas jurídicas e políticas conjuntamente com montagens de fotografias, que apresentavam os líderes do MST próximos a imagens de demônios e bandidos.

A *Veja* utilizando-se de possibilidades de efeitos ópticos e químicos, faz montagens com os líderes dos movimento que são pintados, moldados e recortados como marionetes. A articulação dos discursos imagéticos e textuais forma uma rede de sentidos. A mídia ao buscar um modo de excluir o MST, acaba instituindo novos mecanismos de reconfiguração de suas fronteiras, nos quais os personagens do movimento são pensados sempre como os vilões da história.

Os jornais *Folha de São Paulo*, *Diário da Manhã*, *Correio Brasiliense* e *O Popular*, considerados imprensa de referência, têm exercido um função social e política pelo seu poder discursivo na emissão de opiniões e no papel de mediados. Porém, essas instituições têm atuado de forma sutil e escusa na representação do MST. Para nós, cientistas da cultura, encaramos com certa naturalidade, pois um olhar nunca é imparcial. A construção do acontecimento revela mais de uma história – seja do jornalista, do fotógrafo ou mesmo para o integrante dos fatos – ao evocar fragmentos de uma história sobre o passado. São momentos dinâmicos em que o socio-histórico e sua leitura se misturam.

Os jornais atuam como sujeito narrador dos fatos, sob a máscara da informação objetiva, verdadeira e imparcial. Sendo assim, não abordamos o discurso jornalístico como um documento indiscutível dos acontecimentos, mas como algo que representa e também constitui os eventos.

Os jornais referem-se ao MST utilizando-se de denominações pejorativas, que determina uma forma de silenciar o discurso do movimento, levando a manipulação dos enunciados que nos remete às táticas e estratégias utilizadas contra o comunismo no início do século passado.

Fica demonstrado que as lutas do movimento social MST, pela reforma agrária, têm sido travadas tanto nas disputas políticas e econômicas como no plano das representações pelo jogo simbólico.

REFERÊNCIAS

- ANGENOT, Marc. *1889 Un état du discours social*. Longueuil: (Qué) Le Préambule, 1989.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi* – volume 5 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.
- BETTO, F. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOFF, Leonardo. *Nova evangelização – perspectiva dos oprimidos*. Fortaleza: Vozes, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand. Lisboa: Difel, 1989.
- CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento – formação de educadoras educadores no MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. 20ª ed., São Paulo: Palas Athena, 2002.
- CÂNDIDO, Geraldo. *Situação e perspectivas da agricultura brasileira*. Senado Federal, Brasília, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à história*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CASTORIADES, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *Imagens*. BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CÓDIGO CIVIL*. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 50ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999. Legislação brasileira.
- CÓDIGO PENAL*. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 39ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999. Legislação brasileira.
- COSTA, Cléria Botelho. A arte silenciosa do Movimento dos Sem-Terra. In: COSTA, Cléria Botelho e MACHADO, Maria Salete Kern (Orgs.). *Imaginário e história*. Brasília: Paralelo 15, Marco Zero, 1999.

COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: Ed. da UnB, 1993.

DUARTE, Élio Garcia. Do mutirão à ocupante de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás. 1998. Tese (doutorado) – USP, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FLAUSINO, Márcia Coelho. A voz rouca das manchetes – Como *Veja* mostrou os Sem-Terra em suas capas. In: COSTA, Cléria Botelho e MACHADO, Maria Salete Kern (org.). *Imaginário e história*. Brasília: Paralelo 15, Marco Zero, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996

_____. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992

GEHLEN, Ivaldo. *Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do Sul*. Cadernos de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre, v. 6, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais – paradigma clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GÖRGEN, Sérgio (et al). *Uma foice longe da terra - Repressão aos sem - terra em Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____, STÉDILLE, João Pedro (Orgs.). *Assentamentos – A resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1991.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, 1991.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais*. Brasília, 2001.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

GUANZIROLI, Carlos (et al). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.

MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e a luta do MST*. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

_____. *A Militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

- MERTON, Robert K. *Sociologia, teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- ORLANDI, Eni Pulcinelle. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1993.
- OLIVEIRA, Ariovaldo V. *A geografia das lutas no campo*. 3ª ed. São Paulo: contexto, 1990.
- PANINI, C. *Reforma agrária – dentro e fora da lei*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In GADET, Françoise & HARK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1990.
- PESSOA, Jadir Moraes de. *A revanche camponesa*. Goiânia Go: UFG, 1999.
- RAPCHAN, Eliane Sebeika. *De Identidade e pessoas: um estudo de caso sobre os Sem-Terra de Sumaré*. 1993. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo.
- ROBIN, Regi. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho – imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1945 – 1964*. Passo Fundo: Edupf, 1998.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.
- SANTOS, Andrea Paula dos, RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (et. al). *Vozes da marcha pela terra*. São Paulo: Loyola, 1998.
- SANTOS, Fernando José Xavier. *Os camponeses de Laranjeiras*. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) São Paulo. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.
- STÉDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. (a)
- STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Atual, 1997. (b)
- _____. (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SWAIN, Tania Navarro. Você disse imaginário? In: *História no plural*. Brasília: Ed. da UNB, 1994.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- TORRENS, João Carlos Sampaio. O processo de construção das linhas políticas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. In: MEDEIROS, Leonilde (Org). *Assentamentos rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Unesp: 1994.
- VASCONCELLOS, Lauro de. *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia,:CEGRAF/UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos, 22).
- VASCONCELLOS, Paulo Henrique Castanheira. *Falando sério: configurações do real no universo dos quadrinhos de humor Brasil (1985 – 1995)*. Brasília, 1996. Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília.
- VEYNE, Paul. *Acreditam os gregos em seus mitos?* São Paulo: Braziliense, 1984.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. *Miquéias: voz dos Sem-Terra*. Petropolis, RJ: Vozes, 1996.

FONTES IMPRESSAS:

JORNAIS:

Jornal do Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo, 1993 a 2002.

Correio Brasiliense:

Brasília, 16 de abril de 1997, *Sem-terra expulsa supostos arapongas;*

Brasília, 16 de abril de 1997, *Terras de devedores do INSS usadas para Reforma Agrária;*

Brasília, 16 de abril de 1997, *Produtor faz ato por paz no campo.*

Folha de São Paulo:

São Paulo, 3 de maio de 2000, *MST faz onda de invasões; governo crítica atentado;*

São Paulo, 04 de maio de 2000;

São Paulo, 14 de maio de 2000, *MST faz reféns e se equipara à ditadura e aos torturadores;*

São Paulo, 15 de maio de 2000, *O MST depreda prédios públicos;*

São Paulo, 16 de maio de 2000, *O MST fere o Estado de Direito.*

Diário da Manhã:

Goiânia, 30 de abril de 1997, *FHC diz que MST quer é perturbar o país.*

O Popular:

Goiânia, 13 de janeiro de 1997, *Sem – terra e policiais são recebidos a tiros em fazenda;*

Goiânia, 2 de maio de 2000, *Sem – terra invadem 44 áreas;*

Goiânia 3 de maio de 2000, *Sem – terra protestam em todo o país;*

Goiânia 21 de outubro de 2000, *Jungmann desafia MST a abrir contas.*

REVISTAS:

Bundas:

MST diz ao que veio, ano 1, n. 49, 23 a 29 de maio de 2000.

Cadernos do terceiro Mundo, n. 229, fev./mar 2001.

Caros Amigos especial:

Massacre de Eldorados Carajás: O maior julgamento da história do Brasil, n. 5, novembro de 1999;

As armas do MST – João Pedro Stédile, ano IV, n. 39, junho de 2000;
MST, n. 6, outubro de 2000.

IstoÉ:

Hora da reação, n. 1456, de 27 de agosto de 1997;
Revolução na escola, n. 1498, de 17 de junho de 1998;
Era só o que faltava, n. 1545, maio de 1999;
Hora da radicalização, n. 1597, de 10 maio de 2000;
Foi uma cagada, n. 1696, 3 de abril de 2002.

Nova Escola:

Pra escola agora eu vou, novembro de 1996.

Princípios:

RUY, José Carlos. *Os apóstolos do passado e os porta-vozes do futuro*. n. 45, *Princípios*, Revista Teórica, Política e de Informação, maio/junho/julho/97.
SARAMAGO, José. *Terra, direito e justiça*. n. 45, *Princípios*, Revista Teórica, Política e de Informação. Maio/junho/julho/97.

Revista Sem Terra:

Ano II, n. 8, São Paulo, jul/ago/set de 1999;
Ano II, n. 9, São Paulo, out/nov/dez de 1999;
Ano III, n. 10, São Paulo, jan/fev/mar de 2000;
Ano III, n. 11, São Paulo, abr/mai/jun de 2000;
Ano III, n. 12, São Paulo, abr/mai/jun de 2001;
Ano III, n. 13, São Paulo, nov/dez de 2001;
Ano III, n. 14, São Paulo, jan/fev de 2002;
Ano V, n. 16, São Paulo, jul/ago/set de 2002;

VEJA:

Guerra em casa, ano 29, n. 1471, de 20 de novembro de 1996;
A marcha dos radicais – Quem são e o que querem os Sem-terra, edição 1491, ano 30, n. 15, 16 abril 1997;
Eles chegaram lá – O que fazer agora?, edição 1492, ano 30, n.16; 23 abril 1997;
Fúria no campo, ano 30, 17 de setembro de 1997;
A esquerda com raiva, edição 1549, ano 31, n. 22, 03 junho 1998;
A tática da baderna, edição 1648, ano 33. n. 19, 10 maio 2000;
Mais do que sem terra. Sem chance, edição 1667, ano 33, n. 38, de 20 de setembro de 2000;
Os sem-limite atacam de novo, edição 1745, ano 35, n. 13, 3 de abril de 2002.

OUTROS

Agenda do MST, 1997, 1999 e 2000;

Apostila do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Equipe de trabalho: J. Campos, Silene Escobar, Gervano da Silva, Sandra de Souza. Out./93. Encontrada no arquivo da Secretária Estadual de Goiás do MST;

Caderno de Formação n. 17 – Plano Nacional do MST 1989 a 1993, junho de 1989;

Caderno de Formação n. 23. Julho de 1995;

CD – *Arte em Movimento* – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil – Estúdio Mickael Brasil Rural;

Escola de assentamento de 1985.